

Revista AduSP

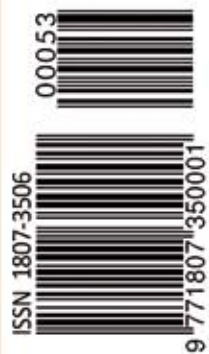
Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Outubro de 2012 - Nº53

TORTURAS E SUICÍDIO APÓS INVASÃO DA USP PELO EXÉRCITO EM 68

Alunos, os irmãos bolivianos Jorge Rafael (Politécnica) e Juan Antonio Carrasco Forrastal (Física) foram presos e torturados pelo II Exército. Hemofílico, Juan tinha a perna ortopédica arrancada nas sessões de tortura. Matou-se em 1972



JUAN E OS PAIS NO
VIADUTO DO CHÁ (1965)



UNIVERSIDADE

6

ENTREVISTA: LUIZ FREITAS

**“Agenda dos reformadores empresariais
pode destruir a educação pública no Brasil”**

16

Escola de Engenharia de Lorena, ingresso na USP ainda incompleto

Renato Brandão

25

Nova “procuradoria disciplinar” torna a repressão profissional

Katia Abreu e Barbara Lopes

34

“Nova ECA”, concebida “de cima para baixo”, é unanimidade negativa

Rafael Nakamura

CADERNO ESPECIAL

39

Subsídios para uma Comissão da Verdade da USP

41

Ditadura matou 47 pessoas ligadas à USP, entre alunos e docentes

46

Razões de sobra para se criar a Comissão da Verdade da USP

Camila Rodrigues da Silva

51

Em memória de Ana Rosa Kucinski, assassinada pela Ditadura Militar

Rogério Ferro e Camila Rodrigues da Silva

55

ECA de Manuel Dias e Helda Barracco apagou os vestígios de Herzog

Beatriz Vicentini

61

Torturas do Exército levaram aluno Juan Forrastal ao suicídio

Luiza Sansão

BRASIL

71

Polícia Militar mata à larga, como a repressão política na Ditadura

Fausto Salvadori Filho

80

Corporação de SP vê “glória” na repressão de rebeliões populares

Henrique Carneiro

EUROPA

88

“Austeridade fiscal” fragiliza o ensino superior português

Maurício Hashizume

95

Na Espanha, a crise desmonta Universidade e sistema de pesquisa

Marina Gonzalez

DIRETORIA

Heloísa Daruiz Borsari, César Augusto Minto, Elisabetta Antonietta R. M. C. Santoro,
Carla Roberta Carvalho, Helder Garmes, Jessé de Oliveira, Marcelo Ventura Freire,
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Sérgio Souto, Fabiana Cristina Severi

Comissão Editorial

Décio Crisol Donha, Dilma de Melo Silva, Flávio César Almeida Tavares, José Marcelino
de Rezende Pinto, José Maria Pacheco, Luiz Menna-Barreto, Jessé D'Assunção Rebello
de Souza Júnior, Maurilane de Souza Biccias, Osvaldo Coggiola

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Mariana Queen Nwabasili

Fotografia da capa: Arquivo da família Carrasco Forrastal

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 6.000 exemplares

Gráfica: Referência Gráfica

Adusp - S. Sind.

Rua da Reitoria, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

COMISSÃO DA VERDADE TAMBÉM NA USP

Quarenta e sete mortos ou desaparecidos políticos que possuíam algum vínculo com a Universidade. Diversos docentes e centenas, talvez milhares, de alunos presos e, em muitos casos, torturados — alguns dos quais, mesmo depois de libertados, foram atormentados por incessantes sofrimentos psíquicos ou sequelas físicas causadas pela tortura, e por esta razão morreram. Demissões, aposentadorias compulsórias, perseguições, delações, humilhações. Colaboração ativa de docentes em posição de mando com o regime dos generais, seja na formulação de leis, seja na composição do próprio governo ilegítimo.

Tudo isso ocorreu durante a Ditadura Militar, como já abordado preliminarmente e com riqueza de detalhes em edições anteriores desta revista (13, de 1998; 33, de 2004, e outras). É mais do que tempo, portanto, de se criar uma Comissão da Verdade da USP, capaz de apurar o envolvimento da instituição e de expoentes seus nas violações de direitos humanos praticadas pelo regime instalado em abril de 1964 — a propósito, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco saiu à frente e criou sua própria comissão, em 27 de setembro. Esta edição traz um caderno especial que pretende fornecer novos subsídios à Comissão da Verdade da USP, ainda que não desconheça os obstáculos interpostos no caminho do órgão proposto, a começar pelo conservadorismo de tintas retrógradas que embala os atuais gestores da instituição.

Entre os casos que destacamos, um em especial fere a nossa sensibilidade, é praticamente desconhecido, e por isso tornou-se a reportagem de capa, de autoria de Luiza Sansão: a prisão e tortura dos irmãos Carrasco Forrastal, desencadeadas pela invasão do Crusp em dezembro de 1968, logo após a decretação do AI-5.

A família veio da Bolívia para o Brasil para que o jovem Juan Antonio, hemofílico, fizesse aqui seu tratamento, que resultou na amputação da perna esquerda e implantação de uma prótese. Ele e seu irmão Jorge Rafael ingressaram na USP, no Instituto de Física e na Escola Politécnica respectivamente. Jorge foi preso, e Juan, ingenuamente, foi à procura do irmão no II Exército, onde também acabou capturado.

Não havia limites para a crueldade do coronel Sebastião Alvim, presidente do Inquérito Policial-Militar do Crusp, e seus comandados: a perna ortopédica de Juan era retirada para as sessões de tortura, que ocorreram no QG do II Exército no Ibirapuera, num quartel de Quitaúna e até mesmo num hospital militar. A tragédia consumou-se com o suicídio de Juan, em 1972, no Hospital da Cruz Vermelha de Madri.

PMs e a “licença para matar”

Reportagem de Fausto Salvadori e um artigo do professor Henrique Carneiro analisam em profundidade a atuação das Polícias Militares no Brasil e apontam o caminho da desmilitarização e unificação das corporações policiais como indispensável para brechar ações de extermínio como os massacres do Carandiru, Eldorado dos Carajás e Maio de 2006, ou as execuções praticadas pela Rota em São Paulo. A sociedade civil e até a ONU já propuseram a extinção das PMs, mas o governo federal faz ouvidos moucos.

Educação pública, com gestão pública

Reveladora a entrevista com o professor Luiz Freitas, diretor da Faculdade de Educação da Unicamp, a propósito das intenções dos chamados “reformadores empresariais” da educação: reformas semelhantes fracassaram nos EUA, e caso venham a emplacar no Brasil terão o condão de destruir a educação pública. É preciso que também a gestão se mantenha pública, adverte ele. O PISA, índice utilizado pela OCDE como medida universal de qualidade do ensino, é pedagogicamente desconstruído por Freitas. Vale conferir!

O Editor

ENTREVISTA
LUIZ FREITAS

“AGENDA DOS REFORMADORES EMPRESARIAIS PODE DESTRUIR A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL”

João Zinclar



Um processo em curso, encabeçado por grupos empresariais que procuram constituir-se como “reformadores”, pode vir a alterar profundamente a estrutura da educação pública no Brasil, por intermédio da privatização da gestão (a exemplo do que já ocorre na saúde) e pelo avanço de práticas de natureza mercadológica, como a competição entre escolas. Trata-se da lógica do capital, abrindo brechas por meio de institutos e fundações privadas em todas as esferas de governo, até mesmo no Ministério da Educação (MEC). Quem faz a advertência é o professor Luiz Carlos de Freitas, diretor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A interpretação enviesada dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, mais conhecido pela sigla PISA — um sistema que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de leitura, matemática e ciências — tem sido um dos instrumentos principais empregados por grupos de reformadores empresariais como “Todos pela Educação” e “Parceiros da Educação” para justificar seus projetos.

O PISA é realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “herdeira do Plano Marshall”, nas palavras de Freitas. O Plano Marshall foi um programa econômico de recuperação dos países europeus devastados pela 2ª Guerra Mundial, concebido e executado pelos Estados Unidos da América (EUA) a partir de 1947, e foi fundamental para a hegemonia econômica norte-americana. A OCDE, na época “Organização para a Cooperação Econômica Europeia”, foi criada para coordenar o Plano Marshall.

Os resultados obtidos pelo Brasil no PISA levam esses reformadores empresariais a defender a necessidade de mudanças profundas no sistema educacional brasileiro. Na visão do professor Freitas, essa rede de grupos empresariais é bem articulada, envolve desde a cooptação de profissionais da educação para respaldar suas ações, passando pelo convencimento da sociedade civil por meio da mídia, até a introdução de seus representantes em equipes de governos (municipais, estaduais e federal), de modo a lidar diretamente com a definição de políticas públicas de educação. Na esteira desse projeto de reforma segue a “indústria da educação”, composta por empresas que prestam serviços de avaliação da qualidade de ensino, de consultoria, de gestão (de escolas) e de apostilamento de conteúdo aplicado aos alunos.

Freitas, contudo, desconstrói o discurso dos “reformadores empresariais” brasileiros, pois nos Estados Unidos (EUA), onde as políticas propostas por seus congêneres vigoram há três décadas, a qualidade de ensino permanece estagnada, e o sistema público foi, segundo ele avalia, destruído. “Nova Iorque publicou agora a avaliação de 18 mil professores no jornal da cidade, com nome e tudo. A idéia é desmoralizar o professor. Fragilizá-lo. Isso é um pacote que inclui também o apostilamento das redes, que é outra indústria, fortíssima, que fornece apostilas para as redes”.

*O desdobramento desse tipo de visão é que, para seguir apostilas em salas de aula, não há necessidade de professores muito capazes: “Não entendem o professor como profissional, mas como um tarefeiro, pode até ser um tutor, nem precisa ser professor. Para isso, então, se tiver uma pessoa movida a bônus e uma apostila, é o suficiente. Acredito que estamos vivendo um processo que, se prosseguir, vai destruir o sistema público de educação brasileiro, como destruiu nos EUA”, avalia o professor nesta entrevista concedida a **Michele da Costa**.*

Revista Adusp. O sr. afirmou, em debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, na USP, que a educação passou a ser vista pelo empresariado brasileiro como um dos elementos centrais na reprodução do capital, o que levaria os empresários a disputar a agenda educacional e colocá-la a serviço do processo produtivo. Quais são as implicações desse agendamento? Como isso repercute na oferta de ensino pelo poder público?

FREITAS. O fato novo nesse processo não é exatamente essa relação entre educação e o processo produtivo, mas a posição que o Brasil está assumindo no contexto internacional. É isso que tem alterado e produzido algum impacto no campo da educação, na medida em que o processo de desenvolvimento passa a contar com maciço investimento produtivo direto no Brasil. Nós tivemos, no último ano, algo na casa dos US\$ 67 bilhões em investimentos produtivos que ingressaram no Brasil. Isso, aliado a outros fatores, produz uma atividade econômica mais elevada e que passa a demandar um volume de mão-de-obra em algumas áreas maior do que no passado, melhor infraestrutura (portos, estradas, aeroportos), mas o que interessa no caso da educação mais diretamente é a questão da mão-de-obra.

Essa demanda por mão-de-obra aparece como um clamor pela melhoria da qualidade de ensino, mas isso tem que ser visto com cautela. Na realidade, quando os empresários falam em melhoria da qualidade de ensino o que está em jogo é melhorar a relação oferta-procura

de mão-de-obra. Significa que se você tem pouca mão-de-obra para uma determinada área, ela custa mais caro; se você tem muita, barateia. Claro que os processos produtivos estão mais complexos e isso também demanda uma melhoria em algumas habilidades típicas do ensino fundamental.

Então, quando o empresário fala em melhoria da qualidade de ensino ele está pensando em número de formandos, porque o aumento desse número produz uma redução na massa salarial gasta. Quando há poucos candidatos para uma vaga o salário tende a aumentar. Isso não significa dizer que algumas das pessoas contratadas, quando melhor qualificadas, não possam receber mais. O salário individual até pode ser melhorado, no entanto a massa salarial global é menor. Há estudos sobre isso nos EUA e no Brasil (IBGE), mostrando que nos últimos dez anos no Brasil, na medida em que aumentamos o número de formandos, houve redução da massa salarial paga.

Esse processo que estou simplificando aqui, que é mais complexo do que isso portanto, tem muitas outras variáveis, traz uma nova realidade: demandas, pressão sobre os vários níveis educacionais, desde a pré-escola até o ensino superior. Além disso, existem pressões que estão sendo criadas por determinados órgãos internacionais para enquadrar os países em determinadas lógicas de reforma educacional. Hoje uma dessas instâncias internacionais é a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e não é sem razão que se vê que quem agora controla a quali-

dade da educação no mundo é um organismo ligado aos empresários e não a órgãos tradicionalmente ligados à educação, como por exemplo a Unesco. Quem faz o PISA, Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes, é um organismo controlado pelos empresários, a OCDE, herdeira do Plano Marshall. Que é agora quem nos diz se um país tem qualidade de ensino ou não.

“Essas políticas estão querendo induzir no Brasil que nós acreditemos que nota alta em teste é sinônimo de boa educação. E isso é uma falácia... depende do que se entenda por educação, do que é medido e de como é medido”

Revista Adusp. E isso já está presente no Brasil?

FREITAS. Está, porque, se você pegar o Plano Nacional da Educação (PNE) que vai entrar em vigor, vai ver que as metas educacionais do País foram ajustadas segundo expectativas que o país tem em relação ao seu desempenho no PISA, que é organizado pela OCDE. Então, de certa forma, o que o novo PNE vai fazer é oficializar que a OCDE é a instância que certifica a qualidade da educação no Brasil, na medida em que o Brasil será ou não melhor em qualidade de educação ao se aproximar ou não da meta prevista no PISA. Ora, o que

essas políticas estão querendo induzir no Brasil é que nós acreditemos que nota alta em teste é sinônimo de boa educação. E isso é uma falácia... depende do que se entenda por educação, do que é medido e de como é medido. Portanto, não há essa relação unívoca entre nota alta e qualidade do ensino, especialmente se pensarmos que a nota é produto de testes em apenas duas disciplinas (português e matemática), quando muito incluiria ciências, e a educação não se reduz apenas a um processo cognitivo, centrado nestas três disciplinas. É muito mais ampla, pretende desenvolver a criatividade, a afetividade, a formação

corporal, ou seja, há dimensões outras para nós cuidarmos no desenvolvimento do indivíduo que não se limitam às provas de português, matemática e ciências. Isso é uma parte da formação que esses órgãos internacionais estão vendendo como se fosse completa.

Claro, essa situação interessa e satisfaz aos empresários, mas que projeto nós temos para a nossa juventude? Tem de ser muito mais amplo do que aquilo que os empresários querem. Nós podemos até incluir o que os empresários desejam no nosso projeto, mas infelizmente



João Zinclar

o que está em curso, ao contrário, é a redução dos objetivos da educação ao que apenas os empresários desejam, e isso é inaceitável.

Revista Adusp. O que o senhor está dizendo é que dessa maneira não seria democrático, certo?

FREITAS. Nada democrático. Essas pressões de caráter econômico, a própria mudança de controle do sistema educacional, esses monopólios montados por essas organizações internacionais estão criando no Brasil uma corrente educativa, uma vertente educacional que nós temos chamado de “reformadores empre-

sariais da educação”, parafraseando educadores norte-americanos que tiveram que cunhar essa expressão para dar conta do mesmo fenômeno que nós estamos vivendo aqui agora e que atingiu os EUA nas últimas três décadas e devastou o sistema público de educação americano. Não é democrático colocar a educação apenas a serviço dos empresários. Há mais agentes na sociedade.

Revista Adusp. Os resultados foram ruins nos EUA?

FREITAS. Pois é, isso é o que qualquer pesquisador sério deveria se perguntar. Ou seja, se nós temos um país que exercitou durante três décadas essas políticas educativas que agora são veiculadas pela OCDE

e outros como a panaceia, que são introduzidas no Brasil em alguns Estados, municípios e defendidas por alguns setores, tanto empresariais quanto educacionais, o que se colocaria como óbvio seria examinar quais foram os resultados dessa iniciativa que já existe neste país desde 1983. É um pouco o que tenho feito. Tenho procurado acompanhar o desenvolvimento disso nos Estados Unidos.

Depois de três décadas, desenvolveu-se nos EUA um conjunto de educadores profissionais, pesquisadores que hoje já têm uma posição do que isso causou à educação ame-

ricana. Isso já está disponível. Já existe uma reflexão nos EUA, que infelizmente os nossos reformadores empresariais não divulgam aqui, mas que precisamos tornar pública para que os formuladores de políticas não pensem que não temos outras alternativas.

“Os EUA não apresentam melhoras significativas nas avaliações internas que evidenciem uma melhoria na sua educação. Então, de onde vem a ideia de que se eu importar as soluções americanas (ou chilenas) nós melhoraremos a situação brasileira?”

Podemos usar a própria lógica que os reformadores empresariais usam para constatar a ineficácia dessas políticas. Já que a OCDE é a meca da qualidade de ensino, como estão os EUA no PISA? O PISA tem dez anos, nesses dez anos os EUA não mudaram sua posição, estão estagnados. Não apresentam uma evolução positiva, seja na leitura, seja na matemática. Se é tão bom assim eles deveriam ter melhorado no PISA, porque a insatisfação nos EUA em relação à educação, até mesmo dos próprios empresários, é grande. Dez anos é um tempo razoável para que essas medidas tivessem surtido efeito. Se

considerarmos que foi também nos últimos dez anos (desde 2002) que recrudescer a política dos reformadores empresariais nos EUA, então já houve tempo suficiente para que os resultados aparecessem.

Se não quisermos ficar com a medição da OCDE, podemos pegar o que equivaleria lá à nossa Prova Brasil (o NAEP, que é o indicador oficial da qualidade da educação nos EUA). E não é diferente. Os EUA não apresentam melhoras significativas nas suas avaliações internas que tenham evidenciado uma melhoria na sua educação. Então, de onde vem essa ideia de que se eu importar as soluções americanas (ou da sua sucursal chilena) nós melhoraremos a situação brasileira?

No entanto, pode-se constatar que além de não ter produzido melhoria, produziu outros efeitos deletérios lá que não são desprezíveis. Por exemplo, essas medidas destruíram o sistema público de educação americano e o abriram à privatização desenfreada. E aí você gerou uma plêiade de corporações empresariais faturando.

Revista Adusp. Ou seja, nos EUA a educação pública passou a não satisfazer e as pessoas passaram a procurar a iniciativa privada?

FREITAS. É pior, porque foi uma mudança na própria relação público-privado. No Brasil, nós temos uma separação clara entre o público e o privado. Existe o privado, onde o indivíduo constrói a escola, contrata o professor e cobra do aluno. E o público, onde o Estado constrói, paga o professor e mantém a escola. O que observamos nos EUA, na educação básica, é que entre essas duas soluções foi criada uma tercei-

ra: a privatização por concessão. É o público gerenciado pelo privado, mas mantida sua condição de público e de gratuidade para o aluno. É uma administração por contrato de gestão, então é a gestão da escola pública que está sendo privatizada, um caminho de privatização aberto por meio das políticas públicas dos reformadores empresariais.

Outra modalidade de privatização é o voucher ou cheque-educação, em que o dinheiro é dado ao pai, que escolhe o ensino privado ou público e entrega o cheque para a escola que escolheu. Essa é uma outra linha de privatização forte.

Nenhuma dessas alternativas, nos estudos dos pesquisadores norte-americanos independentes, mostra que houve uma melhoria na qualidade de ensino. A diferença entre as escolas que permaneceram públicas e as com gestão privada não evidencia consistentemente que as escolas com administração privada são melhores, com o agravante de que essas escolas com gestão privada tendem a escolher alunos, porque elas têm contratos que regem a relação com a criança e com os pais. Como a demanda é maior do que o número de vagas, fazem sorteio, inclusive para compor a sala. Só aí já há um processo de seleção “natural” porque nem todos os pais, principalmente os mais pobres, se dispõem a concorrer.

Além disso, elas têm regras, contrato, e podem devolver os alunos para a escola pública, como as nossas escolas privadas fazem aqui. Quando um aluno não vai muito bem, lá pelo meio do ano a escola privada chama os pais e os aconselha a encontrar uma outra escola

João Zinclar



para seu filho porque ali ele não está rendendo, vai perder o ano etc. Então, se no meio do caminho você despacha aqueles que não lhe convêm, obviamente seu resultado é maravilhoso no final. Agora, a escola pública não pode escolher aluno, é obrigada a acolher todos, tenham ou não interesse em aprender.

“A lei de responsabilidade educacional americana oficializa a política dos reformadores empresariais e cria todas as condições para a privatização. Há um batalhão de consultores envolvidos nas secretarias e escolas. Tem muita gente ganhando dinheiro”

Esse movimento todo que está em marcha no Brasil tem uma forte liderança dos empresários que se organizam no Movimento “Todos pela Educação”. É um grupo de empresários que se juntaram e coordenam essa proposta. No Estado de São Paulo você tem a “Parceiros da Educação”, que é outro grupo a serviço dessas ideias dos reformadores empresariais, aliás em São Paulo a situação de adesão a estas políticas está bem adiantada.

O que nós temos observado nos EUA com essas políticas públicas é que favoreceram o desenvolvimento de um mercado educacional brutal. Na realidade o que os empresários conseguiram foi montar uma rede social que envolve os próprios empresários, educadores que foram chamados a defender essas ideias, sociedade civil que eles mobilizam, a mídia e empresários educacionais, que viram nessa confluência de ideias oportunidade do desenvolvimento de empresas educacionais.

Fundamentalmente empresas de avaliação e empresas de consultoria, além das operadoras de escolas charters, via contrato de gestão.

Tem uma brincadeira nos EUA com um programa implantado em 2002 e que chamava-se “Nenhuma criança deixada para trás”. Essa lei de responsabilidade educacional americana oficializa a política dos reformadores empresariais nos EUA e, ao mesmo tempo, cria todas as condições para a privatização. Por isso, a brincadeira que se faz com o nome é que pode ser lido como “Ne-

nhum consultor deixado para trás”, porque há um batalhão de consultores envolvidos nas secretarias e escolas. Não produziu os efeitos que se esperava, a melhoria da qualidade educacional, mas produziu muito lucro. Tem muita gente ganhando dinheiro em cima dessa ideia.

Revista Adusp. Aqui no Brasil já existe uma participação grande da iniciativa privada, principalmente nas universidades, então a novidade seria esse novo eixo de prestadores de serviços e talvez até essa oportunidade de concessão. Já existe alguma coisa encaminhada nesse sentido?

FREITAS. A educação infantil já tem sido objeto de operação por concessão, alguns municípios já têm acordo com entidades filantrópicas, ONGs, organizações sociais sem fins lucrativos etc., a coisa está pronta para ser operada em todos os níveis, embora tenha operado muito mais no ensino infantil até agora. O pessoal da área da saúde já vive essa realidade de operação por con-

cessão, hospitais inteiros são concedidos à iniciativa privada, operados por gestão, então isso tem se desenvolvido no Brasil desde a era Fernando Henrique [Cardoso, ex-presidente]. Todo o aparato jurídico está pronto, mesmo as parcerias público-privadas [PPP's], está tudo pronto para operar.

No mais, o próprio Conselho Nacional da Educação oficializou agora o que chama de Arranjo de Desenvolvimento Educacional (ADE). E esses arranjos permitem que conjuntos de municípios se articulem por recursos provenientes da iniciativa privada e do Estado. Claro que os empresários nesses ADEs insistem que querem pôr dinheiro e não tirar, mas por trás deles existe a indústria educacional que será contratada dentro desses arranjos.

“A gente esperava que no Brasil o MEC, sob o governo do PT, estivesse atento a esses processos. Mas, em recente troca, o MEC levou lá para dentro pessoas do ‘Todos Pela Educação’ para ocupar postos importantes, com a responsabilidade pela formulação da política da educação básica”

Foi o Movimento “Todos pela Educação” que emplacou os ADEs no Conselho Nacional de Educação

com o discurso de que não querem dinheiro do Estado — até puseram na lei isso. Por exemplo, o magnata [Jorge] Gerdau, do Grupo Gerdau, assessor da presidenta Dilma e coordenador do “Todos pela Educação”, diz que trabalha para ajudar o governo Dilma mas não quer salário nenhum, que está trabalhando pelo país. Eu acredito, mas ele não está sozinho nisso. Há outros empresários, obviamente, que estão faturando nesse processo pela ampliação de mercado educacional pela via da privatização e prestação de serviços. O caso mais desenvolvido que conheço é o do Estado de São Paulo, onde um conjunto de fundações se organizou para “dar de presente” à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo a consultoria da McKinsey&Company, uma consultoria internacional que opera em mais de 140 países, em várias áreas, inclusive a educacional, e hoje está lá dentro da Secretaria organizando a política educacional, com pagamento feito por meia dúzia de fundações privadas brasileiras.

Então você nota que começam a se estabelecer relações bem próximas entre financiamento privado, doações e o poder público, que aqui no Brasil ainda não se desenvolveu na mesma amplitude que nos EUA.

Revista Adusp. Neste contexto, qual o próximo passo, caso não haja uma intervenção da sociedade?

FREITAS. O que a gente esperava é que no Brasil o Ministério da Educação, sob o governo do PT, portanto com uma visão de esquerda, estivesse atento para esses processos e que pudéssemos nos contrapor a essas políticas que estão sendo ges-

tadas, mas infelizmente não é o que temos observado. Em recente troca o Ministério da Educação levou lá para dentro pessoas do “Todos Pela Educação” para ocupar postos importantes, estão hoje com a responsabilidade pela formulação da política da educação básica. Isso é no mínimo preocupante.

Revista Adusp. E com relação às pessoas que estão de fora do governo?

FREITAS. De fora do governo, eu esperava que as nossas entidades, sindicatos, associações do campo da educação ou de atividades próximas, se organizassem para dar visibilidade quanto aos riscos dessas políticas.

Revista Adusp. Existe alguma movimentação nesse sentido?

FREITAS. Muito precária, ainda. Nos EUA há pelo menos umas dez entidades organizadas contra essas políticas. No Brasil, as coisas são mais recentes, mas há dois anos, na reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, foi criado um movimento de resistência chamado “Movimento Contra Testes de Alto Impacto na Educação”. Ainda está em fase organizativa, tem procurado trazer essas informações que mostram os limites dessas políticas públicas que estão sendo apresentadas como solução para a educação brasileira, pelos reformadores empresariais. A própria Associação Nacional de Pós-Graduação, a Associação Nacional de Política e Administração em Educação (ANPAE), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e os Centros de Estudos Educação e Sociedade têm feito seminários para análise dessa problemática.

Creio que o próximo número (119) da revista Educação e Sociedade traga um dossiê sobre essa questão, inclusive com balanço sobre a política educacional americana.

Aqui no Estado de São Paulo, a Apeoesp-Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e a Apase-Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo, entre outros, têm feito um esforço muito grande em divulgar críticas a essas políticas. Isso é muito importante porque essas políticas às vezes têm atrativos que precisam ser desconstruídos, muitas vezes podem parecer benefício extra para os docentes, como é o caso dos “bônus” para professores, mas que não contam para aposentadoria, entre outros fatores.

“Querem copiar para dentro da escola o modelo empresarial: demitir e admitir professores sem estabilidade, como na CLT. O ideal para os reformadores empresariais é poder demitir aqueles que não ensinam segundo os padrões que eles estabeleceram, independentemente das condições de trabalho. Se há estabilidade, não podem”

Revista Adusp. No seu entendimento, essa agenda empresarial assenta no tripé responsabilização, na esfera da União, meritocracia e privatização, na esfera dos Estados. Em que consistem e como são operadas essas políticas ou conceitos?

FREITAS. Esses três conceitos, responsabilização, meritocracia e privatização, são tentativas de interpretar a política dos reformadores empresariais, compõem a estrutura dessas propostas. Pela responsabilização você cria uma lógica de que os professores e a escola são responsáveis pelo desempenho dos alunos, com isso encontra-se um culpado para os problemas da educação. A culpa é desviada do Estado para a escola e para o professor. Então é um processo de responsabilização do outro. Os Estados lavam as mãos, muitos não querem nem pagar piso salarial, não cuidam das condições de trabalho e querem que a responsabilidade seja do outro, da escola ou do professor.

Esse processo de responsabilização pode ficar mais grave no Brasil porque temos em tramitação, em comissão especial no Congresso, a nossa Lei de Responsabilidade Educacional (PL 7420/06), que está sendo formulada nesse momento. A gente está com atenção no PNE, mas estamos esquecendo da Lei de Responsabilidade, que tramita na sala do lado (em Comissão Especial da Câmara dos Deputados). Então, por aí poderemos ter surpresas nessa questão da responsabilização. Eu não tenho notado uma participação crítica dos professores e das entidades como deveria haver em relação a essa lei.

E você tem a questão da meri-

tocracia, que consiste em entender que o problema educacional se resolve se você implantar o pagamento dos professores por mérito. Isso, basicamente, significa destruir a ideia de que o professor tem de ter estabilidade no emprego. No fim é isso que se quer, copiar para dentro da escola o modelo empresarial, em que você pode demitir e admitir professores sem estabilidade, como qualquer contratação via CLT. Essa é a política global que começa pagando bônus, e evolui para a precarização do trabalho, porque o ideal para os reformadores empresariais é poder demitir aqueles que não ensinam segundo os padrões que eles estabeleceram, independentemente das condições de trabalho. Se há estabilidade, não podem.

Nova Iorque publicou agora a avaliação de 18 mil professores no jornal da cidade, com nome e tudo. A ideia é desmoralizar o professor. Fragilizá-lo. Isso é um pacote que inclui também o apostilamento das redes, que é outra indústria, fortíssima, que fornece apostilas para as redes. A ideia que se tem é que não precisa de um professor muito elaborado para seguir uma apostila em sala de aula, não entendem o professor como profissional, mas como um tarefeiro, pode até ser um tutor, nem precisa ser professor. Para isso, então, se tiver uma pessoa movida a bônus e uma apostila, é o suficiente. Acredito que estamos vivendo um processo que, se prosseguir, vai destruir o sistema público de educação brasileiro, como destruiu nos EUA.

Revista Adusp. O senhor caracterizou o INEP como “uma caixa

preta conectada à indústria da avaliação”, capaz de abrigar distorções como a contratação de empresas para fazer cálculos relativos ao ENEM, e denunciou o fato de que, além de não haver divulgação da confiabilidade técnica no processo, as bases de dados utilizadas no ranqueamento não são colocadas à disposição dos pesquisadores independentes. O que precisa mudar no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira?

FREITAS. Primeiro, precisaríamos avaliar se é esse mesmo o caminho, da avaliação censitária, que queremos para a educação brasileira. Não sou contra a avaliação, nem contra o monitoramento de políticas públicas, mas ela não precisa ser censitária, atingindo todos os alunos de todas as escolas, porque isso gera ranqueamento. Testes são imprecisos e o ranqueamento é sempre muito problemático. Se você faz o monitoramento da política de forma amostral, impede o ranqueamento e obtém a mesma informação que precisa do ponto de vista da política pública. É isso que a Finlândia faz, avaliações amostrais, e é uma das melhores no PISA — não só por isso, há outros fatores. Avaliar, como faz a Prova Brasil, censitariamente, não é condição necessária para melhoria. Você gasta muito dinheiro, enquanto a avaliação amostral é muito mais barata, não tem o problema do ran-



João Zinegar

queamento e fornece base para monitorar política pública, avaliar de um ano para o outro como as coisas estão caminhando etc.

“O ranqueamento produz a concorrência, a disputa, que não é típica da área educacional. O segmento educacional não se comporta como o empresarial, dos negócios, em que a divisão é entre ganhadores e perdedores. Na educação não podemos tratar as pessoas como ganhadores e perdedores”

Revista Adusp. O ranqueamento não é interessante porque tem margem de erro, e o que mais?

FREITAS. Também porque produz a concorrência, a disputa, que não é típica da área educacional. O segmento educacional não se comporta como o empresarial, dos negócios, em que a divisão é entre ganhadores e perdedores. Na educação não podemos tratar as pessoas como ganhadores e perdedores. Se você introduz a concorrência na área educacional gera essa necessidade. As escolas não podem ser colocadas em um processo concorrencial,

mas sim de colaboração dentro delas e entre escolas.

Mesmo comparado enquanto um processo censitário com o que outros países fazem, veremos que no Brasil o INEP não faz divulgação de relatórios técnicos que possam permitir uma avaliação da “saúde” das avaliações que faz. Há critérios técnicos para se “avaliar a avaliação” e nós não conhecemos esses indicadores. Eles não são divulgados. Se você faz um teste, precisa divulgar o índice de confiabilidade desse teste, como ocorre com os exames laboratoriais de saúde. O aluno deveria saber isso. Essas coisas não são transparentes no Brasil.

Só farão isso se tiver lei que exija, como nos EUA, onde você tem que divulgar os resultados de uma determinada forma e isso implica, por exemplo, indicar o nível

sócio-econômico dos alunos que fizeram o teste, as dificuldades que ocorreram durante os processos, margem de erro; e desagregar dados, ou seja, em vez de apresentar uma média nacional mostrar o que acontece com populações específicas. E o INEP não só não divulga esses dados técnicos como também demora muito para processar os testes. Quando os dados chegam à escola, o professor já mudou, o aluno também.

Revista Adusp. No debate com o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), relator do PNE, o senhor chamou atenção para o problema da superlotação em sala de aula. Há visões conservadoras na sociedade que vinculam a queda na qualidade do ensino público ao ingresso massivo, no sistema, dos estratos mais pobres da sociedade, já que não haveria como atender com qualidade os enormes contingentes populacionais. Que acha disso?

FREITAS. É claro que quando se resolve ensinar a pobreza, a coisa muda de figura. Ensinar ricos ou bem posicionados socialmente é mais confortável, porque sabemos que há uma relação entre fracasso e nível sócio-econômico. E nível sócio-econômico mais baixo, em média, tende a estar pior posicionado nas avaliações. Então quando a escola pública foi ampliada em sua base, obviamente os professores tiveram à sua frente uma outra população, o que exige formas diferenciadas de lidar com a questão educacional, exige tempos diferentes de aprendizagem. Nesse aspecto se você superlota a sala de aula, o docente tem

mais dificuldade de fazer o acompanhamento das dificuldades dos alunos. Isso é algo que não precisa de nenhum grande estudo, é senso comum. Uma das coisas que faz a Finlândia ser topo nas avaliações internacionais é uma decisão que ela tem de não ter salas com mais de 24 alunos.

“A Finlândia tem salas pequenas, boa formação dos profissionais, não faz testes censitários.

Quando perguntamos aos responsáveis pela educação qual é o segredo do sucesso, eles dizem: ‘Nós confiamos nos nossos professores’. A política pública lá é feita com os professores e não contra eles”

Revista Adusp. Que outros exemplos práticos o senhor teria para que o Brasil pudesse ter uma educação com mais qualidade?

FREITAS. Há muitas possibilidades que não precisam estar apoiadas nessas políticas dos reformadores empresariais. A Finlândia é um exemplo típico porque está muito bem colocada no PISA e não segue a política dos reformadores empresariais. O que ela tem: salas pequenas, boa formação dos profissionais da edu-

cação, não fazem testes censitários. Tem também uma decisão importante. Quando perguntamos aos responsáveis pela educação na Finlândia qual é o segredo do sucesso, eles dizem: “Nós confiamos nos nossos professores”. Ou seja, a política pública lá é feita com os professores e não contra eles. E também temos o Uruguai, aqui pertinho. No PISA, o Uruguai e o Chile são os melhores da América Latina. O Chile segue o modelo americano, mas o Uruguai não, e é melhor em matemática do que o Chile e segundo atrás do Chile em leitura. No Uruguai é proibido divulgar nomes de escolas, professores e alunos que participam dos processos de avaliação. E a educação vai bem.

Revista Adusp. E quando os governos justificam que não conseguem elevar a qualidade da educação porque o custo é muito alto e não podem fazer mais investimentos?

FREITAS. Tem uma frase, que não me lembro de quem é: “Se a educação é cara, experimente o custo da ignorância”. E precisa de dinheiro mesmo, só pensa o contrário quem tem uma visão estreita da educação. Para alguns, a educação já tem dinheiro suficiente e a questão é melhorar a gestão. Mas educação de qualidade custa, custa caro. Se você tem uma concepção de educação ampla, democrática e exigente, então é caro. Então é preciso 10% do PIB mesmo. Ainda mais para quem tem uma dívida histórica com a educação, como nós: 7,5% vai ser muito pouco, porque o passivo é muito grande.

ESCOLA DE ENGENHARIA DE LORENA, INGRESSO NA USP AINDA INCOMPLETO

Renato Brandão
Jornalista

Manuel Pereira



Campus I da EEL

Criada em 1969, a então Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Faenquil), atual Escola de Engenharia (EEL-USP), construiu grande reputação. Formou os primeiros engenheiros para o antigo Pró-Álcool e tornou-se referência nacional no beneficiamento do nióbio, mineral estratégico. Tão peculiar quanto a trajetória da EEL, que nasceu municipal e depois passou às orbitas federal e estadual sucessivamente, é a situação atual dos seus funcionários e docentes. Embora tenha sido incorporada em 2006 à USP, seu quadro de pessoal responde ao governo estadual

A certeza de se estar em uma unidade de ensino da USP vem do grande número de alunos vestindo camisetas e jaquetas com o logo da Universidade, que andam também munidos das conhecidas canequinhas laranja do programa “USP Recicla”. E, assim como na Cidade Universitária, dezenas de cachorros sem dono vagam pelas ruas. Mas as semelhanças entre a Escola de Engenharia de Lorena (EEL), no interior paulista, e o Butantã, pararam por aí.

“A situação é muito estranha”, observa Carlos Henrique Maia, analista de sistemas. Seis anos após a incorporação da EEL à USP, Maia é um dos quatro funcionários, entre 295, que estão vinculados à Universidade. Os demais são “prestadores de serviço” do governo do Estado.

“Eles fazem o mesmo trabalho que eu, mas não recebem o mesmo reconhecimento e as vantagens de um funcionário da USP”, comenta o técnico. Nos corredores, a posição diferenciada lhe rendeu a alcunha de *Pedigree*. “É tranquila a convivência, fui bem recebido”, relata ele, que está em Lorena há dois anos. Antes,

trabalhava no *campus* Butantã, na capital, mas pediu transferência para ficar mais próximo da família, em Guaratinguetá.

A EEL tem apenas quatro servidores com vínculo trabalhista formal com a USP. O diretor da escola, dois funcionários ligados a ele diretamente e um técnico em informática, que conseguiu uma transferência há 2 anos. Por seu status, ganhou apelido de Pedigree

Bem-humorados na hora de escolher o apelido, os colegas de Maia se mostram desconfortáveis ao falar de suas próprias condições de trabalho. “Me sinto enganada por ter prestado um concurso público. Muitos, como eu, procuravam estabilidade no emprego e acharam que encontrariam

aqui. Foi um grande pepino a vinda da USP”, dispara uma funcionária que não quis se identificar.

Atualmente, a EEL agrega dois campi, onde estudam cerca de 1.200 alunos da graduação e 141 da pós-graduação. São 98 docentes e 197 servidores técnico-administrativos. “Não entendemos por que não podemos entrar no quadro da USP. Já somos funcionários públicos”, questiona o professor André Alves Prado, que leciona no colégio técnico da escola.

De fato, eles são servidores do Estado. Porém, ao invés de pertencerem à Universidade, estão sob a tutela da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT). O vínculo faz parte do convênio provisório firmado durante o processo de integração da então Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Faenquil) à USP, em 2005. Segundo esse acordo, os funcionários da antiga Faenquil tornaram-se “prestadores de serviços” à USP, exercendo as mesmas funções antes desempenhadas. Mas o que deveria ser um período de transição administrativa, a ser encerrado em 2011, tornou-se permanente.

Sem poder ingressar no quadro funcional da Universidade, pois para isso teriam de ser aprovados em concurso público, os servidores da EEL não só se viram privados dos direitos usufruídos por seus colegas da USP — como quinquênios e sexta-parte — como também perderam alguns dos que mantinham na então Faenquil.

Criou-se um estranho paradoxo, diz o professor Domingos Sávio Giordani, chefe do Departamento de Química da EEL: professores de uma unidade da USP que não apenas atende a todas as exigências pedagógicas e institucionais, mas é igualmente capaz de oferecer cursos de graduação e pós-graduação integralmente reconhecidos pela estrutura central, permanecem à margem do quadro docente da Universidade.

Os servidores ficaram decepcionados com a não-incorporação: “Havia a consciência de que não era possível integrar o quadro de docentes estatutários, mas esperávamos ser incorporados como celetistas”. Com o passar do tempo, analisa Giordani, foi inevitável o desgaste de um corpo docente que serve a “dois patrões”. “O serviço que prestamos à USP é pior do que cinco anos atrás. Digo pela falta de recursos humanos, da perda de quadros, de professores que morreram ou se demitiram por não aceitar a situação”.

Em agosto de 2011, a anunciada renovação do convênio provisório nos mesmos termos originais foi o estopim de uma greve geral de docentes e funcionários técnico-administrativos da EEL — a tercei-



EEL conta com 1.100 alunos, número que será ampliado com os novos cursos

ra desde a incorporação à USP. A reivindicação principal era de que o “quadro especial em extinção” saísse da alçada da SDECT, passando ao âmbito da Reitoria. Contudo, um parecer da Procuradoria Geral do Estado interpretou como inconstitucional essa transferência.

Por meio da incorporação, 1.100 alunos, 240 vagas em cursos de graduação e todo o patrimônio da Faenquil foram transferidos para a USP. Mas os funcionários e docentes não foram incorporados ao quadro funcional da Universidade, e vencimentos e vantagens perdiam na comparação

Depois de 30 dias, e contando com amplo apoio dos estudantes, a greve foi parcialmente vitoriosa, ao contrário das mobilizações anteriores. A Reitoria finalmente dispôs-se a pagar gratificações salariais que reduzirão, na maioria dos casos, as diferenças salariais existentes entre o quadro da EEL e o quadro da USP (*Informativo Adusp 333*). Mais importante ainda, a Reitoria assumiu o compromisso de abrir “concursos públicos e processos seletivos” (sic, *USP Destaques 39*, de 9/9/2011) para permitir que os componentes do quadro em extinção se candidatem ao ingresso na corpo docente da USP.

Em seguida, a Assembleia Legislativa aprovou a criação de 142 cargos de docentes (130 professores doutores e 12 professores titulares) para a EEL. Dessas vagas, 88 já para 2012, sendo 22 delas para os novos cursos da escola. Em julho de 2012 foram abertos 28 concursos para professor doutor em regi-

**Professor André Prado****Professor Domingos Giordani****Professor Durval Rodrigues**

me de dedicação integral, RDIDP, e um processo seletivo (este para professor assistente em regime de tempo parcial, RTP, com jornada de 12 horas). Espera-se que tanto aos novos docentes quanto aos atuais sejam oferecidos exclusivamente concursos públicos e não “processos seletivos”, como sinalizou o USP Destaques: afinal de contas, para que tirar-se alguém de um quadro em extinção apenas para jogá-lo na condição de precário?

“É uma situação estranha. Somos referência em muitas áreas. São anos de casa, uma vida acadêmica consolidada e, depois de 25 anos, tem que fazer concurso? Era para ter sido feito antes da incorporação”, opina o professor Durval Rodrigues, que fará a prova. Como alguns docentes não prestarão concurso, a EEL vai conviver por

alguns anos com dois regimes diferenciados para uma mesma carreira. “Tente imaginar uma situação na qual um professor concursado faça uma requisição de usar um espaço que sempre foi utilizado por um docente não-concursado”, inquire o professor Giordani. Porém, ainda pior é a situação dos funcionários técnico-administrativos, para os quais não há previsão de concursos. “Muita gente está desmotivada e se conformou com essa situação”, lamenta o analista de sistemas Carlos Maia, o *Pedigree*.

A infraestrutura é outro foco de problemas. O *Campus I* está localizado a cerca de cinco quilômetros ao norte do centro de Lorena, próximo ao bairro Ponte Nova, área carente da cidade. Em seu entorno, serpenteia o rio Paraíba do Sul, um dos mais importantes do Sudeste. A

principal via de acesso é a recém-asfaltada Estrada Municipal do Campinho. Porém, desde as chuvas do verão de 2010, quando uma ponte desmoronou a 200 metros da entrada do campus, a BR-459, que liga Lorena a Itajubá, se tornou a única passagem. Além do acréscimo de dois quilômetros ao trajeto, o percurso não tem iluminação e os estudantes se sentem mais vulneráveis a sofrerem acidentes ou assaltos.

Já o *Campus II* está localizado a cerca de sete quilômetros de distância do centro de Lorena, ao sul. Situa-se na Estrada Municipal Santa Lucrecia, que cruza a Rodovia Presidente Dutra na altura do quilômetro 53. Os dois *campi* ficam a 11 quilômetros de distância um do outro, e não possuem conexão direta. No início de 2012 foi criada uma linha exclusiva da própria USP,

Fotos: Manuel Pereira



Em 2010, desmonoramento interrompeu principal acesso ao Campus I

para ligar os dois pólos: uma linha exclusiva com veículos e motoristas da própria universidade. “Com as linhas, poderemos fazer com que os alunos tenham aulas nos dois *campi* em um mesmo dia”, espera o diretor, professor Nei Fernandes de Oliveira Júnior.

Tanto quanto moradia estudantil nos campi, os alunos reivindicam melhores condições no transporte urbano, que dispõe de poucas linhas e horários, e maior segurança, pois têm sido vítimas de roubos ao voltar para casa

O transporte público de Lorena costuma ser alvo de críticas dos alunos da EEL. Cada *campus* é atendi-

do por uma única linha urbana. Os coletivos partem do terminal urbano, na região central, em horários fixos. “A cidade é pobre e o transporte urbano é ruim na cidade inteira, não é só para os estudantes da EEL”, rebate o diretor Fernandes. Como alternativa, moradores e estudantes utilizam a bicicleta como meio de transporte. A Prefeitura informou que, em 2009, elas eram cerca de 100 mil, ou seja, 18 mil a mais do que o número de habitantes, o que levou Lorena a reivindicar o título de “Cidade das Bicicletas”.

Se a insegurança ronda as redondezas dos *campi* à noite, a chegada dos universitários às repúblicas estudantis na área central tampouco é garantia de tranquilidade. Segundo muitos deles, são frequentes abordagens e assaltos noturnos no desembarque no centro. “Uma vez, quase fui assaltada. Sorte que uma mulher me avisou: ‘Tem um cara de vermelho te seguindo’”, relata Roberta Piffer Teixeira, aluna do 3º ano de Engenharia Química.

“Os alunos têm uma condição financeira média acima da população local, viram presa fácil de delitos”, reconhece o diretor. “Somamos esforços para pedir providências, mas não podemos fazer nada além. É um problema de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado”. A Reitoria diz ter encaminhado uma proposta de parceria entre a Prefeitura de Lorena e a Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo, que faria estudos sobre a implantação de novas linhas urbanas, itinerários etc. Além disso, solicitou reforço policial nos arredores dos *campi*.

No *Campus I* da EEL estão as salas de aulas e laboratórios dos departamentos de Ciências Básicas e Ambientais, Engenharia Biotecnologia e Engenharia Química, que precisam de reparos. Antes da estadualização da Faenquil, o local abrigava o Centro de Pesquisas em Biotecnologia e Química (**vide quadro na p. 24**), onde se desenvolveu o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool). Lá se formaram os primeiros

Manuel Pereira



Campus II dista 11 quilômetros do I

engenheiros para atuar nas futuras usinas alcooleiras do país. A unidade contava com uma usina-piloto para produção de álcool industrial como combustível alternativo. Encerrado o programa, a usina foi desativada e transformou-se na biblioteca do campus. Seus galpões foram adaptados para laboratórios e salas de aula.

O Campus I herdou grande parte da estrutura montada para o Pró-Álcool, que rendeu reputação à Faenquil como gestora do projeto e formadora dos engenheiros que trabalhavam nas usinas espalhadas por todo o país — uma delas na própria faculdade

O horizonte é de melhorias, acredita o professor Fernandes. No local está sendo erguido um novo conjunto de laboratórios didáticos do ciclo básico e, no segundo semestre deste ano, também começarão as obras do novo centro de convivência, que terá um auditório com 300 assentos e áreas reservadas para o centro acadêmico e o grêmio de funcionários. “Em 2014, esse *campus* estará muito diferente”, imagina o diretor.

A demanda por esse espaço era antiga, aponta o estudante Paulo Barnabé, do sexto ano de Engenharia Química. “As coisas acontecem geralmente fora daqui. Quase tudo que fazemos é no centro. Aqui é um mundo isolado”, reclama.

À parte e novo em folha é o restaurante universitário, concluído em 2010, mas com previsão de inauguração somente no início de 2013. Sem um “bandejão”, hoje a comunidade da EEL conta apenas com uma pequena lanchonete e uma cantina, mantida por funcionários voluntá-

rios. Mais conhecida como “sopão”, oferece uma refeição noturna por R\$ 1,50. O cardápio varia de cachorro-quente a cozido de carne com legumes, acompanhado de arroz.

Em nenhum dos *campi* existe ambulatório médico. No *Campus I* há duas pequenas agências bancárias, um centro de informática e um conjunto esportivo, com duas quadras descobertas e dois campinhos. Perto dali fica a capela, algo que pode causar estranhamento ao laico espírito uspiano.

Os *campi* da EEL tampouco contam com moradia estudantil. Sua construção tem sido cobrada pelo diretório acadêmico. “Acho justa a reivindicação, mas há problemas mais urgentes para resolver. Não é uma prioridade”, avalia o diretor da unidade. E acrescenta: “O Coseas ajuda os alunos carentes da unidade com bolsas-moradia”.

O diretório acadêmico reivindica a construção de moradia estudantil, mas para o diretor da EEL não é prioridade: “Não tenho salas, laboratórios. Preciso resolver o problema de espaço para os novos cursos”...

Prioridade, diz Fernandes, é concluir as obras dos novos laboratórios e resolver o problema de espaço para novos cursos. Em 2012, a EEL passou a oferecer



Professor Nei Fernandes, diretor da EEL



Os alunos Paulo Barnabé, Caio Girelli, Roberta Piffer e Yuri Nunes

graduação em Engenharia Ambiental, Engenharia Física e Engenharia de Produção. No ano que vem, a escola terá o curso de Engenharia Mecânica. A expansão da USP chega à EEL, criando novos problemas, sem que os antigos tenham sido resolvidos. Alunos relatam casos de superlotação em disciplinas e falta de docentes e técnicos nos laboratórios. “Tem professor sobrecarregado, que assumiu matérias de outros, dando aula no sábado de manhã porque precisa cumprir com suas disciplinas durante a semana”, aponta o sextanista Paulo Barnabé. “E com a abertura de novas vagas, tende a piorar, faltar salas”.

Além dos cursos na graduação, o *Campus I* oferece pós-graduação em Biotecnologia Industrial e Engenharia Química. A unidade abriga ainda uma escola de ensino médio técnico, com cerca de 270 alunos: o Colégio Técnico de Lo-

rena (Cotel), que figura entre as 50 melhores escolas públicas do país e as dez melhores do Estado, quando se levam em conta as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Assim como no *Campus I*, boa parte das instalações da EEL II consiste em galpões adaptados, desta vez oriundos dos tempos do Centro de Materiais Refratários (Cemar), embrião do atual Departamento de Engenharia de Materiais.

Se com o Cebiq o atual *Campus I* tem uma história atrelada ao Pró-Álcool, o Cemar é o berço do Projeto Nióbio. Usado principalmente em ligas de aço para a produção de materiais supercondutores, o nióbio possui inúmeras aplicações na indústria, desde a fabricação de joias à produção de motores de aviões a jato e aparatos para foguetes. Em seus tempos áureos, este local era o centro

nacional de refino e purificação do metal, tornando-se referência internacional na área. “Até 1986, 100% da produção nacional do nióbio saía daqui”, conta o professor Durval Rodrigues, chefe do departamento.

O segundo campus da EEL surgiu por causa do Projeto Nióbio, que fez do Brasil referência tecnológica no refino e purificação do metal. Na época quase toda a produção nacional de nióbio, comprada por EUA, Europa e Japão, saía da unidade

O legado do nióbio ficou para a EEL. Rodrigues explica que há



Alunos pesquisam na biblioteca, onde antes funcionava a usina



Cotel é uma das melhores escolas do país



Laboratórios ocupam galpões, que foram adaptados



Cantina é solução precária para a necessidade de alimentação



Conjunto esportivo no Campus I

equipamentos na unidade sem similares em território nacional e procurados por pesquisadores de diversas partes do país. A unidade oferece graduação e pós-graduação em Engenharia de Materiais. Além de contar com laboratórios e biblioteca, possui salas de aula mais estruturadas, que passaram por reformas e receberam aparelhos de ar-condicionado, projetores multimídia, tela para projeção e quadro branco novos.

À parte um campo de futebol *society*, quase inexitem espaços de lazer no *Campus II*. Segundo o professor Rodrigues, nos próximos anos a unidade deve ganhar um conjunto de vivência com restaurante universitário, anfiteatro, ginásio poliesportivo e piscina, além de novos edifícios com salas de aula e laboratórios didáticos e de pesquisa.

Para Carlos Maia, embora a antiga Faenquil tivesse seus próprios méritos, “a vinda da USP trouxe um pouco de dinamismo para a faculdade, fora o nome em si”. Seu ponto de vista é compartilhado pelo professor Giordani: “Pelo lado didático, acadêmico, foi uma melhora enorme para a faculdade. A escola melhorou materialmente”.

O professor Prado Alves, do Colégio Técnico, guarda certa esperança de mudanças. “Nossa grande expectativa é se a Universidade vai ou não abraçar a gente, mostrar que fazemos parte do mesmo conjunto da USP”. Contam alguns funcionários e estudantes que a USP ganhou fama na EEL de ser “um paquiderme”. “Ela se mobiliza muito devagar, mas acaba andando”.

INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO, PRÓ-ÁLCOOL E PROJETO NIÓBIO MARCARAM DÉCADAS DE 1970 E 1980

Hoje com 82 mil habitantes, o município de Lorena foi o núcleo de dois grandes projetos do governo federal durante o regime militar: o famoso Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) e o desconhecido Projeto Nióbio, ambos trabalhados por engenheiros e pesquisadores de dois centros de pesquisa vinculados à antiga instituição pública de ensino superior da cidade, a Faculdade Municipal de Engenharia Química (Famenquil).

Fundada por decreto da Prefeitura em abril de 1969, a Famenquil perdeu o vínculo com o município poucos anos depois, quando passou a ser controlada por uma fundação e contar com aporte do governo militar. A fase seguinte seria fortemente condicionada pela presença do Exército.

A agora Faenquil foi implementada por um grupo de engenheiros militares da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), uma empresa do Exército. Localizada em Piquete, cidade vizinha a Lorena, a Imbel fabricava armas portáteis, munições, explosivos e equipamentos de comunicações, além de constituir-se no principal destino de capacitação dos engenheiros formados pelo Instituto Militar de Engenharia.

Idealizador da Faenquil, o tenente-coronel Luiz Sylvio Teixeira Leite foi o primeiro diretor da faculdade, em um período no qual eram desenvolvidos ali projetos para a fabricação de ácido acetilsalicílico (principal matéria-prima da aspirina), anilina (composto muito utilizado na indústria de corantes) e oxigênio. Entretanto, por pressão de transnacionais do ramo, os projetos foram suspensos.

O coronel deixou a direção da Faenquil em 1976, ano anterior à abertura do seu primeiro curso de graduação em engenharia industrial química. Mantida à época pela Fundação de Tecnologia Industrial (FTI), vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio,

tornou-se campo de pesquisas em biotecnologia, química fina e novos materiais. Conquistou reputação como gestora do Pró-Álcool e do Projeto Nióbio.

Extinto o regime militar, o governo Sarney cortou os incentivos da FTI. A fundação passou a ter dificuldades para sustentar a Faenquil e seus dois centros de pesquisa, Cebiq e Cemar. Porém, mesmo sob ameaça de ter de encerrar as atividades, a faculdade implantou, no final da década de 1980, seus primeiros cursos de pós-graduação: em engenharia de materiais e engenharia de qualidade.

Em 1990, o Tribunal de Contas da União determinou que os convênios entre a FTI e a Faenquil deixassem de ser renovados, o que abriu caminho para que o então governador Orestes Quércia encaminhasse um projeto de estadualização da faculdade e dos centros de pesquisa. No ano seguinte, já no governo de Luiz Antônio Fleury Filho, a Faenquil passou a integrar o Sistema Estadual de Ensino Superior, sob forma de autarquia de regime especial, administrada pela então Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado.

A Faenquil ganhou sobrevida ao tornar-se uma faculdade estadual, mas os problemas financeiros persistiram. Os repasses eram inferiores às verbas recebidas nos anos dourados da faculdade. O resultado da situação foi a constante perda salarial e a defasagem no plano de carreira para professores e funcionários.

Na virada do século, avançaram as negociações para que a Faenquil fosse incorporada por uma das universidades estaduais paulistas. Em 2003, a Universidade de São Paulo apresentou um projeto com essa finalidade. A incorporação foi celebrada em 2005 e implantada de fato em 2006, quando a USP recebeu patrimônio, cursos e alunos da Faenquil, agora denominada Escola de Engenharia de Lorena (EEL).

NOVA “PROCURADORIA DISCIPLINAR” TORNA A REPRESSÃO PROFISSIONAL

Katia Abreu e Barbara Lopes
Jornalistas

Daniel Garcia



O ameaçador bunker da Procuradoria, a alguns quarteirões da Cidade Universitária do Butantã

Ao transformar a Consultoria Jurídica da USP (CJ) em Procuradoria Geral (PG), a gestão Grandino Rodas reformulou seu organograma. As três antigas áreas — patrimonial, consultiva e contenciosa — tornaram-se oito, uma delas voltada especificamente à repressão institucional: a Disciplinar, destinada a prestar “consultoria e assessorias às Comissões de Sindicância e de Processos Administrativos Disciplinares” e realizar “análise jurídico-formal dos processos disciplinares, avaliando a adequação às normas aplicáveis”. A nova repartição ocupa um imóvel na Rua Alvarenga, com fachada apropriada às suas finalidades

Inevitável: aqueles que lutam por uma universidade pública e democrática hão de lembrar-se do reitor João Grandino Rodas como um inquisidor. Ou mesmo um “exterminador do futuro”, como os funcionários públicos estaduais diziam do então governador tucano Mário Covas (falecido em 2001, quando exercia seu segundo mandato consecutivo). Esses epítetos podem parecer exagerados, mas fazem jus aos esforços de Rodas para calar e, sobretudo, punir aqueles que lhe fazem oposição política na Universidade de São Paulo.

“É uma política que não é só da Reitoria por si mesma. É uma política do governo do Estado, de repressão. É um ataque direto ao movimento estudantil, ao movimento sindical, aos estudantes que lutam por direitos e liberdade dentro da universidade”, afirma Diana Assunção, funcionária da Faculdade

de Educação e diretora do Sintusp, que sofre processo pela última ocupação da Reitoria. A criminalização e judicialização da política é a marca maior da gestão Rodas.

Dois grupos de processos administrativos se destacam nesse quadro: os relacionados à ocupação de dependências da então Coordenadoria de Assistência Social (Coseas, hoje Superintendência de Assistência Social), em 2010; e aqueles que decorrem da ocupação da Reitoria, em 2011. No primeiro caso, foram enquadrados estudantes sem moradia que retomaram salas do bloco G do Conjunto Residencial da USP (Crusp). Esse caso resultou em 13 alunos processados e seis eliminados (posteriormente, dois foram reintegrados por decisão judicial). A ocupação da Reitoria em novembro do ano seguinte, em protesto contra a presença da Polícia Militar no campus Butantã, teve desfecho

violento: a reintegração de posse por tropa de choque da PM, com denúncias de abuso policial (Revista Adusp 52, p.43). Foram abertos boletins de ocorrência contra 72 pessoas, das quais 54 alunos e dois funcionários, cujos processos administrativos ainda estão em andamento. Eles correm o risco de ser eliminados da Universidade.

Solicitamos à Reitoria, através de sua assessoria de imprensa, um levantamento dos processos em andamento, bem como um histórico de abertura de processos e sindicâncias nos últimos cinco anos. Inicialmente, a reportagem foi informada de que tais dados seriam sigilosos e que seria impossível calcular o total de processos abertos nos últimos anos, pois as unidades e órgãos da Universidade têm a prerrogativa de abri-los e conduzi-los. Requeremos então esses dados por meio de pedido formal à Procuradoria Geral da USP, baseado

Fotos: Daniel Garcia

**Diana Assunção, do Sintusp**

na Lei de Acesso à Informação, que regulamenta o direito constitucional de acesso à documentação de órgãos públicos e define que, em caso de informações sigilosas, deve haver justificativa que esclareça quem é prejudicado caso sejam divulgadas. O pedido foi enviado no dia 22 de agosto e os primeiros vinte dias de prazo legal esgotaram-se sem qualquer resposta daquele órgão.

Integrante da comissão jurídica que acompanha o processo relativo à ocupação da Reitoria, o advogado Gustavo Seferian faz um breve histórico de processos contra o movimento estudantil que acompanhou nos últimos anos: “Em 2010, pipocaram sete processos políticos, e acompanhei seis, inclusive a reabertura do processo da ocupação da Reitoria de 2007, que era dado como ‘morto’; em 2011, foram mais três processos administrativos por motivos políticos que passei a acompanhar, fora outros problemas

envolvendo principalmente estudantes do Crusp; e em 2012, estouraram os casos da ocupação de 2011. Historicamente, quem vinha sofrendo mais eram os funcionários, o pessoal do Sintusp. Esse endurecimento com os estudantes se deu mesmo com o Rodas”.

Mesmo antes de assumir o cargo máximo da USP, Rodas já havia demonstrado sua estratégia no jogo político. “Em 2007, quando dentro da burocracia universitária houve uma desavença quanto ao modo de se tratar a ocupação da Reitoria pelos estudantes, o Rodas estava no setor que pressionou a reitora [Suely Vilela] a chamar a polícia”, lembra Fernando Bustamante, pós-graduando da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e um dos alunos processados pela ocupação da Reitoria em 2011.

Ainda em 2007, quando diretor da Faculdade de Direito (FD), Rodas solicitou à Polícia Militar que retirasse à força os representantes de movimentos sociais que ocupavam o pátio da faculdade, em manifestação pacífica e com duração determinada de 24 horas, na Jornada Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública.

“A repressão política já era um método da Reitoria de tempos anteriores. Ela fica completamente às mostras com a demissão do Brandão por justa causa, ainda na gestão Suely Vilela. A entrada do Rodas marca a sistematização dessa política”, comenta Bruno Coturri, estudante de Ciências Sociais também indiciado pela última ocupação da Reitoria. Diana confirma a perseguição ao

**Advogado Gustavo Seferian**

Sintusp: “Estou sofrendo outros processos junto com outros diretores do sindicato. Tem vários processos relacionados aos boletins do sindicato, por calúnia e difamação. Tem diretor com mais de 10 processos, fora sindicâncias. Processos por conta de greves, manifestações...”

O instrumento jurídico à disposição desses novos inquisidores institucionais não poderia ser outro: o Decreto 52.906, de março de 1972, incorporado pelo Regimento Geral da USP. A menção aos “princípios constitucionais” tem ficado no papel

Na Reitoria desde 25 de janeiro de 2010, Rodas promoveu uma reestruturação administrativa na Universidade (vide Revista Adusp 50, p. 75). Uma das mudanças mais importantes foi a operada na Consultoria Jurídica (CJ), que ele transformou em Procuradoria Geral (PG). Mediante a justificativa de agilizar a distribuição e o trâmite de processos, o organograma do órgão foi reformulado. As três antigas áreas (patrimonial, consultiva e contenciosa) se tornaram oito, todas subordinadas ao gabinete do procurador geral: consultiva de pessoal docente e técnico-administrativo; acadêmica e de convênios; patrimonial; de contratos administrativos e licitações; judicial civil; de recuperação de ativos; judicial trabalhista; e disciplinar.

O portal da USP define assim as atribuições da área disciplinar da PG: “Presta consultoria e assessorias às Comissões de Sindicância e de Processos Administrativos Disciplinares. Realiza análise jurídico formal dos processos disciplinares, avaliando a adequação procedimental aos princípios constitucionais e às normas aplicáveis.”

Portanto, sob a bandeira da eficiência, foi criada uma estrutura na Universidade com o objetivo específico de investigar e processar alunos e funcionários. O instrumento jurídico à disposição desses novos inquisidores institucionais não poderia ser outro: o Decreto 52.906, de março de 1972, incorporado pelo Regimento Geral da USP, de outubro de 1990 (Resolução 3.745, de outubro de 1990, gestão Leal Lobo).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 PROCURADORIA GERAL
 Procuradoria Disciplinar

Processo Administrativo Disciplinar n.º 2012.1.2196.1.1

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

De ordem da Senhora Presidente da Comissão Processante, instituída para apurar os fatos narrados na Portaria Interna GR n.º 129/2012, em anexo, imputados a Vossa Senhoria, sujeitando-o, portanto, a pena de eliminação do quadro discente da Universidade de São Paulo, nos termos das disposições contidas nos artigos 248, IV e 249, IV, do Decreto Estadual n.º 52.906, de 27 de março de 1972 (anterior Regimento Geral da Universidade de São Paulo, em vigor por força do quanto consignado no artigo 4º das Disposições Transitórias do atual Regimento Geral – Resolução n.º 3745, de 19 de outubro de 1990), venho **CITÁ-LA** para, nos termos do art. 63, inciso III, da Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1998, apresentar a pertinente defesa prévia, indicando as provas que pretende produzir e justificando a pertinência de eventual produção de prova testemunhal, sob pena de indeferimento, no prazo de 15 (QUINZE) dias contados do recebimento do presente mandado.

Outrossim, desde já, fica **INTIMADA** Vossa Senhoria a **comparecer perante a Comissão, no dia 22 de maio de 2012, às 14h30**, na Sala de Reuniões da Procuradoria Disciplinar da Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo, situada na Rua Alvarenga n.º 1416, Butantã, São Paulo/Capital. oportunidade em que será colhido seu depoimento, podendo-se fazer acompanhar de advogado legalmente constituído, sendo certo que o seu não comparecimento implicará em revelia e confissão acerca da matéria de fato.

Fica facultada a vista dos autos do processo em epígrafe, na Secretaria da Procuradoria Disciplinar, localizada no endereço acima declinado, ficando consignado, também, que eventuais testemunhas arroladas, se deferida a sua oitiva, deverão comparecer perante a Comissão, independentemente de intimação e às suas expensas do denunciado, em data e horário a serem oportunamente marcados.

São Paulo, 05 de abril de 2012.

Valter de Melo Ferreira
 Secretário

Ilma. Sra.

Aluna da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
 Avenida Professor Luciano Gualberto, 315 – 2º andar – sala 315
 Butantã – São Paulo/SP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – PROCURADORIA DISCIPLINAR
 Rua Alvarenga, 1416, Butantã
 05509-003 – São Paulo, SP – Tel.: 55-11-3091 1150

1/1

A menção aos “princípios constitucionais” tem ficado apenas no papel, a julgar pelas intimações em que alunos são advertidos de que “o não comparecimento implicará em revelia e confissão acerca da matéria de fato” e por relatos sobre a condução das oitivas (vide p. 30).

“Enquanto não for aprovado o novo regime disciplinar pela CLR [Comissão de Legislação e Recursos]”, reza o artigo 4º das Disposições Transitórias do Regimento Geral de 1990, “permanecem em vigor as normas disciplinares estabelecidas no Regimento Geral da USP

editado pelo Decreto 52.906, de 27 de Março de 1972”. Quarenta anos após o decreto original, vinte e dois anos após a edição das disposições “transitórias”, não há notícias de um novo regime disciplinar.

Esse dispositivo ditatorial prevê a pena de “eliminação” de alunos (artigo 248, inciso IV), sempre que “for demonstrado, por meio de inquérito, ter o aluno praticado falta considerada grave” (artigo 249, inciso IV). O critério de gravidade, porém, é subjetivo, e o artigo 250 tipifica como infrações disciplinares, “passíveis de sanção segundo a gravidade da falta cometida”, nada menos do que nove condutas dos alunos, inclusive “promover manifestação ou propaganda de caráter político-partidário” e “incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (vide quadro na p. 33).

O MPE instaurou o Inquérito Civil 088/2011, que apura possíveis irregularidades na nomeação, pelo reitor Rodas, do procurador geral Gustavo Monaco. Denúncia ao MP aponta pessoalidade nas nomeações de Monaco e do procurador Carlos Vilela Sampaio

Para liderar a recém criada Procuradoria Geral, Rodas designou Gustavo Ferraz de Campos Mona-

co, professor da FD. Além dele, o reitor nomeou como procurador Carlos Alberto Vilela Sampaio, para atuar na área consultiva de pessoal. As contratações geraram resistência entre os procuradores da antiga CJ e estão sendo investigadas pelo Ministério Público Estadual, que recebeu denúncia anônima de irregularidades nas nomeações.

O MPE instaurou o Inquérito Civil 088/2011, que apura possíveis ilegalidades na nomeação de Monaco e Sampaio, admitidos sem concurso público e sem cumprir o requisito de cinco anos de efetivo exercício da advocacia, exigido para o cargo. Além disso, a denúncia apresentada ao MP aponta pessoalidade nas nomeações, uma vez que Monaco foi orientando de doutorado de Rodas na FD, enquanto Sampaio é filho da ex-reitora Suely Vilela, cujo chefe de gabinete, Alberto Carlos Amadio, foi mantido no cargo por Rodas.

Monaco foi empossado como procurador geral da USP em fevereiro de 2010. Sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) data de 2008. Na defesa que encaminhou ao MPE, menciona que a exigência para ingresso na magistratura e no próprio MPE é de três anos de atividade jurídica: “Não haveria por que se entender que para ser procurador da Universidade de São Paulo, à época de minha nomeação, seriam necessários cinco anos de advocacia”. Alega que suas experiências acadêmicas (mestrado, doutorado e docência) são suficientes para preenchimento do cargo. Nega ser “afilhado político” de Rodas, com quem tem contato desde 1998 na FD, mas afirma, ao mesmo tempo:

“O ambiente acadêmico levou-me a ter uma relação pessoal mais próxima com o mencionado professor, e por gozar de sua confiança há tantos anos, fui nomeado para função de procurador geral”.

Os três pediram arquivamento do caso. Cabe agora ao promotor Valter Foletto Santin avaliar o que foi apresentado e decidir se abre uma ação civil pública ou engaveta o inquérito.

O advogado Gustavo Seferian acredita que a nova estrutura profissionaliza a repressão, criminalizando todo incidente político: “A orientação agora é que a Guarda Universitária, ou a vigilância do Crusp, ao verificar alguma coisa que foge da normalidade, vá na delegacia abrir um BO”

“Com essa organização, eles não alteram a estrutura da administração, mas profissionalizam as formas de proibir práticas políticas”, avalia o advogado Seferian. “Uma coisa que não existia antes era a abertura de boletins de ocorrência frente a eventuais incidentes políticos na universidade, que antes eram resolvidos nas instâncias internas e olhe lá... muitas vezes não dava nada. A orientação agora é que o pessoal da Guarda Universitária, o serviço de vigilância do Crusp, todo mundo, a partir do

momento em que verifica alguma coisa que foge da normalidade, ou da moralidade, faça um relatório e vá na delegacia abrir um boletim de ocorrência (BO)”, completa.

São esses boletins de ocorrência que vêm sendo usados como base material para a abertura de processos administrativos, sem o devido inquérito ou sindicância. “O BO é uma acusação unilateral, por parte da polícia. Eles contam com os instrumentos policiais. E o processo acontece a partir de um BO que imputa a gente num flagrante que já dissemos que não aceitamos”, critica Bruno. “Não há no mundo jurídico nenhum livro de direito que estabeleça a hipótese de abertura de um processo administrativo disciplinar com base em boletim de ocorrência, isso é uma novidade do reitor Rodas”, afirmou o experiente advogado Luiz Eduardo Greenhalgh em audiência pública na Assembleia Legislativa.

Também sem precedentes é o uso sistemático do Decreto 52.906/72: “É parte da política da Reitoria uma revalorização do Regimento de 1972. Antes ele era usado, mas agora todos os processos, principalmente contra os estudantes, são baseados nele. Tem a ver com isso, da Procuradoria Disciplinar”, comenta Diana. O decreto não é contestado apenas por haver surgido durante a Ditadura Militar, mas também por ser anterior à Constituição de 1988, que estabelece a autonomia universitária. A USP não poderia utilizar um regimento interno decretado pelo governador do Estado. “Na verdade, isso é um suicídio da autonomia. A Universidade não pode abrir mão da autonomia para aceitar o que foi

Daniel Garcia



Advogado Aton Fon Filho

dito pelo governador”, explica o advogado Aton Fon, que defende seis alunos expulsos em 2011.

A condução dos processos também atropela princípios essenciais do Estado democrático, como a individualização das condutas, a proporcionalidade e a presunção de inocência. A escolha da pena mais grave para os alunos no caso da ocupação da Coseas — a expulsão — não foi justificada pela comissão processante. Pelo contrário. Os alunos não eram reincidentes e a própria comissão admitiu que a ocupação tinha um caráter político. “A ação política é vista em geral, do ponto de vista jurídico, como privilegiada, como mais leve”, esclarece Fon. Para se explicar perante a opinião pública, a Reitoria divulgou uma nota que dizia que o processo administrativo disciplinar apurou, além da ocupação, outras ações graves, como o desaparecimento de documentos. “Só que na acusação feita no processo não consta nada disso”, lembra Fon. “Falamos de depredação, mas o espaço estava ali há dois anos,

“FIQUEI DUAS H

No dia 28 de fevereiro de 2012, algumas pessoas fizeram um protesto no Restaurante Central do campus Butantã. Segundo os relatos, foi um ato pacífico, espontâneo e sem líderes, que aconteceu no fim da tarde. Os manifestantes apenas giraram as catracas, sem entregar os tíquetes, e serviram-se da comida oferecida diariamente por R\$ 1,90 aos alunos. O chefe da Superintendência de Assistência Social (antiga Coseas), entretanto, entendeu o evento como uma “invasão” e, munido de algumas fotografias, abriu uma sindicância para apurar o fato.

A reportagem da Revista Adusp não conseguiu confirmar com a Assessoria de Imprensa da Reitoria quantas pessoas serão intimadas a depor neste novo processo. Fala-se em dezenas de estudantes. Uma aluna de Letras, que não quer ser identificada por temer represálias, prestou depoimento no final de agosto, em uma sala improvisada da Coseas, pois as dependências onde normalmente ocorrem oitivas estavam todas ocupadas. Reproduzimos abaixo o relato da estudante, que evidencia um interrogatório arbitrário e cruel, beirando a tortura psicológica.

“O bandeirão estava aberto, já eram umas 18 horas. Várias pessoas (gente do Crusp, gente que estava passando, gente que conhecia mais gente que já estava ali) foram girando a catraca e

Aluna relata interrogatório cruel

ORAS E MEIA NA SALA. FALARAM: 'CONFESSA LOGO'. FUI CHAMADA DE MANIPULADA"

entraram na fila da comida. Passei assim como os outros. Alguns informaram, em voz alta, que era uma manifestação contra a falta de diálogo nas mudanças acontecidas na Universidade, falaram dos processados, do Reitor, da polícia. Quando a Guarda chegou, fui conversar com o chefe, que contou ter receio de que alguém transformasse aquilo em baderna. Eu disse que não ia dar em nada assim, para ele ficar despreocupado. Então, ele sugeriu que eu ficasse a seu lado, perto da catraca mesmo. As pessoas iam passando, e falavam, alto para o pessoal ouvir, que era uma manifestação de caráter pacífico, pelo diálogo. Depois, o chefe da Guarda me deu tchau, disse para eu me cuidar, e acabou-se.

Fui avisada 72 horas antes sobre o dia e a hora do meu depoimento. Todas as salas da Superintendência estavam com gente prestando depoimento, em processos diferentes. Fui mandada para uma sala atrás do Restaurante Central, nos fundos. Cheguei lá só havia a escritã e a procuradora. Como pensava ser só um esclarecimento, puxei assunto e pedi informações sobre o processo. A procuradora me disse que não tinha nada para me informar: eu já sabia do que era culpada, e eu já conhecia todo o procedimento porque já passei por isso outras vezes.

Tentei algumas perguntas que foram respondidas assim: 'Isso não é uma sala de aula, isso é um inquérito, quem trata de perguntar aqui sou eu, você responde'. Tentei ligar para o D., que também estava prestando depoimento, para tentar de última hora arranjar um advogado. Impossível, celular desligado. Chegou outro professor e começou. A primeira coisa que a procuradora fez foi ler a descrição dos fatos: que eu estava na fila, segurei a mão do funcionário que controla o acesso ao bandeirão para impedi-lo de pegar os tíquetes, e fez várias outras acusações que não eram verdade.

Fiquei duas horas e meia na sala. A procuradora disse que todos os outros notificados me apontaram como líder, que sabia que havia me reunido horas antes com R., S. e A., e que A. já estava expulsa. 'Este é mesmo o único caminho pra quem faz essas coisas'. O outro professor falou que eu poderia ter um futuro profissional brilhante: 'Olha só que desperdício, se vê que você é uma menina inteligente, metida nisso'.

Uma hora perguntavam para mim e o outro respondia com sarcasmo. Fui chamada várias vezes de manipulada, outras de líder. Falaram 'confessa logo, você está arrependida', 'você não fala nada de útil', 'é bom começar a colaborar', que eu estava

protegendo os outros, que eu ia pagar tudo sozinha, ser processada sozinha, sofrer as consequências sozinha.

Eu não aguentei. Coloquei a mão na testa e fechei o olho segurando o choro, eles não paravam de falar. Tentei responder devagar, mas desabei a chorar. Daí me lembrei de algo que me convenceu que a procuradora mentia sobre o depoimento das testemunhas: seria impossível dois dos 'líderes' apontados estarem ao mesmo tempo no mesmo local. Eles tinham na época filho recém-nascido e eu sabia que um deles sempre ficaria com o filho. Não havendo mais caminhos, o professor encerrou: 'Sinto muito, a gente tentou te ajudar, obrigado'.

Assinei o depoimento, com a cara inchada, nervosa e louca para sair logo dali. Só assinei porque não aguentaria, ao bater o pé, mais meia hora de guerra. Peguei uma cópia do depoimento. Lendo, vi que além de mal escrito, as coisas que eu disse estavam truncadas, cortadas, mal explicadas, editadas. Não parecia que alguém me fazia perguntas e eu respondia, parecia que eu me repetia e me autoacusava. A última frase é algo como 'e como nada mais me foi dito, nem perguntado e nem por mim respondido, assino e dou fé'. Mas muito mais me foi dito e por mim respondido e já esquecido".

COMISSÕES PROCESSANTES TÊM PERFIL CONSERVADOR

Para julgar os mais de 50 indiciados pela ocupação da Reitoria foram formadas quatro comissões processantes. Cada uma delas é composta por um procurador e dois professores, designados pela Reitoria. A seguir, uma breve apresentação dos responsáveis por decidir se os alunos e funcionários envolvidos no processo serão ou não eliminados da Universidade. Uma análise sumária da sua composição permite verificar forte presença de docentes vinculados à área empresarial e às fundações privadas ditas “de apoio” atuantes na USP.

Ana Maria Cancoro Kammerer. Procuradora chefe da área disciplinar da PG, está no corpo jurídico da USP desde 2004. Antes, atuou no Departamento de Recursos Humanos da Reitoria.

Maria Fidela de Lima Navarro. Professora titular da Faculdade de Odontologia de Bauru, foi secretária geral da USP na gestão Suely Vilela (2006-2010). Autora de 204 artigos científicos, dos quais 34 foram publicados no período em que exerceu a secretaria geral. Foi presidente da Funbeo, fundação privada dita “de apoio” à Faculdade de Odontologia de Bauru.

Antonio Herbert Lancha Junior. Professor titular da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) e coordenador do Laboratório de Nutrição e Metabolismo Aplicados à Atividade Motora. Coordena uma pós-graduação lato sensu paga na EEFE.

Flávio de La Farina. Procurador da área disciplinar. No corpo jurídico da USP desde 2002, já atuou nas áreas cível, trabalhista e administrativa.

Terezinha de Jesus Andreoli Pinto. Professora titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF). Faz parte da Comissão de Atividades Acadêmicas da Reitoria (CAA); na crise de 2007, foi designada para coordenar comissão que negociou com o movimento estudantil. É diretora da Fundação Instituto de Pesquisas Farmacêuticas (Fipefarma), entidade privada dita “de apoio” à FCF. Também coordena o convênio entre a United Pharmacopeial Convention e a USP.

Marcelo Machado de Luca Oliveira Ribeiro. Professor doutor e prefeito do campus da Faculdade de Zootecnia de Pirassununga.

Paschoal José Dorsa. Foi procurador chefe da área disciplinar e atualmente atua na Superintendência Jurídica. Está no corpo jurídico da USP desde 1982, tendo trabalhado na área de patrimônio da antiga CJ.

Maria do Carmo Calijuri. Professora titular da Faculdade de Engenharia de São Carlos, da qual foi diretora entre 2007 e 2011. Atualmente preside a Comissão de Pós-Graduação da unidade.

Sérgio Muniz Oliva Filho. Professor livre-docente do Instituto de Matemática e Estatística. Coordenou a Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Cecae), promovendo ali centenas de cursos pagos (vide *Revista Adusp* 27, p. 32). Faz parte do Conselho Consultivo do Instituto Uniemp, entidade que é objeto de investigações do MPE (vide *Revista Adusp* 51, p. 71).

Marcelo Buczek Bittar. Atualmente, é procurador na área disciplinar. Desde 1990 no corpo jurídico da USP, atuou em todas as áreas da antiga CJ.

Moacyr Martucci Junior. Professor titular da Escola Politécnica, onde coordena o Núcleo de Desenvolvimento de Relações Institucionais e de Inovação, responsável por estabelecer convênios e parcerias da escola com outras instituições. Também é presidente da Comissão de Relações Institucionais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (USP Leste), que tem a mesma função.

Douglas Wagner Franco. Professor titular do Instituto de Química de São Carlos, no qual preside a Comissão de Pesquisa. Entre 2006 e 2007, foi coordenador da Coordenadoria da Administração Geral (Codage) e diretor vogal da Fundação de Apoio à USP (FUSP), entidade privada.

Daniel Garcia



Yves Souza, aluno

a gente estava cuidando do espaço. Não havia documentos lá”, afirma Dario Vargas, pós-graduando em Artes Visuais.

“Até agora não mostraram nenhuma prova de que todas essas pessoas processadas estavam envolvidas em qualquer tipo de depredação do patrimônio, ou qualquer coisa assim. Grande parte das pessoas cujo nome está lá no BO foram presas do lado de fora da Reitoria”, diz Thais Rabello, uma das alunas que correm o risco de expulsão devido à ocupação. Por outro lado, a defesa já arrolou um forte time de testemunhas. “A gente conseguiu construir uma rede de testemunhas com dezenas de professores, entre os quais João Adolfo Hansen, Chico de Oliveira, Antonio Magalhães Gomes Filho, Lisete Arelaro, Jorge Luiz Souto Maior, Jorge Grespan, Lincoln Secco, Mauricio Cardoso, Henrique Soares Carneiro. O que expressa que a gente não está sozinho nessa luta”, conta Diana, do Sintusp.

TIPOLOGIA DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES, SEGUNDO O DECRETO 52.906/72

Artigo 250 - “Constituem infração disciplinar do aluno, passíveis de sanção segundo a gravidade da falta cometida”:

- | | |
|------|---|
| I | inutilizar, alterar ou fazer qualquer inscrição em editais ou avisos afixados pela administração |
| II | fazer inscrições em próprios universitários, ou em suas imediações, ou nos objetos de propriedade da USP e afixar cartazes fora dos locais a eles destinados |
| III | retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, objeto ou documento existente em qualquer dependência da USP |
| IV | praticar ato atentatório à moral ou aos bons costumes |
| V | praticar jogos proibidos |
| VI | guardar, transportar ou utilizar arma ou substância entorpecente |
| VII | perturbar os trabalhos escolares bem como o funcionamento da administração da USP |
| VIII | promover manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares |
| IX | desobedecer aos preceitos regulamentares constantes dos Regimentos das Unidades, Centros, bem como dos alojamentos e residências em próprios universitários |

Aton Fon aponta ainda outra incoerência. Como os alunos preferiram não se pronunciar ao serem citados no processo, a comissão processante alegou que eles falharam em produzir provas de sua inocência. Mas o ônus da prova cabe a quem acusa. “Cabe à Administração apurar as verdades dos fatos, caso contrário há parcialidade manifesta do processo”, sentenciou a juíza Alexandra Fuchs de Araújo, da 6ª Vara da Fazenda Pública, ao decidir pela reintegração de Yves de Carvalho Souza, um dos expulsos pela ocupação da Coseas.

Dos seis alunos “eliminados”, Souza e Marcus Padraic Dunnes conseguiram decisões judiciais para voltar à USP. Ambos já haviam concluído seus cursos, faltando apenas colar grau. A Reitoria reconheceu o

direito de Padraic no dia 26 de julho. Já Souza ainda aguarda manifestação sobre seu caso. No final de julho, ele protocolou uma carta pedindo seu reingresso, não reconhecido pela Universidade, que recorre da decisão judicial. Como decorrência da “eliminação”, Souza, que foi aprovado em concurso para professores da rede pública estadual, perdeu o prazo para tomar posse. Se não conseguir colar grau até setembro, ele não poderá sequer entrar com um mandado de segurança para assumir o cargo conquistado no concurso. “Todos os outros casos de alunos expulsos são semelhantes ao meu. O que a juíza coloca sobre a inconstitucionalidade, falta de provas e impossibilidade de individuação das condutas também aconteceu com eles”, argumenta Souza, coberto de razão.

“NOVA ECA”, CONCEBIDA “DE CIMA PARA BAIXO”, É UNANIMIDADE NEGATIVA

Rafael Nakamura
Jornalista

Daniel Garcia



Setor ocupado por departamentos da ECA (Audiovisual, CRP e Jornalismo) e prédio central

A discussão para a melhora e ampliação da atual estrutura da Escola de Comunicações e Artes é de longa data. A partir de 2010, com o Projeto Nova ECA, surge a proposta de uma nova sede. A primeira versão do projeto, apresentada pelos arquitetos responsáveis no início de 2012, não agradou — professores, funcionários e alunos protestaram e se articulam para que suas demandas sejam atendidas. A tendência a maior centralização e controle dos espaços físicos na USP é uma forte característica da gestão Grandino Rodas, que, para reformar o Antigo Prédio da Reitoria, não hesitou em despejar diversos órgãos ali sediados há décadas

Sempre que comparada com outras faculdades de comunicações e artes no Brasil, a Escola de Comunicações e Artes da USP, apesar de referência na formação de comunicadores, artistas e pesquisadores, deixa a desejar quando se leva em conta sua estrutura. As salas de aula apertadas, os equipamentos antigos utilizados em atividades nas disciplinas laboratoriais e as precárias condições para atividades artísticas, sejam elas musicais, plásticas ou cênicas, acabaram por ser normalizadas com o passar dos anos. Como se a reconhecida qualidade de ensino bastasse, na ECA se tornou comum o orgulho de uma faculdade que ensina não com o au-

xílio, mas sim apesar de sua estrutura oferecida. Em 2008, ainda candidato ao cargo de diretor da ECA, o professor Mauro Wilton de Souza já falava sobre a possibilidade de uma nova sede para a escola.

A etapa inicial do projeto, em 2010, consistiu em colher as demandas de cada departamento. Apesar de a comunidade da ECA mostrar-se reticente quanto a mudar para um prédio único e totalmente novo, em cada departamento foram levantadas as necessidades específicas dos cursos. O professor José Coelho Sobrinho, chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE), conta como foi essa etapa: “O diretor da escola pediu um estudo volumétrico para

cada departamento. Esses estudos foram encaminhados a uma comissão da própria escola que compatibilizou as necessidades apresentadas pelos vários departamentos buscando, principalmente, as áreas que poderiam ser de uso comum. A comissão fez um documento volumétrico único que foi discutido em uma reunião do CTA [Conselho Técnico Administrativo] para posterior envio aos arquitetos de uma comissão da Reitoria para que fosse contratada uma empresa com a finalidade de apresentar um projeto arquitetônico”.

Já essa primeira etapa não pode ser dita como totalmente cumprida, pois nem todos os professores foram ouvidos, sendo que a responsabili-

dade de fornecer informações ficou principalmente com os diretores de unidade. “Eu mesmo não fui consultado e, até onde eu sei, nenhum dos professores do núcleo de Jornalismo Eletrônico. As disciplinas dessa área precisam de espaços específicos para poderem ser ministradas, como estúdio para gravações de telejornalismo, ilhas de edição, almoxarifado para a guarda de câmeras, equipamento de luz e áudio, sala de projeção de filmes e vídeo e pelo que vi no projeto, nada disso foi contemplado”, diz José Roberto Ferreira Cintra, professor do CJE. Na opinião de José Luiz Proença, ex-chefe de departamento do CJE, as chances para se manifestar existiram. “Penso que os professores tiveram várias oportunidades de se manifestar e participar da elaboração do projeto. Desde as primeiras discussões, o assunto passou em muitas oportunidades pelo Conselho do Departamento, pelo CTA e pela Congregação. Só não se manifestou quem não pôde ou não quis. Pelo menos foi assim em nosso departamento em minha passagem pela chefia”, argumenta.

Ainda quanto às demandas iniciais que serviriam de base para o projeto, os estudantes também reclamam da pouca participação. Desde quando o projeto começou a ser posto em prática, os estudantes da ECA passaram a questionar seu andamento. “Se os próprios professores não têm tido participação relevante no projeto, o que dirá os alunos. Por vezes até fica a dúvida se o próprio diretor da ECA tem tido alguma participação na formulação do projeto. Reuniões entre arquitetos e professores foram feitas, mas

isso só depois de já terem entregado um pré-projeto dessa Nova ECA”, reclama Luiza Guerra, estudante de jornalismo e diretora do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (Calc).

Com todos os problemas já citados, as exigências de todos os envolvidos foram entregues à diretoria da ECA para a continuidade do projeto. Na etapa seguinte, coube a uma comissão responsável analisar e pensar possíveis espaços de uso comum para que as demandas fossem encaminhadas aos arquitetos da empresa contratada. Mas isso também ficou só no papel, já que a realidade descrita por João Luiz Musa, professor do Departamento de Artes Plásticas (CAP) integrante da comissão, é totalmente diferente. “Os professores que se queixam da pouca participação no projeto estão corretos, pois a comissão composta cumpriu apenas a tarefa de levantar, de maneira preliminar, as necessidades dos respectivos departamentos sem auxílio de um corpo de especialistas. A discussão comum de interações do espaço não foi realizada nem foi devidamente considerada a qualificação que nossos espaços exigem. Isso fez com que a base de informação fosse muito precária, não unificada em seus critérios e sem interlocução com as necessidades específicas. Foram geradas demandas imensas para alguns e deficiências intransponíveis para outros”, revela Musa. A comissão responsável era composta por um representante de cada departamento que tivesse aproximação com os problemas de espaço da escola, além de um representante do Calc.

“Parece claro que o projeto da Nova ECA foi concebido de cima para baixo, está sendo imposto e vai redundar num desastre sob todos os aspectos, caso não seja submetido àqueles que conhecem as necessidades de modernização dos espaços da ECA”, opina o professor José Roberto Cintra

Depois de passar pela comissão, o projeto ficou sob responsabilidade da Superintendência de Espaços Físicos da USP (SEF) e das empresas Calder Arquitetura e Onze Arquitetura. Nesse período poucos sabiam o que de fato estava sendo encaminhado, a única informação concreta era a de que a Nova ECA “avança”... Enquanto isso os estudantes tentavam marcar sua posição contrária ao projeto em assembleias e através de um plebiscito organizado pelo centro acadêmico. “Uma maioria esmagadora dos estudantes da ECA é contra esse projeto. Justamente porque tem sido feito às escuras, com poucos esclarecimentos e às pressas”, comenta Luiza Guerra.

Mas para a surpresa de todos, inclusive do diretor da ECA, professor Mauro Wilton de Souza, em janeiro de 2012 a Reitoria da USP divulgou, por meio do *USP Destaques 50*, uma maquete ele-

Daniel Garcia



Praça da ECA, sempre ameaçada; ao fundo, Antigo Prédio da Reitoria, em reforma

trônica do projeto Nova ECA e de seu futuro vizinho, o Centro de Difusão Internacional, ambos ocupando toda a área onde atualmente estão os chamados “barracões”, entre a FEA e a Politécnica. Essa foi também a forma com que o Núcleo de Consciência Negra (NCN) foi oficialmente notificado sobre a perda de sua sede, mas isso somente depois de uma tentativa de derrubada do espaço sem qualquer aviso prévio. “O Núcleo de Consciência Negra não recebeu qualquer notificação sobre a desocupação do espaço, porém, em 21 de dezembro de 2011, pleno período de recesso e com a universidade completamente esvaziada, houve uma tentativa de derrubar o barracão que só foi barrada graças a uma intensa campanha em defesa do Núcleo”, conta Maria José Menezes, colaboradora do NCN.

Em abril de 2012 a “Nova ECA” foi apresentada pelos di-

retores Mauro Wilton (ECA) e pelo superintendente Sérgio Assumpção (SEF), em reunião com os chefes de departamento, representantes do Calc e dos funcionários. O que se constatou é que muitas das demandas não foram atendidas: o prédio não apresentava espaços abertos de circulação e vivência, o espaço de quase todos os departamentos diminuiu e os laboratórios não atendiam as exigências. Mas Mauro Wilton explicou que se tratava apenas de um pré-projeto, passível de mudanças.

A partir de então os departamentos manifestaram seu descontentamento. “No dia 10 de maio, o Conselho do Departamento de Jornalismo reuniu-se e à vista do seu entendimento das plantas concluiu que ele não atendia as necessidades dos dois cursos (Jornalismo e Editoração). E aprovou, por unanimidade, que o Departamento encaminharia um ofício à

direção afirmando que o espaço destinado ao CJE era insuficiente e que desaprovava tal estudo arquitetônico”, conta José Coelho Sobrinho.

Através de texto elaborado em reunião, o CAP manifestou sua insatisfação frente ao processo da Nova ECA: “Embora aparentemente todos houvessem se comprometido a administrar o processo de forma a ouvir a totalidade dos interessados, percebemos que as decisões estão desconsiderando as necessidades técnicas objetivamente estabelecidas nos documentos que apresentamos”. Assim também fizeram outros departamentos, como o de Artes Cênicas (CAC): “Neste momento amadurecemos nossas impressões sobre o projeto ‘Nova ECA’. Ele é distante do nosso modo de agregar e operar na variância de um padrão criativo que se alimenta de epistemologias teatrais”. O CRP apresentou documento à diretoria da ECA no qual comunica a deliberação unânime do departamento: não aprovar o projeto.

Foram convocadas então reuniões entre arquitetos e representantes docentes e discentes de cada departamento que apresentaram suas queixas. No momento os departamentos aguardam o recebimento da nova proposta. Na reunião da Congregação de 26 de setembro, o diretor da ECA informou que estava prestes a receber uma nova versão do projeto, e que a reencaminharia aos professores assim que isso ocorresse. Até o fechamento desta edição, contudo, não havia notícia do novo projeto.



Fotos: Daniel Garcia



Unidade está espalhada pelo prédio central e outros sete prédios, que abrigam departamentos como Música e Audiovisual e o Teatro-laboratório pertencente às Artes Cênicas



Apesar da iniciativa de Mauro Wilton em viabilizar reuniões com os arquitetos, o principal problema continua sendo a forma como as decisões são tomadas. “A comissão constituída com membros dos departamentos não tem acesso às informações nem participa das de-

clisões relativas a esse espaço”, reclamam os professores do CAP no texto aprovado em reunião. Para José Cintra, o sucesso do projeto depende diretamente da consulta a toda a comunidade. “Parece claro que o projeto da Nova ECA foi concebido de cima para baixo, es-

tá sendo imposto de forma pouco democrática e redundará num desastre sob todos aspectos, caso não seja submetido àqueles que vivem o dia a dia da universidade e conhecem de fato as reais necessidades de modernização dos espaços da ECA”, opina o professor.

caderno especial

**SUBSÍDIOS PARA UMA
COMISSÃO DA VERDADE
DA USP**

DITADURA MATOU 47 PESSOAS LIGADAS À USP, ENTRE ALUNOS E DOCENTES

Camila Rodrigues da Silva
Jornalista

Alunos, ex-alunos e professores da USP foram assassinados de 1968 a 1976 pelas forças do Estado durante a Ditadura Militar. Quase todas essas pessoas tinham militância política contra o regime, e a maioria atuava em organizações da luta armada. Catarina Helena Abi-Eçab e João Antônio Abi-Eçab, alunos da Filosofia e militantes da ALN, foram executados antes mesmo do AI-5. Não há registro de qualquer esforço institucional da Universidade, em anos recentes, para apurar as circunstâncias em que essas pessoas foram mortas ou recuperar a sua memória

Trinta e nove pessoas vinculadas de algum modo à Universidade de São Paulo — estudantes e professores — foram assassinadas por agentes do aparato repressivo da Ditadura Militar a partir de 1968, segundo informações do *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, publicado em 2009. Oito ex-alunos da Universidade também estão entre as vítimas fatais do regime militar. A maioria é formada por homens e mulheres com idade entre 20 e 30 anos.

“Nota-se que, no Brasil, as prisões, demissões e torturas foram generalizadas, mas as mortes e desaparecimentos foram bem seletivos: a maior parte era de membros de organizações de esquerda que estavam na luta armada”, analisa a historiadora Janaína Teles, uma das organizadoras do dossiê e membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

De fato, dos 47 mortos ou desaparecidos 45 faziam parte de grupos de esquerda, e mais da metade estava militando em organizações da luta armada revolucionária, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento de Libertação Popular (Molipo) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Isso se explicava pelo fato de que a USP era um dos principais centros do movimento estudantil e uma fonte de quadros para as organizações clandestinas que combatiam a Ditadura Militar.

As primeiras mortes conhecidas de estudantes da USP aconteceram pouco antes de 13 de dezembro de 1968, data em que foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que teve

Mortos e desaparecidos oriundos da USP

Organização	Quantidade
ALN	17
Molipo	10
PC do B	4
POC	3
VAR-Palmares	2
PORT	2
MIR	2
MR-8	1
PCB	1

Fonte: *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, de 2009

entre seus autores o próprio reitor da USP, Luiz Antônio Gama e Silva, que acumulava o cargo de ministro da Justiça e estava afastado da universidade naquele momento.

Em 8 de novembro de 1968, o casal Catarina Helena Abi-Eçab e João Antônio Abi-Eçab, ambos estudantes da Faculdade de Filosofia e militantes da ALN, foi morto em Vassouras (RJ). A hipótese mais provável é de que tenham sido presos, torturados e assassinados por serem suspeitos de participar da execução do capitão do exército norte-americano Charles Rodney Chandler, promovida por ALN e VPR em outubro.

Um mês após a morte de Catarina e João Antônio, e quatro dias depois do decreto do AI-5, ocorreu uma das ações mais violentas da história da USP: a invasão do Conjunto Residencial (Crusp) pelo Exército, Aeronáutica e Força Pública (*Revista Adusp* 44, p. 56). Aproximadamente 1.400 universitários moravam lá, mas como era período de férias muitos não estavam. Todos os moradores presentes foram presos.

“Eu estava dormindo quando fui acordado pelos tanques que estavam na avenida entre o Crusp e o Rio Pinheiros. Foi de madrugada. Quando eu tentei sair, acabei sendo preso. Quando eu fui preso, apontaram uma metralhadora para o meu estômago”, relata o engenheiro Hugo Marques Rosa em depoimento para o programa Assembleia Debate, da TV Alesp.

Ele compara ao Congresso da UNE de Ibiúna (SP), quando centenas de estudantes foram presos: “Sabíamos do risco da repressão. Era um congresso ilegal, então havia uma expectativa de que isso pudesse acontecer. No Crusp foi uma violência maior, porque as pessoas estavam dormindo. E a forma como foi feita foi completamente desproporcional”.

O episódio afetou a vida de vários estudantes, que tiveram de ser alojados na casa de colegas, sem contar os episódios de tortura. Um dos mais chocantes foi protagonizado pelo boliviano Juan Antônio Carrasco Forrastal, um dos 29 novos casos elencados na versão de 2009 do *Dossiê Ditadura*, e por seu irmão Jorge Rafael.

Além de abordar o até agora desconhecido episódio dos irmãos Forrastal, esta edição vai revisitar por novos ângulos dois outros casos, de maior visibilidade: dos professores Vladimir Herzog, da Escola de Comunicações e Artes, e Ana Rosa Kucinski, do Instituto de Química. Todos vítimas das equipes de torturadores e assassinos a serviço dos Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Todos relegados ao esquecimento, no que depender da instituição Universidade de São Paulo.

Nome	Vinculação à USP	Nascimento	Organização	Data da morte ou desaparecimento (d)
Catarina Helena Abi-Eçab	Aluna da Faculdade de Filosofia	29/1/1947	ALN	8/11/1968
João Antonio Abi-Eçab	Aluno da Faculdade de Filosofia	4/6/1943	ALN	8/11/1968
Fernando Borges de Paula Ferreira	Aluno de Ciências Sociais	1/10/1945	VAR-Palm	29/7/1969
Sergio Roberto Correa	Aluno da Faculdade de Filosofia	27/7/1941	ALN	4/9/1969
Luiz Fogaça Balboni	Aluno da Escola Politécnica	25/5/1945	ALN	25/9/1969
Norberto Nehring	Professor da Faculdade de Economia	20/9/1940	ALN	24/4/1970
Olavo Hansen	Aluno da Escola Politécnica	14/12/1937	PORT	9/5/1970
Heleny Telles Ferreira Guariba	Professora da Escola de Artes Dramáticas	17/3/1941	VPR	12/07/1971 (d)
Luiz Eduardo da Rocha Merlino	Aluno de História	18/10/1947	POC	19/7/1971
Iara Iavelberg	Professora do Instituto de Psicologia	7/5/1944	MR-8	20/8/1971
Manoel José Nunes Mendes de Abreu	Aluno da Escola Politécnica	1/1/1949	ALN	23/9/1971
José Roberto Arantes de Almeida	Aluno do Instituto de Física	7/2/1943	Molipo	4/11/1971
Francisco José de Oliveira	Aluno de Ciências Sociais	5/4/1943	Molipo	5/11/1971
Carlos Eduardo Pires Fleury	Aluna da Faculdade de Filosofia	5/1/1945	Molipo	10/12/1971
Luiz Hirata	Aluno da ESALQ	23/11/1944	AP	20/12/1971
Ruy Carlos Vieira Berbert	Aluno de Letras	16/12/1947	Molipo	02/01/1972 (d)
Jeová Assis Gomes	Aluno do Instituto de Física	24/8/1943	Molipo	9/1/1972
Gelson Reicher	Aluno da Faculdade de Medicina	20/2/1949	ALN	20/1/1972
Isis Dias de Oliveira	Aluno de Ciências Sociais	29/8/1941	ALN	30/01/1972 (d)
Arno Preis	Formado pela Faculdade de Direito	8/7/1934	Molipo	15/2/1972
Alexander Jose Ibsen Voeroes	Aluno do Colégio de Aplicação da USP	5/7/1952	Molipo	27/2/1972
Lauriberto José Reys	Aluno da Escola Politécnica	2/3/1945	Molipo	27/2/1972
Lígia Maria Salgado Nóbrega	Aluna de Pedagogia	30/7/1947	VAR-Palm	29/3/1972
Antonio Carlos Nogueira Cabral	Aluno da Faculdade de Medicina	14/10/1948	ALN	12/4/1972
Boanerges de Souza Massa	Formado pela Faculdade de Medicina	7/1/1938	ALN	6/1972 (d)
Miguel Pereira dos Santos	Aluno do Colégio de Aplicação da USP	12/7/1943	PCdoB	20/09/1972 (d)
Helenira Rezende de Souza Nazareth	Aluna de Letras	11/1/1944	PCdoB	29/09/1972 (d)
Juan Antonio Carrasco Forrastal	Aluno do Instituto de Física	30/1/1945		28/10/1972
Antonio Benetazzo	Aluno de Arquitetura e Filosofia	1/11/1941	Molipo	30/10/1972
Aurora Maria Nascimento Furtado	Aluna do Instituto de Psicologia	17/6/1946	ALN	10/11/1972
Alexandre Vannucchi Leme	Aluno do Instituto de Geociências	5/10/1950	ALN	17/3/1973
Ronaldo Mouth Queiroz	Formado pelo Instituto de Geociências	18/12/1947	ALN	6/4/1973
Henrique Cintra Ferreira de Ornellas	Formado pela Faculdade de Direito			21/8/1973
Luiz Carlos Almeida	Professor do Instituto de Física, formado na instituição	25 anos	POC	14/9/1973 (d)
Nelson de Souza Kohl	Aluno da Escola de Comunicações e Artes	25/1/1940	POC	15/09/1973 (d)
Wânio José de Mattos	Formado pela Faculdade de Direito	27/4/1926	VPR	16/10/1973 (d)
Ana Rosa Kucinski	Professora do Instituto de Química, formada na instituição	12/1/1942	ALN	22/04/1974 (d)
Wilson Silva	Formado pelo Instituto de Física	21/4/1942	ALN	22/04/1974 (d)
Issami Nakamura Okano	Aluno do Instituto de Química	23/11/1945	ALN	14/05/1974 (d)
Luisa Augusta Garlippe	Formada pela Escola de Enfermagem	16/10/1941	PCdoB	junho de 1974 (d)
Tito Alencar Lima	Aluno da Faculdade de Filosofia	14/9/1945	ALN	7/8/1974
Suely Yumiko Kanayama	Aluno de Letras	25/5/1948	PCdoB	setembro de 1974 (d)
Jane Vanini	Aluna em Ciências Sociais	8/9/1945	MIR	06/12/1974 (d)
João Leonardo da Silva Rocha	Formado pela Faculdade de Direito	4/8/1939	Molipo	junho de 1975 (d)
Vladimir Herzog	Professor de Jornalismo	27/5/1937	PCB	25/10/1975
Sidney Fix Marques dos Santos	Aluno do Instituto de Geociências	20/1/1940	PORT	15/02/1976 (d)
Maria Regina Marcondes Pinto	Aluno de Ciências Sociais	17/7/1946	MIR	10/04/1976 (d)

IMAGENS PARA NÃO ESQUE- MORTOS E DESAPARECIDOS



Alexandre Vanucchi Leme



Ana Rosa Kucinski



Antonio Nogueira Cabral



Antonio Benetazzo



Frei Tito Alencar



Gelson Reicher



Helenira Rezende



Heleny Guariba



Jeová Assis Gomes



José Arantes



Ligia Salgado Nóbrega



Lauriberto Reys

CER: DA USP



Carlos E. Pires Fleury



Luiz Eduardo Merlino



Fernando B. Ferreira



Aurora Furtado



Lara Iavelberg



Ísis Dias de Oliveira



Issami Nakamura Okano



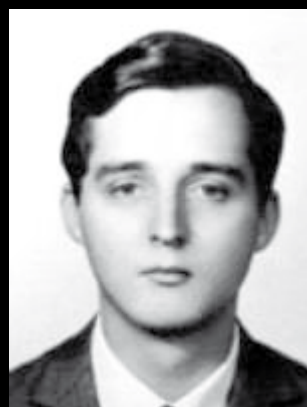
Vladimir Herzog



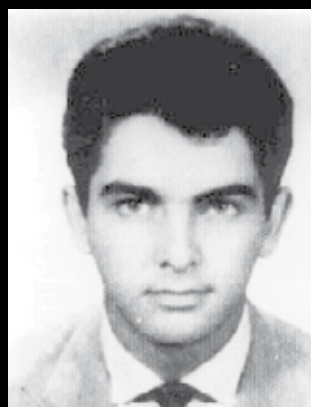
Luiz Hirata



Nelson de Souza Kohl



Norberto Nehring



Luiz Balboni Fogaça



Olavo Hansen



Ronaldo Mouth Queiroz



Wilson Silva

RAZÕES DE SOBRA PARA SE CRIAR A COMISSÃO DA VERDADE DA USP

Camila Rodrigues da Silva
Jornalista

Agência Estado/1977



O reitor Gama e Silva constituiu já em 1964 uma comissão secreta para investigar atividades “subversivas” na USP. Compunham-na os docentes Moacyr Amaral dos Santos (FD), Jerônimo de Campos Freire (FM) e Theodureto de Arruda Souto (EP). A íntima articulação e cumplicidade entre as estruturas de poder da Universidade e a Ditadura Militar intimidavam docentes e estudantes e facilitavam a ação do aparato de repressão política, como demonstra a troca de correspondência oficial entre reitores, diretores e o DOPS

A Ditadura Militar articulou meios de perseguição e repressão institucional dentro da USP. A primeira ação foi já em 1964, quando o então reitor Luiz Antonio Gama e Silva constituiu uma comissão especial, secreta, para investigar atividades “subversivas” na USP. Foram escolhidos para essa tarefa os professores Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito (FD), Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina (FM) e Theodureto I. de Arruda Souto, da Escola Politécnica (EP), segundo o *Livro Negro da USP*, lançado em 1978 pela Adusp (e reeditado em 2004 como *O Controle Ideológico na USP*).

O relatório final dessa comissão sugeriu a suspensão dos direitos políticos de 52 pessoas, 21 das quais (40%) eram da FM. A partir dessa lista, foram instaurados inquéritos policiais militares que serviram de base para abrir proces-

sos nos tribunais militares. Ao todo foram indiciados onze professores da Medicina: Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Erney Plessman de Camargo, Luiz Rey, Julio Puddles, Michel P. Rabinovitch, Pedro Henrique Saldanha, J.M. Tacques Bittencourt, Nelson Rodrigues dos Santos, Reynaldo Chiaverini, Israel Nussenzveig e Thomas Maack — todos estes submetidos mais tarde a julgamento e absolvidos. Na lista de docentes de outras unidades de ensino estavam incluídos nomes como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, da Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras (hoje FFLCH); João Batista Villanova Artigas, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; e Paul Singer, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas.

Antes mesmo da conclusão do inquérito, o então governador de São Paulo Adhemar de Barros utilizou

as prerrogativas do Ato Institucional (o primeiro, ainda sem número) para demitir seis professores da Faculdade de Medicina: Luiz Hildebrando, Pedro Saldanha, Júlio Puddles, Erney Plessmann, Reynaldo Chiaverini e Thomas Maack, além do médico-assistente Luiz Rey. As demissões se deram por decreto publicado no *Diário Oficial* de 10 de outubro de 1964. Somente Saldanha seria readmitido. Maack foi ainda impedido de matricular sua filha na creche do Hospital das Clínicas, segundo relato do hoje psicanalista Reinaldo Morano Filho, à época presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC).

Em 1968, quando se iniciaram as torturas e assassinatos de militantes das organizações da luta armada, foram publicados dois decretos para promover a aposentadoria compulsória e imediata de professores de diversos institutos da universidade — desta vez, sem a instauração de nenhum inquérito, diferentemente do ocorrido em 1964.

Tais perseguições não seriam possíveis sem a presença de informantes e colaboradores do regime militar. O clima de terror instaurado na Universidade após o AI-5, com o expurgo das lideranças acadêmicas mais críticas e dinâmicas, eliminou a possibilidade de continuar um debate democrático sobre a reforma universitária, que havia se iniciado nas duas décadas anteriores.

A intensa repressão ao movimento estudantil da USP nas décadas de 1960 e 1970, cujos resultados foram prisões, extradições, torturas de estudantes e professores, além das aposentadorias compulsórias decretadas em 1969, foi facilitada pela ín-

tima articulação entre as estruturas de poder da Universidade de São Paulo e o aparato repressivo do Estado militar. Um órgão de mediação foi criado para facilitar o trânsito de informação: a Agência Especial de Segurança e Informação (AESI, vide *Revista Adusp* 33, p. 37).

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) organizou, entre 1959 e 1975, pastas relacionadas aos diversos institutos e faculdades da USP, com a correspondência trocada entre os delegados e diretores da Universidade, interrogatórios de estudantes, listas de professores investigados e recortes de jornais. Documentos acessíveis no Arquivo do Estado de São Paulo denunciam parte dessas relações de proximidade entre a universidade e o regime militar — e as lacunas dessa história só serão preenchidas com relatos de quem viveu a época.

Gama e Silva foi personagem importante do regime militar e um dos autores do AI-5. Eleito reitor em 1963, o catedrático do Direito permaneceu no cargo até 1969, cumprindo, assim, o mandato mais longo da história da USP

Desde o golpe de 1964, expoentes da burocracia da universidade acumularam cargos em outras esferas públicas do Estado. São exemplares os casos dos reitores

Luís Antônio Gama e Silva e Miguel Reale e do vice-reitor Alfredo Buzaid, todos oriundos da FD. Gama e Silva foi um personagem importante do regime militar no período de transição entre a “ditadura envergonhada” e a “ditadura escancarada”, se adotarmos a divisão histórica de Elio Gaspari em sua tetralogia sobre o período. Eleito reitor em 1963, o catedrático do Direito permaneceu no cargo até 1969, cumprindo, assim, o mandato mais longo da história da USP.

Ainda em 1964, ocupou o cargo de ministro da Educação interinamente. Em 1967, passou a acumular o cargo de reitor com o de ministro da Justiça do governo Costa e Silva e, como tal, foi o principal redator do Ato Institucional número 5 (AI-5), que decretou recesso do Congresso Nacional e eliminou os direitos políticos dos cidadãos brasileiros, em 1968. Delfim Netto, professor de Economia da USP, tornou-se ministro poderoso e foi um dos signatários e entusiastas do AI-5.

Em abril do ano seguinte, um decreto presidencial reorganizou o Ministério da Justiça, incumbindo o titular de formular a política do governo federal para manutenção da ordem jurídica e da segurança interna do país, o que ampliou a influência de Gama e Silva no governo. Somente nesse momento é que ele foi substituído na Reitoria por Miguel Reale.

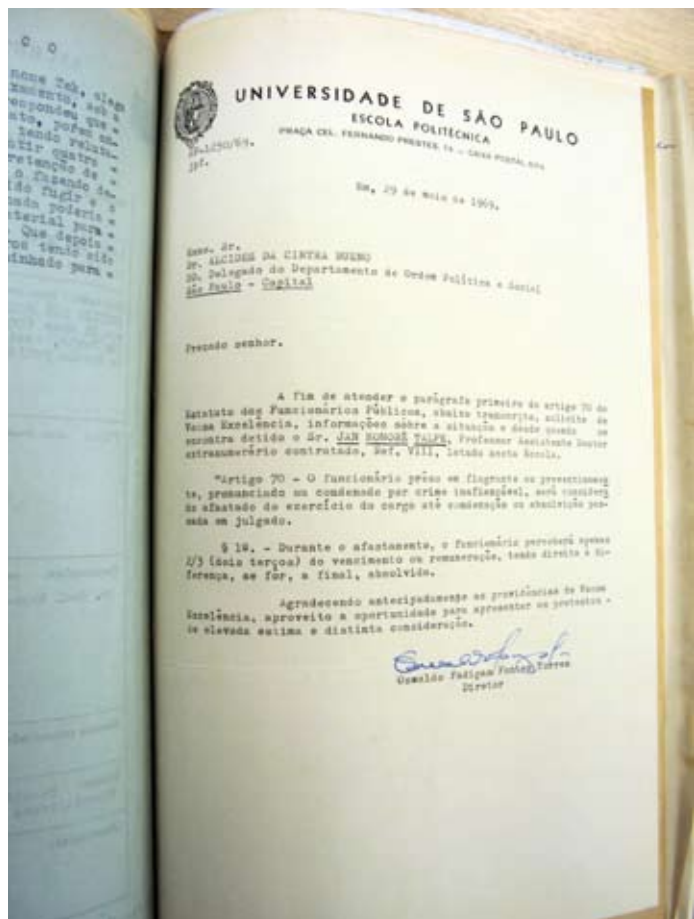
Antigo integralista, Reale já havia sido reitor da USP entre 1949 e 1950 e, assim, como seu antecessor, esteve muito próximo da Presidência da República. No ano em que assumiu a Reitoria (1969), foi incumbido pelo ditador Costa e Silva

de rever a Constituição de 1967. No mesmo período, implantou a reforma universitária com a substituição das cátedras pelos departamentos e deu definitiva organização aos campi da capital e do interior do Estado. Seu mandato terminou em 1973.

O vice-reitor de Reale foi Alfredo Buzaid, que exerceu o cargo de diretor da FD em 1966 e foi reitor interino em 1968, durante o mandato de Gama e Silva. No mesmo ano em que assumiu a vice-reitoria, em 1969, o professor e advogado se tornou ministro da Justiça do presidente Emílio Garrastazu Médici, e foi um dos mentores intelectuais do Código de Processo Civil que entrou em vigor em 1973.

Um dos principais alvos da repressão eram os diretores dos centros acadêmicos (CAs), muitos dos quais foram presos entre 1968 e 1973. Tal fato se devia à resistência e às manifestações contra a Ditadura Militar em praticamente todas as faculdades da USP

Denúncias e relatos enviados por secretários e diretores dos institutos e faculdades da USP foram importantes fontes de informação da polícia política, como demonstram numerosos exemplos encontrados nas pastas das faculdades montadas pelo DOPS.



Pedido de informações sobre Jan Talpe

Um documento de 2 de setembro de 1966, em papel timbrado da Cidade Universitária e assinado pelo secretário-geral Julio Mario Stamato, é encaminhado ao delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho com o resultado das eleições dos diretórios acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Ele pondera que ainda faltam a lista de eleitos das faculdades de Direito, Higiene e Saúde Pública, Medicina de Ribeirão Preto e Odontologia de Bauru, e que eles serão “encaminhados oportunamente”. Em outubro do mesmo ano, chegam ao DOPS o resultado das eleições restantes e a constituição dos conselhos técnico-administrativos (CTA) das faculdades. Em

resistência e às numerosas manifestações do movimento estudantil contra a Ditadura Militar em praticamente todas as faculdades da USP, em consonância com outras universidades públicas e com algumas instituições particulares, como a PUC.

Na USP, as principais pautas internas incluíam alterar o formato das estruturas universitárias, com comissões que reunissem professores e estudantes de forma paritária. O objetivo era estabelecer uma nova relação entre professor e aluno e construir uma universidade que atendesse às necessidades da realidade brasileira, ao invés de simplesmente copiar o conteúdo e os métodos das universidades euro-

peias e norte-americanas. Em geral, havia um clamor pela democratização da universidade e um forte tom nacionalista nas reivindicações, que se contrapunha ao caráter “colonizado” do acordo MEC-Usaid, que guiava as modificações que o Estado militar pretendia impor ao ensino superior.

Há diversos exemplos de perseguição ao movimento estudantil. Em 2 de janeiro de 1969, um documento em papel timbrado do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, assinado pelo diretor técnico Geraldo Silva Ferreira, é endereçado ao secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, solicitando as “dignas providências” para que os doutorandos deixassem a Residência dos Estagiários até as 17 horas daquele dia. Também é pedido que seja mantido o policiamento da Guarda Civil no prédio da Residência dos Estagiários, até deliberação do Conselho de Administração.

Outro documento, de 1973, relata que um investigador (não identificado) teria conversado com o “dr. Ilineu”, diretor administrativo, e com o “dr. Paulo”, diretor da Medicina, no período em que as bolsas pró-labore dos estagiários do curso foram suspensas, o que levou os estudantes a protestar de diversas formas. Os diretores informaram ao investigador que os estagiários do quinto e sexto ano pretendiam fazer uma reunião no interior da escola. “Sendo eles impedidos de realizá-la no interior da Escola, poderá haver tumulto”, encerra o documento.

Um dos principais alvos da repressão eram os membros dos Centros Acadêmicos (CAs), muitos dos quais foram presos entre 1968 e 1973. Tal fato se devia à intensa

resistência e às numerosas manifestações do movimento estudantil contra a Ditadura Militar em praticamente todas as faculdades da USP, em consonância com outras universidades públicas e com algumas instituições particulares, como a PUC.

Em 1969 Oswaldo Torres, diretor da Politécnica, pediu ao DOPS informações sobre o professor belga Jan Talpe, alegando que, por tratar-se de “funcionário preso em flagrante ou preventivamente”, seria preciso afastá-lo do cargo e reduzir seus vencimentos

Na pasta da Escola Politécnica foi encontrado um documento de junho de 1973, em que o delegado do DOPS, Tácito Pinheiro Machado, solicita diretamente à Reitoria os dados do então presidente do Grêmio Politécnico, Marcos Alberto Castellano Bruno, após o estudante pedir uma posição da direção da escola e da Reitoria sobre a prisão do colega Marcelo José Chueiri. A Reitoria atende prontamente ao pedido... do DOPS. (A *Revista Adusp* 33, p. 48, relata caso semelhante ocorrido em 1974, quando Luis Carlos Moreira, presidente do Centro Acadêmico Lupe Cotrim, tenta obter da direção da ECA informações quanto ao paradeiro do aluno Álvaro Zini Jr., e também termina preso.)

Em maio de 1969, Oswaldo Fardas Fontes Torres, diretor da EP, enviou uma correspondência ao delegado Alcides Cintra, do DOPS, sobre a prisão do padre belga Jan Honoré Talpe, que era professor-

assistente daquela escola. No documento, Torres explica ao delegado suas preocupações: segundo o artigo 70 do Estatuto do Funcionário Público, parágrafo primeiro, “o funcionário preso em flagrante ou preventivamente, pronunciado ou condenado por crime inafiançável, será considerado afastado do exercício do cargo até condenação ou absolvição passada em julgado” e “durante o afastamento, o funcionário perceberá apenas dois terços do vencimento ou remuneração, tendo direito a diferença, se for, afinal, absolvido”. Seis dias depois, o delegado enviou a resposta de que Talpe estava sob custódia do Estado desde 27 de fevereiro de 1969, aguardando o término do seu processo de expulsão do país.

Pode-se pensar que o diretor apenas se valeu de um artifício burocrático para, com isso, tentar resguardar a segurança física do professor, acusado de subversão por seu envolvimento com o movimento operário de Osasco. Mas Torres também “teve a honra” de encaminhar informações e cópias de documentos do ex-aluno Carlos Alberto Vilches Viceconti, em 14 de agosto de 1970, ao mesmo delegado do DOPS.

Outra arma da repressão foi a invasão de espaços estudantis e a depredação de locais públicos para deslegitimar as ocupações e manifestações dos alunos. Em notícia de 26 julho de 1967, nas *Folhas*, o presidente do CAOC da Medicina afirmou que “trinta homens fortemente armados” invadiram o centro acadêmico à meia-noite: “Depredaram instalações, roubaram docu-

mentos e o que de mais aproveitável havia. Agiram como se o local invadido fosse um perigoso foco de criminosos, precisando, para tanto, entrar de fuzil em punho, prontos para atirar. Na madrugada, soldados e investigadores da Polícia Federal promoveram essa invasão, chegando a percorrer o túnel subterrâneo que liga o edifício da Faculdade de Medicina ao Hospital das Clínicas.”

Ação parecida ocorreu no Direito, em 23 de junho de 1968, depois que estudantes ocuparam por 26 dias as Arcadas do Largo São Francisco. Após o diretor Buzaid haver pedido a reintegração de posse, policiais ocuparam a sede do Centro Acadêmico XI de Agosto até julho de 1968 e, segundo acusação dos estudantes amplamente divulgada nos jornais da época, depredaram a sede. Buzaid dizia aos jornais que a destruição era obra do vandalismo dos estudantes.

A reabilitação dos perseguidos e humilhados e a reparação dos danos causados mal se iniciou. Quem mais avançou nessa seara foi a Faculdade de Medicina, uma das que mais sofreram com a ação ditatorial e as mesquinhas caçadas macartistas. Numa cerimônia realizada em 2008, os cientistas de renome nacional e internacional Maack, Plessmann, Hildebrando, Rey, Saldanha e Rabinovitch receberam da FM o título de “Professor Emérito” (*Revista Adusp* 44, p. 62). O ex-aluno Reinaldo Morano Filho, que militou na ALN, foi torturado e passou seis anos no cárcere, também foi homenageado pela FM por ocasião do centenário da instituição, em 14 de setembro de 2012.

EM MEMÓRIA DE ANA ROSA KUCINSKI, ASSASSINADA PELA DITADURA MILITAR

Rogério Ferro e Camila Rodrigues da Silva
Jornalistas



Professora demitida em 1975 pela Congregação do Instituto de Química da USP por suposto “abandono de função” (na verdade fora executada pela Ditadura Militar), Ana Rosa Kucinski foi homenageada em agosto último por docentes, estudantes, amigos e familiares. O Fórum pela Redemocratização da USP pede que o caso seja revisto pela Congregação. Em julho de 1995, a Reitoria cancelou a dispensa efetuada vinte anos antes, mas a Congregação não tomou qualquer medida para reabilitar a memória de Ana Rosa e jamais pediu desculpas

“Certeza da morte já é um sofrimento suficiente, por assim dizer. Um sofrimento brutal. Agora, a incerteza de uma morte, que no fundo é certeza, mas formalmente não é, é muito pior. Passam-se anos até que as pessoas comecem a pensar que houve morte mesmo. E os pais principalmente, já mais idosos, nunca conseguem enfrentar essa situação com realismo.”

A leitura deste depoimento do jornalista e professor universitário aposentado Bernardo Kucinski, extraído do livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, deu início, numa ensolarada manhã de agosto, a um ato público realizado na área externa do Instituto de Química (IQ-USP), na Cidade Universitária do Butantã, que lembrou e pediu reparações às injustiças sofridas por sua irmã, Ana Rosa Kucinski.

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), a professora do IQ foi capturada em 22 de abril de 1974, torturada e morta nesse mesmo ano pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar. Dezenove meses depois, uma votação na 46ª reunião mensal da Congregação do instituto decidiu por sua demissão por “abandono de função”, apesar de saber-se de suas atividades políticas e de seu desaparecimento (*Revista Adusp* 33, p. 92).

Organizado pelo Fórum Aberto pela Democratização da USP, movimento que reúne cerca de vinte grupos organizados dentro da universidade, o ato em memória de Ana Rosa foi realizado em frente ao espaço conhecido como “Queijinho”, complexo de salas de aula do IQ, e aglomerou algumas dezenas de pessoas

entre familiares e amigos da vítima, professores, funcionários e alunos.

Concretamente, o movimento reivindica da Congregação a revogação da decisão de 1975, e propõe que o “Queijinho” receba o nome de Complexo Ana Rosa Kucinski. “É nosso dever reparar um equívoco cometido no passado. Primeiro, porque a Congregação do IQ não é mais a mesma. Segundo, porque hoje não vivemos mais sob a Ditadura, como em 1974. Terceiro, porque as pressões políticas que levaram à aprovação do desligamento por abandono de função não podem mais existir em uma universidade comprometida com valores democráticos e com os direitos humanos”, diz o documento do Fórum Aberto pela Redemocratização.

Após a inclusão do nome da professora do IQ na lista da CEMDP, a Reitoria adotou seu único gesto de revisão do caso: o reitor Flávio Fava de Moraes determinou o cancelamento da rescisão contratual por abandono de serviço, em despacho de 18/7/1995

Bernardo Kucinski, autor de uma angustiante descrição da rotina de seu pai em busca da filha Ana Rosa, no livro *K.*, publicado em 2011, esteve presente no ato. Durante a manifestação, ele se disse “cansado”. Afi-



Professor Bernardo Kucinsky

nal, só em 1995, 21 anos depois do desaparecimento de sua irmã, a lei 9.140 incluiu o nome da vítima em uma lista de pessoas que se encontravam desaparecidas “em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, entre 2/9/61 e 15/8/79, e que por este motivo tenham sido detidas por agentes públicos”. Tal lista foi examinada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída por essa mesma lei, e Ana Rosa foi finalmente declarada vítima do Estado brasileiro. Pode-se entender que nessa época terminou a já frágil esperança da “incerteza da morte” a que Kucinski se referia em seu depoimento.

Após a inclusão do nome da professora do IQ na lista da CEMDP, a Reitoria da USP adotou seu único gesto de revisão do caso: a pedido do professor Bernardo Kucinski, o reitor Flávio Fava de Moraes determinou o cancelamento da pena de



O livro de Bernardo...

dispensa (rescisão contratual) por abandono de serviço, em despacho de 18/7/1995, publicado no *Diário Oficial do Estado* de 27/7/1995. Uma medida puramente formal. Apenas isso: não deu divulgação ao ato, não advertiu os envolvidos, nem reconheceu sua dívida moral com a família da vítima. Já os integrantes da Congregação jamais se desculparam.

Para Bernardo Kucinski, a USP de hoje tem práticas institucionais que a distanciam do que deveria ser uma instituição democrática. Como exemplo, citou a reunião recente da Congregação do IQ em que o diretor da unidade propôs um voto de repúdio ao teor do seu livro *K.* “Se ainda há gente tentando desqualificar meu relato, sinceramente, não acredito que vá acontecer algo importante depois dessa nossa manifestação aqui”, lamentou.

Na reunião de junho da Congregação, o diretor Fernando Rei Ornellas sugeriu que se fizesse uma



... e o de Guerra

moção de desaprovação a um capítulo do livro *K.*, “A Reunião da Congregação”, publicado na edição 52 da *Revista Adusp*. O diretor sentiu-se ofendido quando, numa passagem assumidamente especulativa do texto de Bernardo Kucinski, o professor Otto Gottlieb, ao avaliar o comportamento dos colegas no decorrer da reunião, refere-se — apenas em pensamento — ao professor Ernesto Giesbrecht, presidente da Congregação, e portanto o principal responsável direto pela desonrosa demissão de Ana Rosa, como *schwein* (“porco”, em alemão).

“Ele [Giesbrecht] foi meu professor e era uma das pessoas mais doces deste instituto”, declarou à reportagem da *Revista Adusp* o diretor do IQ. “Achei uma injustiça. E o professor Otto nunca falaria aquilo do professor [Geraldo] Vicentini! Mas conversei com alguns professores que me aconselharam a não mexer com isso”. Segundo Ornellas

e outros membros da Congregação que estiveram na reunião, não houve votação formal para decidir se a carta de repúdio seria publicada.

“O Brasil silenciou, negou, minimizou, encobriu as feridas do passado recente e assim fez também a USP. Mas chegou a hora de falar, de contar essas histórias. Só assim será possível entender o presente e olhar para o futuro”, declarou a professora Elisabetta Santoro, da Adusp

“Estou aqui em respeito à velha guarda, aos colegas, camaradas e amigos que eu sabia que estariam presentes”, afirmou Kucinski no ato. Suas declarações, no entanto, não devem ser interpretadas como uma desistência ou resignação perante a derrota da democracia. Talvez sim, uma passagem de bastão. “Cabe aos jovens, que são poucos aqui hoje, organizar essas coisas, eu estou cansado. Tudo isso foi muito desgastante. As novas bandeiras surgem e com elas, novas necessidades, o que é compreensível. O que não pode é o passado ficar para o passado, esquecido”, alerta.

É o que pensa Marcela Espóito Baena, 20 anos, aluna do curso de licenciatura em Química e uma das participantes do ato. “Temos que, em conjunto, continuar cons-

truindo uma democracia que, para nascer, derramou sangue no Brasil”, diz. “Nossa principal reivindicação é que a Congregação do Instituto reconheça oficialmente a professora Ana Rosa como uma desaparecida política, alguém que foi assassinada pelo regime militar e reveja seu processo”, explica Fábio Franco, diretor da Associação dos Pós-Graduandos (APG) da USP.

“O Brasil silenciou, negou, minimizou, justificou, encobriu as feridas

do seu passado recente e assim fez também a USP. Mas chegou a hora de falar, de contar essas histórias. Essas histórias precisam ser conhecidas e seus protagonistas lembrados. No lugar de silenciar e justificar, é preciso passar a limpo o passado, pois só assim será possível entender o presente e olhar para o futuro”, declarou em leitura emocionada Elisabetta Santoro, vice-presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp).

O Fórum Aberto pela Democratização da USP considera que a Universidade foi um palco privilegiado das ações de repressão política e que muitas histórias ainda precisam ser contadas sobre esse período. Por isso, o movimento reivindica a instalação de uma Comissão da Verdade da USP, dotada de autonomia e independência para apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas no período de 1964 a 1985. A carta lida



Professora Elisabetta Santoro

no início do ato, que contém todas as reivindicações relativas ao processo da professora Ana Rosa Kucinski, foi entregue à direção do IQ.

Recentemente, o ex-delegado do DOPS-ES e ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) Cláudio Guerra apontou Ana Rosa e seu esposo Wilson Silva, também militante da ALN, como duas das pessoas que tiveram os corpos incinerados por ele na Usina Cambahyba (RJ), em 1974. “Eu e o sargento Levy, do DOI [Destacamento de Operações de Informações], fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida pelo corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano”.

Ainda segundo Guerra, foram incinerados no local mais oito cadáveres de pessoas assassinadas no DOI-CODI e na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), e alguns que vieram de São Paulo. A revelação consta do livro *Memórias de uma guerra suja*, lançado em maio deste ano pelos jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto, que colheram um longo e detalhado depoimento do ex-delegado sobre seu envolvimento nas atrocidades cometidas pela Ditadura Militar.

Após o ato, o diretor do IQ, Fernando Rei Ornellas, foi questionado se a revisão da demissão da professora Ana Rosa seria item da pauta da reunião seguinte da Congregação, em agosto. “Nem a direção nem a assistência acadêmica receberam nenhum pedido formal de revisão do caso. O assunto será pauta se algum conselheiro levá-lo para a reunião da Congregação”, disse Ornellas.

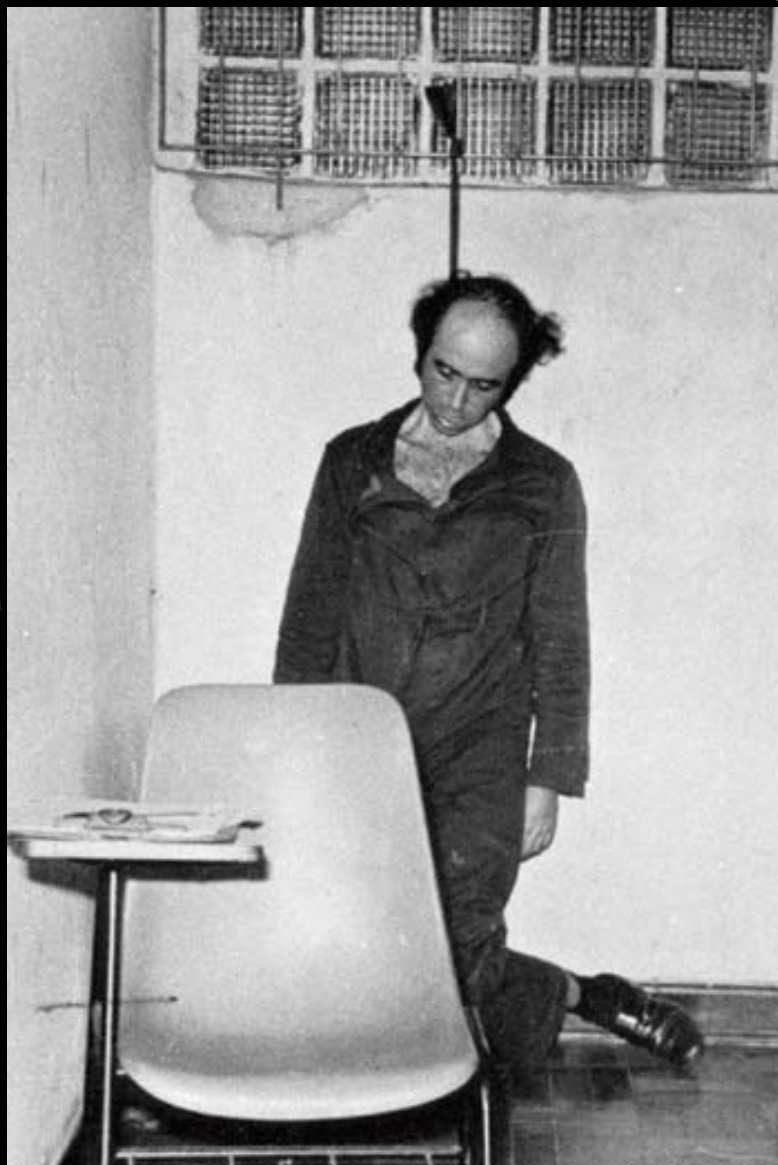
ECA DE MANUEL DIAS E HELDA BARRACCO APAGOU OS VESTÍGIOS DE HERZOG

Beatriz Vicentini
Jornalista

Fotos: Acervo Instituto Vladimir Herzog



Aquela segunda-feira de outubro de 1975 em que se soube, na USP, da morte de Vlado Herzog, permanece em minha memória: sinto ainda o frio da sarjeta, onde muitos permanecemos sentados durante parte da manhã, na ECA, olhando no vazio... Nos últimos anos vieram à tona fatos chocantes, como a ordem da chefe do Departamento de Jornalismo para apagar o nome de Herzog do Relatório de Atividades



Quanto ainda haverá para se descobrir em torno da vida de Vladimir Herzog, morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações (DOI-CODI) do II Exército em 25 de outubro de 1975? Entre agosto e outubro daquele ano fatídico, Vlado foi professor da disciplina Jornalismo Televisionado na Escola de Comunicações e Artes (ECA), como lembram vários de seus ex-alunos. Mas o que houve entre o seu cotidiano docente e as tentativas para apagar sua passagem pela ECA, poucos sabem. Não envolveu apenas a sua memória, mas o futuro de Diléa Frate, aluna recém-formada que começara a dar aulas naquele semestre, praticamente escorraçada da escola pelo diretor Manuel Nunes Dias, depois que ela deixou as celas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS, a polícia política), onde esteve presa no mesmo período em que Vlado foi morto.

Aquela segunda-feira, 27 de outubro de 1975, em que se soube, na USP, da morte de Herzog, permanece em minha memória: sinto ainda o frio da sarjeta, onde muitos permanecemos sentados durante parte da manhã, na ECA, olhando no vazio, sem entender, querendo saber mais do que havia acontecido. Informações desencontradas, a contradição entre as conversas quase sussurradas e as tentativas de se promover assembléias, ficaram. A sensação de medo, de insegurança, comentários que se multiplicavam em voz baixa. Além da morte de Vlado, que a maioria dos estudantes não havia conhecido pessoalmente, havia ex-alunos e alunos mais próximos do convívio de

muitos que foram presos naquela ocasião e que permaneciam encarcerados. E isso assustava!

Eram tempos em que ainda se falava muito pouco e ficava difícil saber o que realmente acontecia, especialmente para nós, calouros. Ao longo daquela semana, não importava que não houvesse aulas, ninguém deixava de ir à ECA — onde faixas de indignação contra a morte do professor e a prisão de colegas já se espalhavam — mesmo que fosse apenas para tentar conversar, saber. Éramos centenas de estudantes em greve, enfrentando o próprio medo. Mas muito do que eu soube e entendi só foi possível muitos anos mais tarde, como talvez ocorreu com muitos de nós.

Gabriel Priolli, aluno da ECA em 1972, foi estagiário de Herzog na TV Cultura: “Vlado me chamou à sua sala, na noite de 24 de outubro: ‘Posso ser preso a qualquer momento, então pegue os trabalhos da sua turma e devolva aos seus colegas’, ele me pediu”. No dia seguinte, Vlado estaria morto

Em 2012, durante reencontro da turma de Jornalismo de 1972, a única a quem Vladimir Herzog deu aulas, o ex-professor foi homenageado. Apesar da passagem dos anos, alguns daquele grupo se lembram dele, com quem, contudo, a maioria realmen-

te teve pouca convivência. História das mais significativas é a de Gabriel Priolli, que lembrou a entrega de trabalhos para avaliação da disciplina, dias antes da morte de Herzog. Priolli, que além de aluno na ECA era estagiário de Herzog no jornalismo da TV Cultura, falou do clima tenso que envolvia quem trabalhavam na emissora, com denúncias contra a “infiltração comunista” que ali estaria acontecendo. “Não estranhei quando Vlado me chamou à sua sala, no início da noite de 24 de outubro, para dizer que a situação estava se agravando e poderia atingi-lo. ‘Posso ser preso a qualquer momento, então pegue aqui os trabalhos da sua turma e devolva aos seus colegas’, ele me pediu. ‘Quando as coisas se acalmarem, a gente vê como faz a avaliação do curso’, registrou Priolli. No dia seguinte, um sábado, Vlado estaria morto e a Priolli só restou devolver os trabalhos aos colegas de turma.

Outro jornalista daquela turma que registrou em artigo o choque daquela segunda-feira foi Paulo Eduardo Nogueira. “Logo cedo, nós nos reunimos na ECA para discutir como enfrentar a situação. Um dos colegas redigiu rapidamente um panfleto para distribuímos no enterro de Vlado e o assinou em nome da Comissão Universitária... Chegando ao cemitério, no fim da manhã, distribuimos o texto para algumas pessoas. Nunca li menção a este detalhe em nenhum lugar. Talvez a panfletagem tenha sido muito discreta, como exigia a época”, descreveu ele, anos depois. Em 2012, Paulo lembrou que não mais do que quatro ou cinco colegas foram com ele ao cemitério num clima de muita tensão.

Daniel Garcia/2004



Professora Alice Mitika

A passagem de Herzog pela ECA por muito pouco não foi apagada. Algo que se iniciou logo após sua morte, e que publicação da professora Alice Mitika Koshiyama, de 2008, denuncia. No artigo “A prática política para ser jornalista”, ela relata o que aconteceu no Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA, naquele segundo semestre. “Colocamos o nome de Vladimir Herzog no rascunho do ‘Relatório de Atividades de 1975’ mas o nome dele foi suprimido do texto ‘oficial’, por ordem da chefe, professora doutora Helda Bullotta Barracco, que arbitrariamente se recusou a ouvir quaisquer protestos, alegando ordens superiores... Todas as pessoas do corpo docente (efetivos, contratados, à espera de contratos e voluntários), exceto Herzog, figuraram no Relatório”.

Documentos comprovam o registro de Alice, até hoje docente do mesmo departamento. Em 13 de agosto de 2012, o diretor da ECA, Mauro Wilton de Souza, em resposta a pedido de informações sobre os

docentes que ministraram disciplinas no Departamento de Jornalismo em 1975 e 1976, encaminhou cópia daquele relatório, à qual faltam algumas páginas se considerada a lógica da numeração dos itens. Em seguida a uma listagem de 39 nomes datilografados à máquina e com a devida identificação da categoria a qual pertenciam como docentes, aparece, escrito à mão, o nome “Wladimir Herzog” (grafado assim, com W). O procedimento se repete na relação de professores e respectivas disciplinas. Em Jornalismo Televisado, oferecido ao 7º semestre, aparece à máquina o nome de Gisela Swetlana Ortriwano e, de forma manuscrita, “W. Herzog”.

Em 2012, Alice explica que professores ministrarem aulas sem contrato, de forma voluntária, como aconteceu com Herzog, não era fato incomum, e diz que outras arbitrariedades, ainda mais graves, ocorreram na Universidade. Mas em seu artigo o comportamento de certos colegas, para os quais Herzog “representava uma presença imper-

tinente”, é motivo de indignação: “Não existiu sequer a possibilidade de vê-lo como um ser humano que havia morrido e deixava filhos, mãe e esposa. A direção do departamento não enviou sequer um voto de pêsames à família do colega falecido”.

Clarice recorda-se bem de que, após a morte de Vlado, nunca houve qualquer contato da USP, algo da instituição ou dos professores da ECA para com a família. “Todos tinham muito medo. No entanto seus alunos estiveram no enterro, os estudantes foram à missa”

Clarice Herzog, viúva do jornalista e professor, explica que Herzog gostava de dar aulas para estar em contato com os jovens, e expor as possibilidades de um jornalismo sério apesar dos limites impostos pela Ditadura Militar: “O Vlado começou dando aulas na FAAP [Fundação Armando Álvares Penteado], convidado pelo Perseu Abramo. Havia um projeto sério para o curso de jornalismo e Perseu procurou muita gente boa para trabalhar com ele. Depois, em função da ditadura, Perseu foi despedido e o grupo saiu junto”, conta ela.

Quanto à ECA, Clarice recorda-se bem de que, após sua morte, nunca houve qualquer contato da USP, algo formal da instituição ou dos professores da ECA para com a

36. Sinval Freitas Medina	Auxiliar de Ensino (1111) 40
37. Silvio Mercer Dworecki	Auxiliar de Ensino (1)
38. Sonia Maria Bibe Luyten	Auxiliar de Ensino (124)
39. Wilson da Costa Bueno	Auxiliar de Ensino (111) 40
Wladimir Herzog	

Nome de Herzog foi anotado à mão no relatório de 1975

família. “Todos tinham muito medo. No entanto seus alunos estiveram no enterro, os estudantes foram à missa”. Apesar do silêncio daquele tempo, Clarice se surpreendeu ao saber, por mim, da orientação para que o Departamento de Jornalismo e Editoração ocultasse a passagem de Herzog pela ECA. Foi a primeira vez que ela ouviu tal informação.

Vladimir Herzog chegou à ECA a convite de Diléa Frate. Recém-formada em Jornalismo na própria ECA, ex-aluna brilhante, Diléa fora recomendada por seus professores para assumir algumas aulas e já cursava o mestrado. Uma história que ela conta, destacando que ninguém antes teve interesse em saber detalhes. “Meu projeto de vida era cheio de romantismo: eu não queria ser jornalista. Queria ser professora universitária, achava lindo ser professora da ECA. Os estágios, o trabalho, eram apenas um aprendizado para ser uma docente melhor”, desabafa.

Mas nada aconteceu como ela sonhara aos vinte anos. Diléa, que aparece na listagem oficial de 1975 como professora assistente, em fase de contratação, diz que conseguiu convencer Vlado — amigo muito próximo do também jornalista, ex-aluno da ECA, Paulo Markun, com quem era casada à época — a dar aulas de Telejornalismo, apesar de sua restrição de tempo: “Ele gostava de estar com jovens. Sabia muito de cinema, de televisão, era um tremendo profissional. Eu tinha bom trânsito na escola, não houve restrições ao convite. Eram tempos de distensão, as pessoas acreditavam que o país estava mudando, Vlado e eu não éramos quadros do Partido Comunista [PCB, Partido Comunista Brasileiro]. Ele nem quis discutir salários e acabei acompanhando-o em algumas aulas”, lembra ela.

Só que Diléa foi presa junto com Markun, no dia 17 de outubro, ao lado de vários outros

jornalistas de São Paulo, acusados naquelas semanas de pertencerem ao PCB. Embora esse partido, colocado na clandestinidade, não estivesse envolvido em ações armadas, ele se tornou alvo da Operação Jacarta, violenta iniciativa dos órgãos de repressão política da Ditadura Militar que resultou no assassinato de vários membros da direção do PCB.

Diléa acabou liberada apenas no dia 25, depois da morte de Vlado. “Recebi um recado para que, ao voltar à ECA, antes de qualquer coisa, passasse pela sala do diretor. Estava amedrontada com tudo que enfrentara na prisão, inclusive as torturas, e obedeci. O diretor Manuel Nunes Dias, que me conhecia e com quem eu tivera uma boa convivência como aluna, me passou um ‘sabão’, dizendo que jamais me imaginara uma comunista, que eu o enganara, que tinha destruído minha carreira universitária, que saísse imediatamente dali”.

Daniel Garcia/2011



Clarice Herzog

*Pressionada pelo diretor da ECA, Diléa Frate abandonou as aulas e o mestrado, e não recebeu uma única manifestação de docentes do Departamento. Na Telesp, onde editava *Entrelinhas*, foi demitida no dia seguinte à sua saída do DOPS. “Da noite para o dia virei o diabo. Todo mundo me virou as costas”*

Chocada e intimidada, Diléa efeti-
vamente saiu. E não voltou à USP, até
poucos anos atrás. Deixou as aulas, o
mestrado, e não recebeu uma única
manifestação, sequer, de professores
do Departamento de Jornalismo e
Editoração. Na Telesp, onde editava
a revista *Entrelinhas*, sua demissão

foi formalizada no dia se-
guinte à saída do DOPS.
“Da noite para o dia virei
o diabo. Todo mundo me
virou as costas”. Nos do-
cumentos fornecidos pela
ECA em 2012 encontramos
confirmações da história
relatada por Diléa. No Re-
latório de 1975, seu nome
aparece como docente vin-
culada à disciplina Jornalis-
mo Informativo, bem como
entre professores que tive-
ram pesquisas individuais
referenciadas. No seu caso,
na área de Jornalismo de
Humor no Brasil e como
supervisora de três núme-
ros do boletim da Agência Universi-
tária de Notícias. Em 1976, porém,
seu nome já não integra a listagem
dos professores do Departamento.

Há ainda outras questões do De-
partamento de Jornalismo pouco di-
vulgadas. Foi a própria professora
Alice Mitika quem registrou que, na-
quele segundo semestre de 1975, o
“Conselho do Departamento de Jor-
nalismo e Editoração aprovou a con-
tratação de um senhor, João Ulisses
Cardoso, que se declarava publica-
mente ex-jornalista e policial de pro-
fissão, negando qualquer afinidade
com atividades de ensino e pesquisa”.

Mas há mais: no livro *A Ditadura
Encurralada*, Elio Gaspari recupe-
rou documento do Centro de Infor-
mações do Exército, de 4/11/1975,
que abre outra polêmica: “Durante o
tempo em que João Walter Sampaio
Smolka ficou à frente do telejorna-
lismo do Canal 2, procurou cooperar
com os órgãos de segurança, coope-
ração essa que se estendia até sua

função na ECA”. Sampaio coorde-
nou o Departamento de Jornalismo e
Editoração até abril de 1975, quando
deixou a ECA, e foi demitido da TV
Cultura em agosto. Dupla coincidên-
cia: Herzog passa a atuar na ECA
em agosto, para ministrar a disciplina
da qual Sampaio era professor até o
semestre anterior, e assume na TV
Cultura. Em 2004, dois anos após sua
morte, Sampaio foi homenageado
em seminário realizado no Museu de
Arte Contemporânea, quando vários
depoimentos apontaram na direção
oposta à sugerida pelo documento do
Exército. Um deles foi do professor
Sinval Medina: “Lembro quando os
agentes vieram prender o professor
Jair Borin. A ECA vivia os momen-
tos mais duros da Ditadura. Sampaio
não pensou duas vezes e insistiu pa-
ra acompanhar Borin. Queria ter a
certeza de que o professor não iria
desaparecer pelo caminho”.

Diléa Frate, entretanto, não se
surpreende com tais descrições. Con-
ta que quando chegou ao DOPS, vin-
da do DOI-CODI depois de quatro
dias de torturas, sua identificação di-
gital foi feita por Dulcídio Wanderley
Boschilia, dublê de juiz de futebol
e policial: “Ele riu de mim. Provo-
cou, dizendo que éramos todos muito
trouxas, que ele tinha muitos amigos
na USP, infiltrados não só na ECA,
mas na Universidade inteira”.

A dubiedade do registro da pas-
sagem de Herzog como professor da
ECA e a “expulsão” informal de Di-
léa são apenas dois exemplos, entre
diversos casos semelhantes. Naqueles
anos tornara-se comum na USP que
profissionais ministrassem aulas du-
rante meses, sem receber sequer um
centavo por seu trabalho e sem que

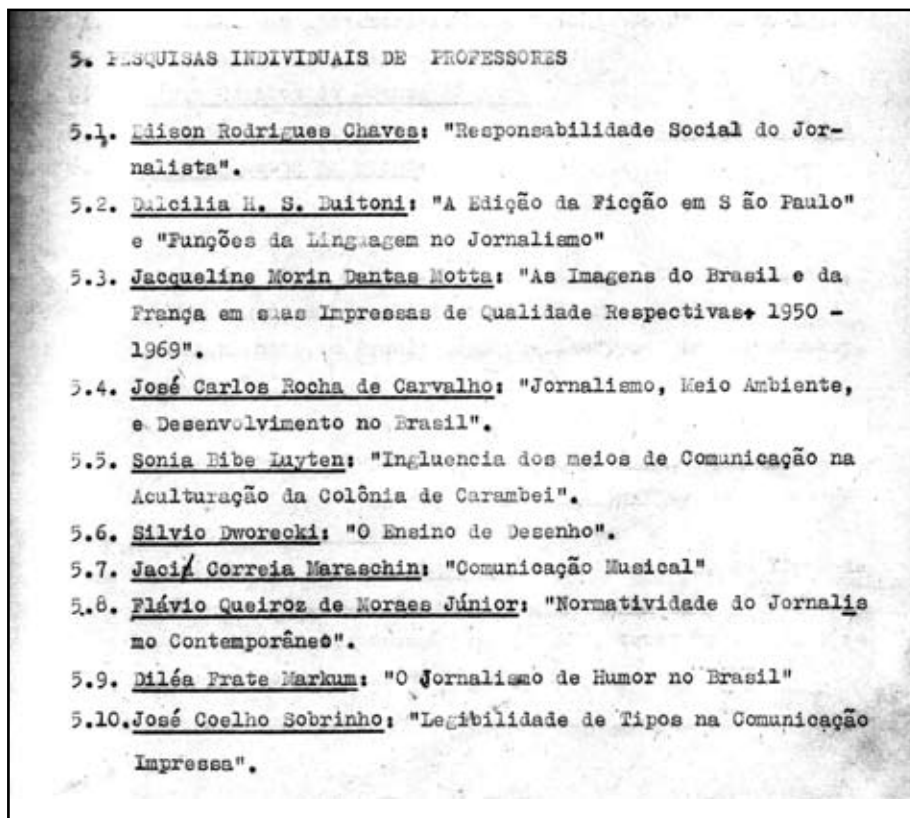
Luana Laux



Diléa Frate

seus vínculos fossem reconhecidos pela Universidade. Por outro lado, havia os professores que aguardavam a formalização de contratos que, porém, nunca chegava a ocorrer, porque eram barrados na “triagem ideológica”.

“A ‘triagem ideológica’ não deixa nenhum vestígio material, sua sistemática é a seguinte: os processos de contratação devem passar por uma ‘Comissão Especial’ ligada à Reitoria. Neste estágio é feita a consulta aos órgãos de segurança, sem nenhum despacho escrito de modo a não ficar vestígio algum”, afirmou a CPI da USP de 1977



Atividades de Diléa constam do relatório

A existência desse controle ideológico na contratação de professores tornou-se pública pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de São Paulo sobre a USP: “A ‘triagem ideológica’ não deixa nenhum vestígio material, visto que sua sistemática é a seguinte: na tramitação normal dos processos de contratação devem eles passar por uma ‘Comissão Especial’ ligada à Reitoria. Neste estágio é feita a consulta aos órgãos de segurança, sem nenhum despacho escrito de modo a não ficar vestígio algum. Segundo o parecer oriundo de tais consultas espúrias, a critério do reitor, o processo segue sua tramitação ou é pura e simplesmente arquivado”, afirmou a CPI em seu relatório final, em novembro de 1977.

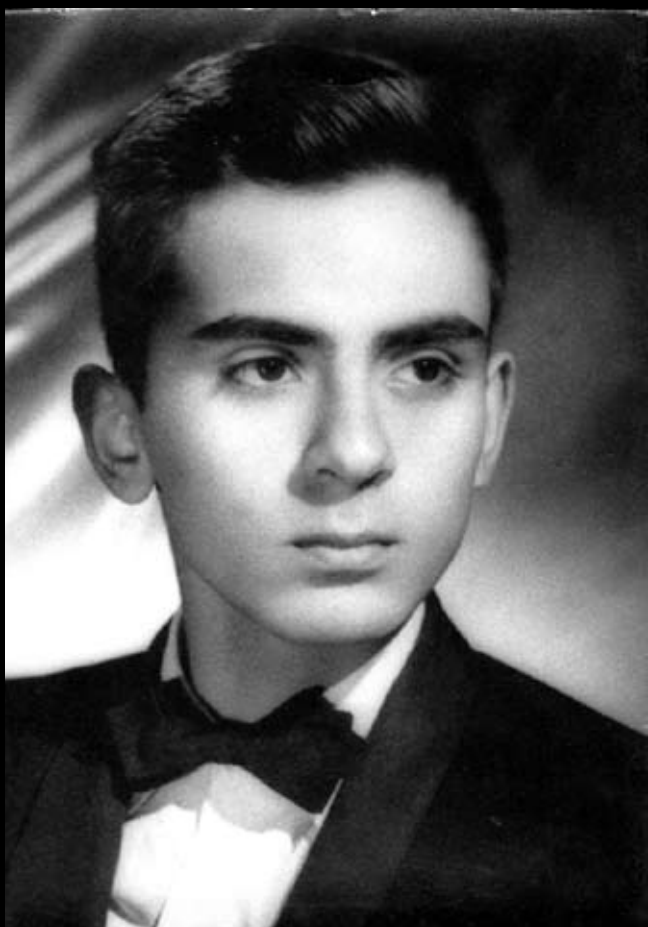
A CPI chegou a oficiar ao Conselho Universitário da USP, aler-

tando o colegiado sobre as evidências de “um processo ilegal, ainda que informal, que se convencionou chamar ‘triagem ideológica’, isto é, a consideração por parte dos órgãos universitários responsáveis pela contratação de docentes, de razões de ordem ideológica, extra-acadêmica, a determinação à aprovação ou não de qualquer processo de contratação”. Não há nenhuma resposta do colegiado arquivada no processo.

Mas alguns registros sempre escapam. Como o de Diléa. “Preferi seguir olhando para o futuro ao invés de me apegar ao passado, mover processos contra instituições. Me botaram muito medo àquela época e nunca imaginei que resquícios de minha passagem como docente da ECA tivessem permanecido. Felizmente nem tudo some”.

TORTURAS DO EXÉRCITO LEVARAM ALUNO JUAN FORRASTAL AO SUICÍDIO

Luiza Sansão
Jornalista



O militante político sabe dos riscos que corre. Eventualmente, no entanto, o terrorismo de Estado colhe cidadãos comuns em suas engrenagens dilacerantes. Em dezembro de 1968 os irmãos Jorge Rafael e Juan Antonio Carrasco Forrastal, estudantes bolivianos da USP sem militância política, foram presos pelo II Exército e torturados por meses. Embora hemofílico e amputado, Juan não foi poupado: sob o comando do coronel Sebastião Alvim, sua perna ortopédica foi arrancada para as sessões de tortura no QG do Ibirapuera e em Quitaúna. Juan matou-se em 1972, em Madri

Na crônica das violências da Ditadura Militar contra os estudantes da USP, 17 de dezembro de 1968 ficou marcado como o dia em que o Conjunto Residencial (Crusp) foi invadido por tropas do Exército, Marinha e Força Pública. Mais de mil alunos teriam sido presos. Algumas das histórias relacionadas ao episódio são conhecidas. Outras ficaram esquecidas. Mas engana-se quem pensa que nada de grave aconteceu ali. O episódio da invasão do Crusp teve desdobramentos de tal crueldade e ignomínia que custa descrevê-los. O caso dos irmãos Forrastal impressiona pela covardia dos torturadores e absoluto desrespeito à dignidade humana.

O estudante boliviano Jorge Rafael Carrasco Forrastal, que cursava engenharia na Escola Politécnica, morava no Crusp e estava presente no momento da invasão — logo, foi preso, embora não tivesse qualquer militância política. Ao saber da prisão, seu irmão Juan Antonio, estudante do Instituto de Física, franzino, hemofílico, portador de uma prótese na perna esquerda, foi procurar Jorge Rafael no II Exército. Tudo poderia haver terminado aí. Não terminou.

Juan Antonio foi imediatamente preso. Sequer passou pela cabeça dos militares que, fosse ele um militante político de organização clandestina, jamais apareceria no Exército à procura de qualquer pessoa, muito menos uma semana após a aprovação do draconiano AI-5. Arrancaram-lhe a bengala e a perna ortopédica, surraram-no, e ali apenas começava seu calvário de puro terror.



Invasão do Crusp em dezembro de 1968

Jorge Rafael e Juan Antonio Carrasco Forrastal vieram para o Brasil com os pais, Olga Forrastal de Carrasco e Antonio Carrasco Bustillo, em 1965, para tratar a hemofilia de que sofria Juan Antonio, que em seguida teve sua perna esquerda amputada. “A doença de Juan precisava ser tratada no Brasil, pois aqui na Bolívia não havia ainda condições para que sua perna fosse amputada”, conta à *Revista Adusp* sua irmã, Teresa Carrasco de San Martin, hoje com 71 anos. Ela veio para o Brasil mais tarde, em 1984. Hoje vive em La Paz com o marido e a filha, Fernanda San Martin Carrasco.

Teresa explica que não ter envolvimento com atividades políticas era pré-requisito para que estrangeiros obtivessem direito a uma vaga na universidade — era inclusive necessário que assinassem documento garantindo que não tinham participação política — e, assim, Jorge Rafael e Juan Antonio ingressaram

na USP, cursando respectivamente Engenharia Elétrica e Física Nuclear. Nem os estudantes nem seus pais tinham qualquer envolvimento com política, na Bolívia ou no Brasil. Como os filhos não possuíam bolsa de estudos, os pais fizeram grandes esforços para mantê-los no Brasil. Antonio Bustillo era contador e Olga passou a trabalhar como secretária no Conselho Federal de Farmácia, em São Paulo.

De acordo com relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEDMP), de 2006, para o qual prestaram depoimentos os pais dos estudantes e duas amigas da família, “assim que soube da prisão de Jorge Rafael, o irmão foi procurá-lo no II Exército, onde também foi detido sob o argumento de que era aluno da USP”. Teresa acredita que Juan Antonio, que não estava no Crusp no momento da invasão, tenha tomado conhecimento da prisão do irmão dois dias depois.



Em pé: Juan e Jorge. Sentados: Olga, Antonio e Teresa (La Paz, 1964)

“Meus filhos desapareceram do Hospital Militar e do II Exército [QG] do Ibirapuera. Soubemos que foram levados para o quartel de Quitaúna, onde o comandante era o coronel Alvim. E sob seu comando continuavam as torturas de forma selvagem”, relatou Olga à CEMDP

Foi no quartel-general do II Exército, no Ibirapuera, que começaram as torturas, a fim de que os estudantes fornecessem informações sobre sua participação em movimento polí-

tico contrário ao governo e sobre colegas com militância. Àquela altura, Olga e Antonio procuravam os filhos em vários quartéis, e os militares se recusavam a fornecer informações sobre onde eles estariam, até que conseguiram encontrá-los no Ibirapuera. “Quando minha avó [Olga] soube o que estava acontecendo e viu que a vida de Juan estava em perigo, procurou o cônsul da Bolívia, Alberto del Carpio, e conseguiu levar Juan para o Hospital das Clínicas. Mas os militares não esperaram a recuperação do Juan e o levaram para o Hospital Militar de Cambuci, em São Paulo”, conta a sobrinha Fernanda. Porém, as torturas não pararam nem mesmo no período em que Juan esteve internado: “No Hospital Militar, não somente continuaram as torturas físicas, mas também psicológicas, e ameaças, inclusive com a possibilidade de desaparecimento de seus pais”, contou Olga Carrasco à CEMDP.

Não se sabe ao certo por quanto tempo Juan Antonio permaneceu internado, mas em depoimento escrito, hoje em posse de Teresa, Olga registrou: “Depois meus filhos desapareceram do Hospital Militar do Cambuci e do II Exército do Ibirapuera. Passados vários dias em que ninguém queria nos dar notícias deles, soubemos que foram levados para o quartel de Quitaúna, de São Paulo, onde o comandante era o coronel Alvim. E sob seu comando continuavam as torturas de forma selvagem (...). A saúde física e psicológica dos meus filhos estava terrivelmente prejudicada, em especial a saúde mental de Juan Antonio”.

Na busca pelos filhos, Olga e Antonio foram diversas vezes intimidados por militares. “O próprio coronel Alvim ameaçou minha mãe. Disse a ela que a posição dele era a do sobrenome dela: Carrasco”, conta Teresa, com a voz embargada. O coronel Sebastião Alvim era o presidente do



Juan na entrada do Instituto de Física da USP (1965)

Inquérito Policial-Militar (IPM) do Crusp. Um veterano da repressão, atuou no navio-prisão Raul Soares, ancorado em Santos e onde submetia os presos a longas horas de permanência na geladeira da embarcação.

As ameaças de morte continuaram enquanto os pais recorriam a autoridades, como o cônsul boliviano, para tirar os rapazes da prisão, vivendo um processo de sofrimento profundo e incertezas com relação ao que aconteceria com Juan e Jorge. No quartel do 4º Batalhão de Infantaria Blindada, em Quitauína, as torturas se intensificaram, “ocasionando sério desequilíbrio mental em Juan Antonio, que já era fisicamente debilitado”, de acordo com o relatório da CEMDP. Os militares, durante as sessões de espancamento, “tiraram-lhe a perna ortopédica, ocasionando hematomas generalizados, o que foi agravado pelo fato de ser hemofílico”. A crueldade desconhecia limites, exceto o de manter

vivos os supliciados: “Chegaram a queimar seus órgãos genitais com cigarros acesos. Eram também realizados disparos de armas de fogo durante a noite, com o intuito de amedrontar os presos e mantê-los sob constante vigília, causando-lhes sérios traumas psicológicos”.

Não havia acusação formal contra nenhum dos dois. Como explicar, então, o ódio de que foram vítimas? “Quando fomos presos, separaram todos os bolivianos [dos demais estudantes]”, afirma Gonzalo Pastor Castro Barreda, peruano, à época estudante de Engenharia Eletrônica, que atuava como fotógrafo no jornal *Vanguarda*, da AURK, a associação que coordenava os moradores do Crusp, onde morava no apartamento 305-B (vide p. 69). “Os bolivianos presos não foram levados ao DOPS, mas ao II Exército. E os arquivos do II Exército não aparecem”, completa ele, que foi preso na invasão do Crusp e também no Congresso da UNE em Ibiúna,

em cuja organização atuou. “Mas os bolivianos não participavam politicamente. Começou a ser difundida a ideia de que existia uma ligação entre o Che Guevara, que tinha morrido na Bolívia [em 1967], e o movimento universitário”, o que, segundo Gonzalo, teria ocasionado uma perseguição aos estudantes bolivianos no Brasil.

O fato é que o relatório final do Inquérito Policial-Militar do Crusp sequer menciona os irmãos Forrastal. “Havia grande número de estrangeiros entre os residentes do Crusp. Alguns eram clandestinos e outros eram excursionistas andarilhos, que passavam meses residindo em apartamentos”, afirma o documento assinado pelo coronel Alvim, que acusa como participantes de “atividades políticas subversivas” o peruano Gonzalo Barreda, o panamenho Aramis Arauz Guerra, o paraguaio Ruben Anibal Galindo e o espanhol José Cesareo Raimundez Alvarez, todos alunos da Escola Politécnica; o espanhol Ra-



Teresa em La Paz, em foto recente...

mon Varela Gonzalez, aluno da Faculdade de Filosofia; e o boliviano Fabian Nicolas Yaksic Ferandy. Gonzalo e Aramis Arauz eram amigos de Jorge Rafael, o que era simplesmente natural, por serem poucos os alunos de fala espanhola na Politécnica.

Juan Antonio, uma vez libertado, não conseguiu recuperar-se física e psiquicamente das torturas sofridas. Teresa conta que, traumatizado, seu irmão tinha pavor do barulho das sirenes de ambulância

O mais espantoso é que ninguém soube o que acontecia aos irmãos

Forrestal, nem mesmo seus amigos próximos, provavelmente devido à separação dos bolivianos dos demais presos. Cacilda Salete Silva, ex-moradora do Crusp conhecida pelos colegas como Sissi, era amiga de Juan Antonio e Jorge Rafael. Militante política, foi presa na invasão e levada ao Presídio Tiradentes, sendo liberada na madrugada do dia seguinte. “Soube de muitos colegas que sumiram, tombaram e foram presos, porém, por incrível que pareça, nunca soube absolutamente nada sobre a prisão e tortura dos irmãos”, conta Cacilda, que cursava Pedagogia e morava no apartamento 610-D.

Os irmãos foram postos em liberdade pouco antes do início das aulas de 1969. “Juan Antonio foi libertado antes, porque estava muito mal de saúde”, conta Teresa Carrasco. “O coronel Alvim percebeu que tinha feito do meu filho um demente, que não servia para seus propósi-



... e sua filha Fernanda

tos malévolos, de exigir informações dos demais colegas de universidade. Coisa que meus filhos não deviam comentar, e não comentaram nada porque nada sabiam”, relatou Olga à CEDMP, deixando transparecer a indignação e a dor.

Pouco depois, Jorge Rafael foi solto e, de acordo com registro escrito de Olga, ao final de 1969, “mesmo com graves traumas”, conseguiu se formar antes de completar os 23 anos de idade. “Ele vivia um terror, não queria mais morar em São Paulo e, como tinha muita capacidade, passou num concurso em Curitiba para engenheiro da Telepar [operadora de telefones do Paraná]”, relatou. Casou-se em 1970 e foi viver em Curitiba, assumindo o cargo de engenheiro-chefe. “Estava numa missão quando, num acidente de automóvel, faleceu em 7 de outubro de 1970”, segundo sua mãe. Sua esposa, Elvira Dulce Altoe, encontrava-se grávida. “Jorge pensava que não poderia mais ter filhos, por conta dos choques elétricos que havia sofrido nos órgãos genitais durante a prisão. Então foi uma alegria muito grande para ele quando descobriu que sua mulher estava grávida”, conta a irmã. Em abril de 1971 nasceu sua filha, Rafaela Carrasco Altoe, que Jorge não

MRE - Dept. Cultural e de Informações	COMPROMISSO.
Registro Nº 0809 DECRETO Nº 55.613	Beneficiário das regalias de estudante-convênio, comprometo-me a:
Carteira de Identidade	1. Acatar a indicação do estabelecimento de ensino para o qual fui destinado pelo MEC.
<u>Estudante-Convênio</u> Brasil	2. Submeter-me ao regulamento do estabelecimento de ensino em que for matriculado.
<i>Dolivia</i>	3. Apresentar prova, quando pedida, de possuir meios suficientes para me manter no Brasil durante o Curso.
<i>Juan Antonio Carrasco Forrastal</i>	4. Não me imiscuir em política interna brasileira.
nascido a <i>30. I. 45</i>	5. Regressar ao meu país dentro de três meses após a formatura.
em <i>La Paz</i>	<i>Luiz Paulo 28.6.65</i>
foi selecionado para o Curso de <i>Física na Fac. Filosofia C. C. B. B.</i>	Rio de Janeiro,
<i>José Paulo 28.6.65</i>	
<i>Alcides F. F. F. F.</i>	
Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual	

Carteira de identidade de Juan, emitida pelo Itamaraty

teve a oportunidade de conhecer, pois fora sepultado em São Paulo seis meses antes.

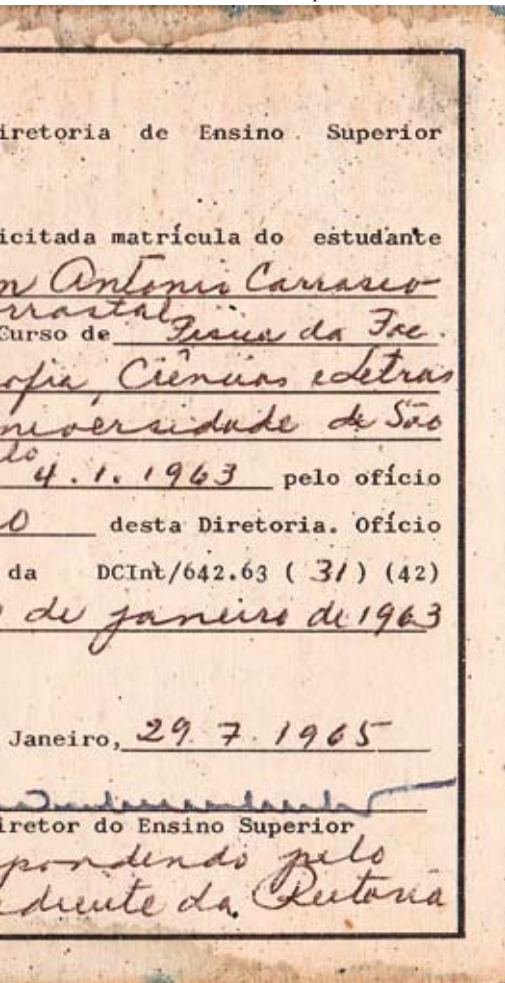
A tragédia rondava a família Carrasco Forrastal. Juan Antonio, uma vez libertado, não conseguiu, contudo, recuperar-se física e psicologicamente das torturas sofridas. Internado no Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, ali permaneceu por várias semanas. Teresa conta que, traumatizado, seu irmão tinha pavor do barulho das sirenes de ambulância desde que fora levado pelos militares para sua primeira internação durante a prisão. Olga deixou registrada a maneira como tomou conhecimento das diversas formas de agressão usadas contra os rapazes: “As torturas que sofreram

meus filhos soubemos quando Juan Antonio, nos seus momentos de terror, estando doente em casa, falava desses fatos. Meu filho Jorge Rafael tinha medo de falar disso, provavelmente pelas ameaças de represálias feitas quando estavam presos”.

Durante sua internação no Hospital das Clínicas, Juan Antonio, com a saúde mental comprometida, tentou suicídio cortando os pulsos. Seus pais o levaram para casa, mas, como não apresentava melhora, foi novamente internado, desta vez no Hospital Psiquiátrico da Vila Mariana. De acordo com Olga, ao sair deste local ele “não queria mais morar em São Paulo, pois tinha medo de tudo, não se interessava por nada”, nem mesmo pelos estudos de que tanto gostava. “Antes, [mesmo]

com a perna amputada, primeiro com as muletas, depois com a perna ortopédica, por nenhum motivo ele deixava de assistir às aulas”.

Em visita feita ao estudante no hospital, logo após ter sido libertado, Maria de Lourdes Lyrio de Moura, amiga da família, “constatou que Juan tinha os braços enfaiçados e as mãos muito inchadas”, segundo declarou à OAB-SP em 2006. “Juan relatou que fora brutalmente torturado nas dependências prisionais”, acrescentou ela. No período em que esteve internado, ele tentou suicídio duas vezes: na primeira, cortando os próprios pulsos “com uma lâmina de barbear que o enfermeiro tinha usado para lhe fazer a barba”, e depois, ingerindo comprimidos.



O corpo de Juan Antonio foi cremado em Madri. Teresa soube que o irmão havia se suicidado somente em 1994, quando Olga finalmente contou à filha e à neta que ele não havia morrido atropelado, como familiares e amigos pensavam até então

Outra amiga da família, Mary Deheza Balderrama, relatou à OAB-SP suas impressões ao visitar Juan Antonio quando ele retornou para casa: “O moço alegre,

otimista e confiante ceder lugar a outro com graves alterações psíquicas, amedrontado com tudo, não podia ver um militar; mesmo faltando apenas um ano para terminar o curso de Física Nuclear, não queria mais voltar às aulas e nem mesmo lecionar conforme fazia antes”.

Os pais dedicaram-se incessantemente à sua reabilitação entre 1969 e 1972, período em que ocorreram diversas internações e tentativas de retomada de seus estudos. “Fazendo novos esforços econômicos, o mandamos à Espanha, onde ele foi internado no Hospital da Cruz Vermelha de Madri”, contou Olga. “Depois de doze dias de internação, em um momento de delírio ele desligou os aparelhos que o mantinham vivo, estando eu na sala de espera dos visitantes. Ele faleceu em 28 de outubro de 1972”.

O corpo de Juan Antonio foi cremado em Madri, mas apenas cinco anos depois seus pais conseguiram trazer suas cinzas para o Brasil. Teresa soube que o irmão havia se suicidado somente em 1994, quando Olga finalmente contou à filha e à neta que Juan não havia morrido atropelado, como familiares e amigos pensavam até então. “Era muito doloroso para ela falar no assunto”, diz Teresa. Seus pais viveram no Brasil até o ano de 2000 e faleceram na Bolívia: Antonio, em 15 de abril de 2001, e Olga, em 3 de agosto de 2011.

“Foram amigos que passaram pela minha vida, como muitos outros, enchendo-me de orgulho por serem pessoas educadas, sensíveis, sinceras, alegres, queridas mes-



Cacilda Salete

mo”, lembra a ex-cruspiana Cacilda, a Sissi, numa menção carinhosa a Jorge Rafael e Juan Antonio. “Tive a oportunidade de no dia do meu *cumpleaños*, 5 de agosto de 1968, almoçar no apartamento dos Carrasco. A família transpirava um ar de muita sinceridade”.

Não há notícia de que a USP tenha procurado intervir em defesa de seus alunos. Aparentemente, a instituição sequer tomou conhecimento das prisões, segundo acaba de declarar o Gabinete do Procurador Geral: “Em atenção ao pedido de acesso à informação protocolado por V. Sa., informamos que a Universidade não dispõe de registros em documentos oficiais sobre a prisão do sr. Juan Antonio Carrasco Forrastal. No mais, informamos que o aluno ingressou no curso de Física em 1963 e manteve-se matriculado até 1971. Não há informação de conclusão de curso”.

CRUSP, “FOCO DE IRRADIAÇÃO SUBVERSIVA”

Na década de 1960 o Crusp se consolidou como um espaço de articulação política e cultural, onde os estudantes realizavam discussões políticas, grupos de estudos, shows, peças de teatro e inúmeras outras atividades agregadoras. “Aqui em São Paulo, os dois grandes focos de contestação eram a Faculdade de Filosofia e o Crusp”, diz Mouzar Benedito, 65, à época um estudante de Geografia que morava no apartamento 202-F (e hoje autor de *1968, por aí... Memórias burlescas da Ditadura*).

Se, no início, as manifestações estudantis eram restritas às condições de vida dos estudantes no Crusp, como quando houve a manifestação contra o aumento do preço do restaurante universitário (1965), logo, com a crescente conscientização política dos estudantes e as intromissões do governo militar nas normas internas da universidade, a luta do movimento estudantil passou a ser, também, de oposição à Ditadura Militar. Assim, os espaços de representação foram se organizando cada vez mais no Crusp.

Fundada em 1967, a Associação de Universitários Rafael Kauan (AURK) conquistara força política entre as entidades estudantis já existentes e passara a ser foco da atenção dos militares. O IPM do Crusp definiu o alojamento universitário como “um centro turbulento de agitações estudantis e que abrigava grupos esquerdistas do Movimento Estudantil, perigosos. Tornou-se um foco perigoso de irradiação subversiva para a área estudantil e de infiltração na massa operária da periferia desta Capital”.

“A gente estava sentindo que a coisa ia explodir. No dia 13 de dezembro de 1968, anunciaram que o

governo ia lançar uma medida muito radical à noite. Então fomos todos para o Centro de Vivência da USP e vimos, pela televisão, o anúncio de que estava sendo decretado o AI-5. Aí vi que a barra era ainda mais pesada do que eu imaginava”, conta Benedito. Nesse mesmo dia, durante a madrugada, militares e militantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) dispararam tiros contra os prédios do Crusp.

Invasões policiais já tinham ocorrido outras vezes, e os moradores do Crusp se defendiam jogando pedras e garrafas do alto dos prédios, e esguichando água. Mas desta vez a coisa era diferente: contava com soldados que vinham sendo preparados em quartéis para uma verdadeira guerra. Assim, quatro dias depois da decretação do AI-5, o Crusp foi invadido de madrugada pelas Forças Armadas, com muitos veículos, inclusive tanques de guerra. Cerca de 1.200 estudantes foram presos e levados, em sua maioria, para o Presídio Tiradentes. “Alguns dos que foram presos sem tortura e depois libertados foram novamente presos e aí sofreram violenta tortura”, diz Benedito, que, preso na invasão, passou quatro dias no Presídio Tiradentes, mas não foi torturado. “Eu tive a sorte de ser interrogado no DOPS sem tortura. Então meu nome ficou fichado lá, mas teoricamente eles não precisavam mais me interrogar”, acrescenta.

Após a invasão, o Crusp foi, então, fechado pelos militares, e os estudantes presos não tiveram para onde ir após serem libertados. Apartamentos haviam sido até mesmo saqueados pelos militares, que levaram pertences pessoais dos cruspianos, como roupas, livros e outros objetos.

DIGNIDADE E AFETO

As imagens sugerem uma família solidária: formatura em La Paz (1963), os irmãos no Ibirapuera, com o pai Antonio (1965), no centro de São Paulo, com a irmã Teresa (1969), e com Olga na Avenida São Luis (1965)



Carteirinha de Juan Antonio no Cefisma. Jorge Rafael com a esposa Elvira, em momento de grande felicidade (1970). Nas outras fotos, aparece com amigos: Aramis Arauz (no refeitório, 1965) e este e Vismark Imamura (no Crusp, 1966)



POLÍCIA MILITAR MATA À LARGA, COMO A REPRESSÃO POLÍTICA NA DITADURA

Fausto Salvadori Filho
Jornalista

Agência Estado



Coletiva promovida para esclarecer execução de seis suspeitos pela Rota, em maio de 2012

Ao ignorar recomendações da ONU e da sociedade civil para extinguir as Polícias Militares, o governo brasileiro evita mexer no modelo de “segurança pública” herdado do regime militar. O Ministério da Justiça prefere apostar no “estabelecimento de uma nova cultura policial”. Enquanto isso, persistem as execuções em larga escala, praticadas pelas PMs em sua guerra permanente contra um inimigo interno: ontem, os “subversivos”; hoje, os jovens pobres, geralmente negros ou mulatos, que habitam as periferias das grandes cidades e regiões metropolitanas

“A notícia é a pior possível”, disse o chefe dos enfermeiros. Ao entrar no Hospital Regional de Osasco, o electricista Daniel Eustáquio de Oliveira, 50 anos, sabia apenas que seu filho, César Dias de Oliveira, 20 anos, havia sido baleado quando voltava para casa dirigindo a motocicleta que comprara dez dias antes. Assim que ouviu as palavras do enfermeiro, porém, Daniel entendeu tudo. “Meu filho está morto”, disse. “Está”, confirmou o enfermeiro. Daniel começou a chorar. “Mas como?”, perguntou. “Cinco tiros”, foi a resposta. “Esses ladrões sem vergonha, além de tentar roubar meu filho, ainda mataram ele com cinco tiros”, desabafou. O enfermeiro o corrigiu: “Foi a polícia que matou seu filho”. Daniel parou de chorar na hora. Na saída, olhou para o grupo fardado de policiais militares na entrada do hospital e fez uma promessa: “Eu vou provar que vocês mataram um inocente”.

No dia 1º de julho, o filho de Daniel e o amigo dele, Ricardo Távares da Silva, também de 20 anos, que estava na garupa da moto, entraram para a lista de 182 pessoas mortas pela Polícia Militar na cidade de São Paulo nos sete primeiros meses do ano, período em que a Secretaria da Segurança Pública registrou um total de 907 homicídios. Os números mostram que, a cada cinco pessoas assassinadas no município, uma foi vítima da polícia. Denúncias de abusos envolveram várias destas mortes, entre elas a do publicitário Ricardo Prudente de Aquino, baleado após fugir de uma abordagem policial, em 19 de julho. Três PMs foram presos pelo crime, que teve mais repercus-



Daniel de Oliveira

são na mídia do que todos os demais, por envolver uma vítima que fugia ao padrão habitual de jovens negros e pobres da periferia.

Na mesma época em que Daniel, os dois Ricardos e tantos outros eram mortos, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovava a recomendação de abolir a Polícia Militar como forma de combater a violência do Estado brasileiro. Foi em 30 de maio, quando o Brasil passou pela Revisão Periódica Universal do Conselho, uma espécie de prova à qual todos os países são submetidos. Na ocasião, o governo da Dinamarca sugeriu “abolir o sistema separado de polícia militar” com o objetivo de “reduzir a incidência de execuções extrajudiciais pela polícia”¹.

É natural que um olhar estrangeiro se choque com a existência de uma PM como a que há no Brasil. “As polícias militares brasileiras têm por função manter a ordem e garantir a segurança interna, seu papel primordial é de proteção ao cidadão, e, portanto, a sua militarização não

se justifica”, aponta Adriana Alves Locha, doutoranda em Sociologia pela FFLCH-USP e consultora do Banco Mundial para prevenção do crime e da violência em áreas urbanas. Ela lembra que, na maioria dos países democráticos, a segurança da população é um trabalho para civis: soldados e coronéis são usados para combater inimigos externos, não para policiar ruas. As polícias militares, quando existem, têm funções bem diferentes. Adriana cita o caso da Gendarmerie francesa, uma força nacional que lida com “atividades voltadas primordialmente ao controle de ameaças à segurança nacional (ataques terroristas, vigilância de fronteiras, proteção presidencial)”, que pode ser chamada para atuar na segurança interna, mas permanece “sempre subordinada à autoridade local, no caso, as prefeituras de polícia, que são civis e responsáveis pelas guardas municipais”. No Brasil, é o contrário: as polícias militares são consideradas forças auxiliares e reserva do Exército.

A recomendação do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi ignorada pelo governo brasileiro, que não quer ouvir falar em polícia sem militares. “A solução para a questão apontada no relatório da ONU — redução da letalidade policial — não está vinculada à extinção de alguma das polícias existentes no Brasil, e sim ao estabelecimento de uma nova cultura policial, que, especificamente dentro da estrutura militar, perpassa uma série de fatores, desde a entrada desses policiais na corporação”, afirmou o Ministério da Justiça, em resposta à *Revista Adusp*. Não é uma postura nova. “As conferências nacionais de Direitos Humanos, em 2008, e de Segurança Pública, em 2009, também recomendaram a desmilitarização das polícias, mas este parece ser um ponto totalmente esquecido por nossos governantes”, afirma Adriana.

O historiador André Rosemberg aponta uma das hipóteses que explicam o modelo militarizado de policiamento: “as relações de disciplina e hierarquia inerentes às instituições militares permitem um controle maior dos soldados, recrutados na mesma base social sobre a qual deveria recair a vigilância mais estreita”

O esquecimento não estava nos planos da Rede Nacional de Familiares e Amigos de Vítimas da Violência do Estado, formada por entidades de combate à violência policial em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, que decidiu usar a recomendação da ONU como mote para lançar uma campanha pela desmilitarização das polícias². “Um dos principais entulhos do período escravocrata e, mais recentemente, da ditadura civil-militar, é a violência sistemática de agentes do Estado contra a nossa própria população”, afirma o texto da campanha, idealizada pelo grupo Mães de Maio.

Da periferia saiu outra ação coletiva, a Campanha contra o Genocídio da Juventude Negra, reunindo grupos como o Fórum Municipal de Hip Hop e a Rede Nossa São Paulo, que faz a mesma denúncia. Gabriel di Pierro, da Nossa São Paulo, afirma que a PM ainda está estruturada para “cumprir a função social de controle da população mais pobre” e carrega uma cultura “profundamente violenta e muito pouco apropriada de valores democráticos”.

O atual modelo de policiamento, que passou intacto por mais de duas décadas de governos democráticos, foi implantado pela Ditadura Militar como parte do aparelho repressivo destinado a eliminar os inimigos do regime. O policiamento à brasileira, contudo, sempre enfrentou uma divisão em duas instâncias, uma civil e outra militar, que remonta ao período regencial. Segundo o historiador André Rosemberg, da Unesp, que pesquisou em seu doutorado a história da polícia

no Império, uma das hipóteses que explicam a emergência e a força de um modelo militarizado de policiamento afirma que “as relações de disciplina e hierarquia inerentes às instituições militares permitem um controle maior dos soldados, recrutados da mesma base social sobre a qual deveria recair a vigilância mais estreita”.

A primeira versão da polícia militar paulista nasceu em 1831, com o nome de batismo de Guarda Municipal Permanente. A corporação receberia outros nomes nos anos seguintes, como Corpo Policial Permanente e Força Pública, antes se tornar a Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 1970. A vinculação da polícia paulista ao Exército começou nos anos 30, como uma estratégia do governo Getúlio Vargas para colocar a Força Pública paulista sob seu comando e usá-las para reprimir os movimentos que se opunham ao seu governo. A militarização da segurança iria chegar ao auge na ditadura seguinte, instituída em 1964, que deu mais poderes às PMs ao mesmo tempo em que as colocava sob o guarda-chuva do Ministério do Exército. O ciclo se completou em 1969, com um decreto-lei do governo federal que tirou das ruas as Guardas Civas, ao declarar que o policiamento ostensivo fardado passaria a ser exclusivo dos policiais militares³.

No livro *Rota 66*, o jornalista Caco Barcellos recorda como foi o impacto da chegada dos novos PMs às ruas do seu bairro, em Porto Alegre, nos anos 1970. “Os suspeitos, antes perseguidos de forma injusta [pelas Guardas Civas], agora muitas

vezes eram mortos sem chance ou direito de defesa. Não só no meu bairro pobre, mas também na periferia de todas as grandes cidades do país.”

Criada como um dos braços do aparelho repressivo da ditadura, a Polícia Militar viria a atuar contra tudo que pudesse ser considerado inimigo, fossem militantes de esquerda, estudantes ou operários em greve — caso de Santo Dias da Silva, morto com um tiro nas costas por um PM em agosto de 1979, dois meses após o presidente Geisel editar a Lei de Anistia, que marcaria o começo do fim do regime militar.

A redemocratização preservou até uma unidade como a Rota, que até hoje tem como função “a execução de ações de controle de distúrbios civis e de contra-guerrilha urbana e, supletivamente, ações de policiamento motorizado” (Decreto 44.447/1999)

O regime chegou ao fim, mas a máquina de eliminar inimigos da PM manteve-se intocada. A redemocratização preservou até uma unidade como as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, a Rota, que até hoje tem como função, pela



PM aborda motoboy em São Paulo (maio de 2006)

letra da lei, “a execução de ações de controle de distúrbios civis e de contra-guerrilha urbana e, supletivamente, de ações de policiamento motorizado”, conforme o Decreto 44.447/1999. A atuação no período ditatorial é motivo de orgulho para o batalhão, que, em seu site, vangloria-se de ter feito o “combate à guerrilha urbana que atormentava o povo paulista”.

Com os novos tempos, contudo, era hora de buscar outros inimigos, sem deixar de lado as práticas recorrentes de torturas e execuções sumárias. “Na Ditadura, a polícia adotou a estratégia de combate ao inimigo interno, baseado na doutrina de segurança nacional. Com a redemocratização, a lógica de guerra interna foi redirecionada para o jovem pobre e negro das periferias”, conta o historiador Danilo Dara, do grupo Mães de Maio.

Quando a lógica militar penetra no policiamento, os agentes passam a pensar mais em termos de inimigos a serem destruídos do que em

garantir a segurança de uma comunidade. Daí que as mortes de suspeitos, em vez de serem exceções, passam a ser a regra e podem até ser exibidas como troféu. Há PMs que fizeram carreira política divulgando o número de suas vítimas, como o coronel Ubiratan Guimarães, que adotou os 111 homicídios da chacina do Carandiru como seu número de campanha, ou o capitão Conte Lopes, da Rota, que dizia ter mais de 100 mortes no currículo. Mais recentemente, o tenente-coronel da Rota Paulo Telhada, com 36 mortes assumidas, candidatou-se a vereador pelo PSDB. Quando a morte passa a ser motivo de orgulho, abre caminho para que cada homicídio praticado pela PM seja considerado legítimo, mesmo com provas em contrário.

Daniel Eustáquio teve um contato direto com essa lógica militarizada de segurança naquele 1º de julho, quando saiu do hospital diretamente para o local onde seu filho havia sido morto, na Vila Dalva, zona oeste de



Mortos do Carandiru (1992): impunidade completou 20 anos

São Paulo. Ali, perguntou ao policial responsável o que havia acontecido. “Segundo a guarnição responsável pela ocorrência, os dois meliantes vinham descendo com a moto. A guarnição abriu a sirene e eles empreenderam fuga. O garupa começou a atirar e o piloto, que é seu filho, perdeu o controle da moto, saiu capotando e levantou atirando”, respondeu o PM. “Eu olhei bem para ele, calmo, sem chorar, sem nada, do jeito que estou conversando com você agora”, conta Daniel, com uma segurança que impressiona, como deve ter impressionado o policial que o ouviu naquela manhã. “Falei para ele: ‘Eu não sou perito, sou só um eletricitista, mas você não acha que tem algo errado nessa cena? Em primeiro lugar, vocês estão falando que meu filho capotou. Me mostra

um arranhão na moto’. O PM olhou para mim, olhou para a moto, não tinha nada. Continuei. ‘Em segundo lugar, se meu filho tivesse caído da moto, teria marca de frenagem da moto e da viatura. Não tem. Eu vi o corpo dele e não tem um hematoma, só os tiros. Outra: os meninos tomaram tiro do lado esquerdo e no peito. Por que as cápsulas que os policiais atiraram estão todas do lado direito da moto?’ O policial olhou para mim, olhou para a cena, chegou bem pertinho de mim e falou: ‘Realmente, tem muita coisa errada aqui. Os policiais fizeram merda.’”

Nos primeiros anos após o fim da ditadura, alguns governadores que haviam participado da resistência ao regime ditatorial tentaram romper com a lógica do aparelho repressivo que agora passavam a comandar.

Foi o caso de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, que, em seus dois mandatos (1983-1986 e 1991-1994), proibiu a PM de invadir barracos de favelas sem mandado judicial, criou um Conselho de Direitos Humanos e Justiça e buscou diminuir a repressão sobre manifestações populares, greves e passeatas.

A tentativa brizolista de conciliar segurança e outros direitos humanos foi bombardeada por vários setores da mídia e acabou sepultada de vez pela gestão Marcelo Allencar (1995-1999), que criou a “gratificação faroeste”, prêmio de bravura concedido para policiais envolvidos em ações violentas. A derrota foi reconhecida por Carlos Magno Nazareth Cerqueira, comandante geral da PM no governo Brizola: “É certo que falhamos.

Não conseguimos implantar o modelo democrático que defendíamos (...) não conseguimos fazer a polícia entender que a sua principal tarefa era prender e não matar”⁴.

Em maio de 2006, o Estado paulista comandou suposta reação aos ataques do PCC, que haviam matado 43 agentes públicos. A reação da PM e grupos de extermínio elevou para 493 o número de mortos: o regime democrático podia, em nove dias, matar tantas pessoas quanto a Ditadura em duas décadas

São Paulo enfrentou o mesmo fracasso quando tentou mexer com o legado da Polícia Militar, durante os governos de Franco Montoro (1983-1987) e Mário Covas (1995-1999 e 1999-2001). Montoro apresentou uma proposta de reforma da PM prevendo a extinção da Rota, que não foi adiante, e criou um programa que buscava coibir a violência policial, ao afastar por seis meses os policiais envolvidos em ocorrências com morte. Após o governo Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1995) promover uma escalada da violência policial que desembocaria no massacre do Carandiru (vide p. 79), Covas retomou as políticas de Montoro e ainda criou um



Ana Maria, viúva de Santo Dias, no enterro do operário (1979)

projeto de emenda constitucional que pregava o fim da Polícia Militar, na esteira da repercussão do episódio da Favela Naval. Covas morreu em 2001, e junto com ele os governos tucanos enterraram a busca por uma polícia democrática.

A execução de 12 pessoas numa emboscada da rodovia Castelinho, um ano após a morte de Covas, marcou uma guinada na política de segurança pública tucana, a ponto de levar o secretário de Seguran-

ça Pública do governo Covas, José Afonso da Silva, a fazer um desabafo que lembra o do seu colega brizolista. “A nossa era uma política de segurança democrática, o que significava o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. Depois a política tomou outro rumo, especialmente no que tange à ação da Polícia Militar”⁵.

O “outro rumo” tomado pela política de segurança paulista chegou ao seu nível mais brutal em maio de



Em 2001, coronel Ubiratan, que comandou massacre do Carandiru, desfila com farda de 1932

Agência Estado

2006, quando o Estado comandou uma suposta reação aos ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), que haviam matado 43 agentes públicos. A reação da polícia e dos grupos de extermínio elevou para 493 o número de mortos, revelando que o regime democrático podia, em nove dias, matar tantas pessoas quanto a Ditadura Militar em duas décadas (tomando-se como referência o número de mortos e desaparecidos políticos reconhecidos oficialmente até agora). Boa parte da opinião pública se mostrou favorável ou indiferente aos crimes, por considerá-los uma reação necessária contra o PCC, o monstro do momento.

Nem todo mundo se lembrou de que o Estado havia participado da gênese do monstro, ao estimular a política de encarceramento em massa sem resolver os problemas de abusos nos presídios, que deram ao PCC a força necessária para se legitimar entre os presos, como afirma o relatório “São Paulo Sob Achaque”, produzido em 2011 pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard em parceria com a ong Justiça Global.

Os crimes de maio de 2006 revelam de novo a PM agindo com uma

lógica de Exército em plena guerra, buscando causar o maior número possível de baixas no que considera ser o campo inimigo. No dia em que seu filho Edson Rogério, um gari de 29 anos, foi assassinado, Débora Maria havia recebido um aviso de um parente policial militar: naqueles dias, quem ficasse “de boeira na rua” seria considerado inimigo da polícia. Por ser trabalhador, seu filho não se importou com o aviso, achando que não tinha o que temer. Depois que ele foi morto, Débora se juntou a outras mães de vítimas da violência policial e criou o grupo Mães de Maio para lutar por justiça.

Uma luta difícil, já que há uma série de obstáculos para punir os crimes praticados pelos policiais. “Temos pouco controle sobre as nossas polícias”, afirma Adriana. Existem as corregedorias, que podem punir os policiais mas não têm independência, e há as ouvidorias, que têm independência mas não poder de punição.

Até 1996, os PMs eram julgados apenas por seus pares, na Justiça militar, até em casos de homicídio doloso (com intenção). Uma lei transferiu para a justiça comum o julgamento por esses crimes, mas ainda restam privilégios. Quando um PM mata al-

guém em serviço, o crime não é registrado como homicídio, mas como “resistência seguida de morte”, uma categoria em que, mesmo antes de qualquer investigação, o policial aparece como vítima e o morto, como indiciado. Além de contaminar a investigação, a categoria também afeta os processos, que vão para as varas criminais comuns, em vez de seguir para o Tribunal do Júri, como qualquer homicídio doloso. Em 2007, um relatório da ONU sobre execuções extrajudiciais no Brasil sugeriu que o Brasil abandonasse o registro das resistências, consideradas uma “carta branca” para os abusos da polícia. Mas esta recomendação (também) foi ignorada.

Daniel chegou a uma testemunha-chave que contou ter visto César e o amigo serem executados pela PM, enquanto gritavam: “Pelo amor de Deus, me socorre que eu não sou bandido, não me deixa morrer”. Só então, seis PMs acusados pelos assassinatos foram presos

Nos últimos anos, o Brasil parece estar avançando ainda mais na mistura de militarização com segurança pública e até outros setores. O governo Lula sancionou em 2010 uma lei que atribui poder



Mortos de Eldorado dos Carajás (1996)

de polícia aos militares, que agora podem revistar pessoas, veículos e embarcações e prender pessoas suspeitas em áreas de fronteira⁶. No Rio de Janeiro, a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) tornou-se a principal ferramenta da política de segurança. Em São Paulo, a gestão Gilberto Kassab chamou oficiais reformados da PM para administrar as 31 suprefeituras e a maior parte das chefias de gabinete, além de atuar em órgãos tão diferentes como o Departamento de Transportes Públicos, a Defesa Civil e até o Serviço Funerário. Enquanto a militarização ganha cada vez mais força, discussões sobre outros modelos de segurança parecem esquecidos do debate público.

Quem não se esquece são os pais, as mães e os filhos das vítimas da violência policial. Organizando-se como podem, sozinhos ou em grupo, eles se movimentam e já

conquistam suas primeiras vitórias.

Após seis anos de luta, a mãe de maio Débora conseguiu que o Instituto Médico Legal de São Paulo fizesse a exumação do corpo de seu filho, atendendo a um pedido do Ministério Público. A exumação revelou que Edson havia sido enterrado com uma das balas ainda no corpo, mostrando que houve falhas na investigação do homicídio. É uma vitória parcial, que serve para fortalecer a proposta das Mães de Maio de federalizar a investigação desses crimes.

Enquanto isso, vendo que as investigações da polícia sobre a morte de seu filho não pareciam promissoras, Daniel pediu licença do emprego por 45 dias e passou a conduzir suas próprias investigações, que, entre outras provas, chegaram a uma testemunha-chave que contou ter visto Ricardo e César serem executados pela PM, enquanto gritavam “Pelo amor de Deus, me socorre que eu

não sou bandido, não, não me deixa morrer”. “Ela aceitou depor porque, quando tinha 12 anos, a polícia matou o irmão dela”, conta Daniel. O esforço do pai foi recompensado com a prisão de seis policiais militares acusados pela morte dos dois meninos. “A polícia não tem o direito de matar. Existe cadeia para quê, existe justiça para quê?”, pergunta o pai, que hoje leva uma tatuagem com um retrato do filho no antebraço direito, em cima da inscrição “Meu Herói”.

Notas

- 1 United Nations. Draft report of the Working Group on the Universal Periodic Review - Brazil. http://www.upr-info.org/IMG/pdf/a_hrc_wg.6_13_19_brazil.pdf
- 2 Desmilitarização das polícias do Brasil. http://www.avaaz.org/po/petition/Desmilitarizacao_das_Policias_do_Brasil
- 3 NEME, Cristina. “A Instituição Policial na Ordem Democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo”. FFLCH-USP, São Paulo, 1999.
- 4 CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001.
- 5 *Revista Adusp* 38, p. 68, 2006
- 6 SOUZA, Luís Antônio Francisco de. “A militarização da segurança”. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Março, 2012.

CRIMES DAS PMs BRASILEIRAS

23/4/1975 – Rota 66: Três estudantes são mortos por PMs da Rota, que adulteram a cena do crime para incriminar as vítimas. Mesmo com a descoberta da fraude, a Justiça Militar absolveu todos os acusados.

30/10/1979 - Santo Dias: Operário e militante da Pastoral Operária, Santo Dias da Silva é morto com um tiro nas costas por um PM enquanto distribuía panfletos convocando operários para uma greve.

26/7/1990 - Acari: 11 adolescentes são sequestrados e desaparecem na Baixada Fluminense. Investigações apontaram a participação de policiais, mas ninguém foi preso e o crime prescreveu em 2010. A tragédia deu origem ao grupo Mães de Acari, que teve uma integrante morta em 1993.

2/10/1992 – Carandiru: durante uma rebelião sem reféns, a PM invade o Pavilhão 9 da Casa de Detenção, em São Paulo, e mata 111 presos, vários deles com sinais de execução. O comandante da ação, coronel Ubiratan Guimarães, acabou absolvido e elegeu-se deputado estadual. Novo júri, com outros réus, está marcado para 2013.

23/8/1993 – Candelária: sete meninos e um adolescente são mortos enquanto dormiam sob uma marquise no centro do Rio. Três PMs foram condenados pelo crime.

30/8/1993 – Vigário Geral: PMs de um grupo de extermínio, os Cavalos Corredores, matam 21 moradores da comunidade, no Rio de Janeiro, em retaliação pela morte de quatro colegas. Sete policiais foram condenados.

9/8/1995 – Corumbiara: Durante reintegração de posse de fazenda ocupada por trabalhadores rurais sem-terra, PM de Rondônia e jagunços matam 12 pessoas.

17/4/1996 – Eldorado dos Carajás: Mandada para desocupar estrada ocupada por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tropa da PM do Pará mata 19 pessoas a tiros e golpes de facão. Os dois oficiais PMs responsáveis pela ação, Mário Colares Pantoja e José Maria Pereira de Oliveira, foram condenados.

3/3/1997 – Favela Naval: Durante blitz em Diadema (SP), o soldado PM Otávio Lourenço Gamba, o Rambo, mata a tiros o conferente Mário José Josino. A cena foi filmada e exibida no Jornal Nacional, estimulando debate sobre desmilitarização da PM. Rambo foi preso e condenado.

31/3/2005 – Baixada Fluminense: Grupo mata 30 pessoas em diferentes pontos de Nova Iguaçu e Queimados, na maior chacina da história do Estado. Sete PMs foram acusados pelo crime.

5/2006 - Crimes de Maio: Numa reação a ataques do PCC, grupos de extermínio formados por PMs praticam execuções aleatórias em São Paulo e outras cidades, que fazem número de mortos chegar a 493 em nove dias.

2006 – Matadores do 18: Grupo de extermínio formado por policiais do 18º Batalhão, na zona norte de São Paulo, é responsabilizado pela morte de 17 pessoas, entre elas o tenente-coronel PM José Hermínio Rodrigues, que investigava os crimes.

27/6/2007 – Complexo do Alemão: “Megaoperação policial” na comunidade termina com 19 mortos. Relatório da Secretaria de Direitos Humanos apontou sinais de execução em pelo menos seis deles.

11/8/2011 – Juíza Patrícia Acioli: Magistrada que investigava o crime organizado é assassinada com 21 tiros em Niterói (RJ). Investigações apontaram o envolvimento de 11 PMs, entre eles o então comandante do Batalhão de São Gonçalo, tenente-coronel Cláudio Luiz Silva.

12/9/2012 – Várzea Paulista: PM invade chácara e mata nove pessoas que estariam participando de um “tribunal do crime” organizado pelo PCC para julgar um suspeito de estupro. Entre os mortos, a vítima do tribunal. Segundo o governador Geraldo Alckmin, “quem não reagiu está vivo”.

CORPORAÇÃO DE SP VÊ "GLÓRIA" NA REPRESSÃO DE REBELIÕES POPULARES

Henrique Carneiro
Professor da FFLCH-USP



Força Pública, predecessora da PM paulista

A Força Pública estadual foi um dos pilares da chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”. Porém, excetuando-se o apoio ao golpe de 1964, essa foi a única participação da corporação predecessora da Polícia Militar do Estado de São Paulo em movimentos de contestação da ordem vigente. O papel mais comum que exerceu, evidenciado por sua própria simbologia (as 18 estrelas do brasão), foi o de força repressora de movimentos sociais reivindicativos ou revolucionários, como a rebelião de Canudos (1897), a Revolta da Chibata (1910) ou a grande Greve de 1917

A Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP) é uma enorme instituição com cerca de 100 mil integrantes, abrangendo desde o policiamento ostensivo até o de choque, com um presídio e uma Justiça Militar própria, contando com cerca de 30 aeronaves, e possuindo uma estrutura educacional formadora de oficiais que tem inclusive um Centro de Altos Estudos de Segurança (CAES), que titula mestres e doutores em “ciências policiais”.

Sua origem é atribuída a uma longevidade de 186 anos pela pró-

pria instituição que oficializa essa memória, considerando ter sido o Corpo de Guardas Municipais Voluntários de 1831 o seu nascimento, passando depois a Corpo de Municipais Permanentes, Guarda de Polícia, Força Policial, Força Pública e, finalmente, Polícia Militar.

No período imperial, além da perseguição de escravos fugidos, combatia quilombos e rebeliões liberais pois, como escreve Dalmo Dallari, “os senhores da terra passaram a utilizar as forças policiais como se fossem guardas de seus interesses particulares”¹.

E mesmo após a proclamação da República, “se dava à força militar o papel de defensora dos interesses da oligarquia, passando para o segundo plano o interesse público”². Assim nasce o que Dallari denominou de “o pequeno exército paulista”, que em 1896, possuindo um contingente de cerca de cinco mil homens, vai enviar soldados para a campanha de destruição de Canudos.

Mas o verdadeiro “batismo de fogo” da Força Policial paulista no início do século XX foi a repressão à grande greve de 1905 da Companhia



Carga de cavalaria contra passeata estudantil no Rio de Janeiro (1968)

Paulista de Estrada de Ferro, sendo usada em brutais cargas de cavalaria como “instrumento armado da política do grupo dominante”³.

Na verdade, houve diversas formações da polícia militar estadual, tendo ela sido, na forma da Força Pública, desde o início da República até 1930, essencialmente uma força militar completa, inclusive com força aérea, que sustentava o poder do Estado oferecendo, portanto, uma resistência à centralização do poder militar na União.

A Força Pública estadual foi assim um dos pilares da rebelião paulista conhecida como “revolução constitucionalista de 1932”. Curiosamente, no entanto, essa foi, juntamente com o golpe de 1964, também chamado de “revolução”, a única participação dos antecedentes da PMSP em movimentos de contestação da ordem vigente. Seu papel mais comum, evidenciado pela

própria simbologia da corporação com as 18 estrelas em seu brasão de armas, foi o de força repressora de movimentos sociais reivindicativos ou revolucionários. É fundamental refletir sobre a visão histórica que a instituição tem de seu próprio papel examinando as intervenções que foram elevadas à condição de “glórias militares”, a ponto de se tornarem as estrelas do seu brasão.

Assim, a primeira estrela refere-se à criação do Corpo de Guardas Municipais, chamada de Milícia Bandeirante (1831); a segunda celebra a participação na repressão à revolução Farroupilha, no Sul (1838); a terceira, os Campos das Palmas (1839), trata do desbravamento e colonização do caminho para o Iguazu, combatendo “índios hostis”; a quarta, a repressão da Revolução Liberal de Sorocaba (1842); a quinta, a Guerra do Paraguai (1865 a 1870); a sexta,

a repressão da Revolução Federalista e da Revolta da Armada (1893); a sétima, a intervenção nos conflitos com imigrantes italianos na Questão dos Protocolos (1896); a oitava, a repressão a Canudos (1897); a nona, a repressão à Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido (1910); a décima, a repressão à Greve Operária (1917); a décima-primeira, a repressão às revoltas tenentistas desencadeadas pela rebelião do Forte de Copacabana (1922); a décima-segunda, a defesa do governo na Revolução de São Paulo (1924); a décima-terceira, a perseguição à Coluna Prestes-Miguel Costa, chamada de “Campanhas do Nordeste e de Goiás” (1926); a décima-quarta, a luta contra a Revolução Outubrista de Getúlio Vargas (1930); a décima-quinta, a Revolução Constitucionalista (1932); a décima-sexta, o combate aos “mo-



Agência Estado

Invasão da PUC-SP pela PM (1977)

vimentos extremistas” (1935-37); a décima-sétima, a Segunda Guerra Mundial (1942-45); e, finalmente, a décima-oitava: o apoio à “Revolução de Março” (1964).

Em 1930, a Força Pública de São Paulo chegou a combater a Força Pública mineira, apoiadora do movimento encabeçado pelo presidente da província de Minas Gerais, Antonio Carlos, que rompeu com o PRP e apoiou Vargas. Até 1964, a única exceção na defesa da ordem é a luta contra Vargas em 1932

A escolha destas datas e do papel das forças militares nesses

conflitos evidencia uma vocação de força de intervenção política em defesa da ordem vigente, não importa se da Monarquia diante dos republicanos gaúchos farroupilhas, dos “índios hostis” no Paraná, dos liberais de 1842 em Sorocaba, dos soldados paraguaios em retirada; ou da República, em face dos federalistas, dos rebeldes de Canudos, dos conflitos com italianos em 1896, dos marinheiros da Revolta da Chibata, dos grevistas operários de 1917, das rebeliões tenentistas e da caça à Coluna Miguel Costa-Prestes.

Após a eclosão da insatisfação social com a oligárquica República Velha, catalisada pela revolta militar de 1922 do Forte de Copacabana, a Força Pública foi enviada para combatê-los no Mato Grosso. Em 1924, a Força Pública se dividiu e muitos dos líderes do movimento tenentista, como o próprio major Miguel Costa, comandante do regimento de cavalaria, vinham de suas fileiras; mas institucional-

mente ela serviu ao governo oligárquico de Carlos de Campos, que fugiu para o interior, e ajudou a bombardear os bairros operários rebeldes de São Paulo no maior conflito que a cidade conheceu.

Em 1930, a Força Pública de São Paulo chegou a combater a Força Pública mineira, apoiadora do movimento encabeçado pelo presidente da província de Minas Gerais, Antonio Carlos, que rompeu com o PRP e apoiou Getúlio; e também se preparou para a batalha de Itararé, na fronteira paranaense, que não chegou a ocorrer, devido à derrota do presidente Washington Luís.

A única exceção na defesa da ordem é a luta contra a “ditadura” de Getúlio em 1932, único governo a merecer essa designação, nunca utilizada antes, nem para a república oligárquica do “café com leite” nem depois para o regime militar de 1964. Mas, em seguida, esse mesmo regime getulista será defendido diante dos “extremistas”, mesmo na época do Estado Novo. Curiosamente, nunca é lembrado o fato de que, à época, a Força Pública paulista foi acusada de traição à causa de 1932, pois o seu comandante, coronel Herculano de Carvalho, não só aceitou a rendição, como foi prender Pedro de Toledo no próprio Palácio em 9 de outubro de 1932, o que levou a que, em seguida, quase não houvesse punições aos seus integrantes por parte dos vitoriosos⁴. Em 1937, com a ditadura do Estado Novo, houve a sua incorporação ao Exército Nacional em 29 de novembro, alguns dias antes da famosa cerimônia de queima das bandeiras estaduais em

2/12/1937 para simbolizar a união federal.

No período estadonovista ela foi usada para a repressão do movimento por liberdades democráticas, com diversas invasões do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, que era um foco de insatisfação política.

Em decreto de 2 de julho de 1969, o general Costa e Silva colocou todas as Polícias Militares do Brasil sob controle e coordenação do Ministério do Exército; e em 8 de abril de 1970 o governador Abreu Sodré extinguiu a Força Pública de São Paulo, criando a Polícia Militar

Em 1954, o governador Jânio Quadros aumenta seu efetivo de 13 mil para 18 mil homens. Às vésperas de 1964, o governador Adhemar de Barros aumenta o contingente de 20 mil para 30 mil, e a Força Pública é usada sistematicamente na repressão das greves.

A última e mais duradoura intervenção da corporação que antecedeu a PMSP foi na mais profunda violação de direitos civis e na mais longa ditadura da história brasileira, o golpe de 1964, que irá definir de forma mais contundente

o papel de repressão política da instituição, até hoje reivindicado orgulhosamente pela memória oficial. Em decreto de 2 de julho de 1969, o presidente general Costa e Silva colocou todas as PMs do Brasil sob controle e coordenação do Ministério do Exército; e em 8 de abril de 1970 o governador Abreu Sodré extinguiu a Força Pública de São Paulo, criando a Polícia Militar.

Seu papel, longe de representar uma política prioritária de combate ao crime, sempre foi voltado à coerção política e social, hoje teorizada como doutrina de manutenção da ordem pública. Mesmo que o próprio site oficial da instituição reconheça que, em 1932, “após a derrota das armas constitucionalistas para as forças da ditadura, assistimos ao redirecionamento da Força para a atividade policial, em detrimento da velha tradição bélica que imperou desde o início da República”⁵, também continua a se exaltar a sua participação política, alegando-se que, naquela ocasião, se “construiu o maior movimento cívico-militar e o mais importante movimento de opinião pública da história brasileira”⁶, como no golpe de 1964.

Nesse tom apologético e exagerado, de exaltação de glórias militares em repressão de movimentos sociais, continua a se considerar gloriosa até mesmo a participação em “forças de paz da ONU em Suez e na África portuguesa” que serviram para defender os interesses colonialistas.

Quando se questiona o caráter militar da PM no Brasil, em geral é ressaltada a necessidade de

desmilitarizá-la no sentido da hierarquia subordinada ao Exército, à existência de foro privilegiado e corporativo e à cultura militar voltada para a identificação belicosa de “inimigos internos”. Ao invés de uma polícia preventiva, a PM se dedica à coerção social. Essa coerção tem um sentido político direto quando usada contra movimentos sociais reivindicativos, grevistas etc. Não é à toa que a participação na repressão militar da grande greve geral de 1917 seja considerada uma das “glórias militares” da PMSP em seu brasão. Mas não se trata só desse uso coercitivo específico em situações de crise, mas de uma atitude geral e cotidiana de policiamento repressivo e disciplinador da população em geral, os mais pobres em particular.

Como escreve o historiador Marco Antonio Cabral dos Santos: “A gestão do espaço urbano, com suas complexas implicações sociais, tornava-se portanto ‘uma questão de polícia’, como vaticinara Washington Luís na década de 1920. Menos dedicados ao combate ao crime que às atividades de regulação da vida nas grandes cidades, o surgimento dos modernos aparelhos policiais europeus nos séculos XVII e XVIII deveu-se sobretudo à premente urgência de regulação dos espaços urbanos. Foi somente no decorrer do século XX que as instituições policiais passaram da esfera da regulação da ordem pública — onde a imposição do decoro e da higiene eram valores essenciais — para o campo mais específico do combate ao crime e à criminalidade”⁷.



Agência Estado

PM da Bahia reprime a “Marcha do Descobrimento”, em Porto Seguro (2000)

O poder discricionário exercido pela cultura policial brasileira é voltado não só aos momentos de grande conflito – à repressão dos movimentos sociais, ou à ação contrarrevolucionária, como em 1924 ou em 1964 – mas ao cotidiano de intimidação das camadas populares: abordagens humilhantes, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos

Estudando a história da polícia paulista na Primeira República, esse historiador ressalta que, desde o início do século XX, “em São Paulo, a intervenção policial no cotidiano da população pobre, com a finalidade de enquadrá-la aos padrões desejáveis impostos pelo poder público, no intermitente regime de contenção das expressões populares, da imposição de comportamentos pautados pelo comedimento, pela temperança e pela higiene, assumia mesmo um papel disciplinador, que visava dar o exemplo através de suas ações coercitivas. Ao coibir a prática de jogos nos botequins, ao promover a ‘circulação’ dos desocupados, ao retirar os moleques de suas brincadeiras nas ruas ou ao impedir a prática de banhos no rio Tamanduateí, os policiais buscavam

sobretudo impor um padrão de conduta representativo do grau de civilização ambicionado para a cidade de São Paulo”⁸.

Esse “poder disciplinador” da polícia é definido por W. R. Lafave como um “poder discricionário” como “qualquer tomada de decisão que não está estritamente regida por regras legais, com predominância em seu conteúdo dos elementos de juízo pessoal”⁹. O exercício desse “poder discricionário” não se faz com base em prerrogativas legais, mas de acordo com uma “sub-cultura policial” que decide quem é suspeito, quem deve ser abordado, de que forma e com que direitos garantidos ou não. Essa sub-cultura policial é um fenômeno corporativo generalizado, analisado inclusive em muitos outros países

de maior controle democrático das instituições policiais, como o caso estadunidense, analisado por Roger Lane, segundo o qual “estudiosos em geral concordam que, na maioria dos casos, os próprios policiais eram os maiores responsáveis por dar forma ao seu crescimento e tradições”, identificando o surgimento e o desenvolvimento de um tipo de “sub-cultura policial”¹⁰.

O poder discricionário exercido pela cultura policial brasileira é voltado não só aos momentos de grande conflito, como tropas de choque destinadas à repressão dos movimentos sociais, ou mesmo à ação diretamente contra-revolucionária, como em 1924 ou em 1964, mas ao dia-a-dia, ao cotidiano de intimidação das camadas populares por meio de abordagens violentas e humilhantes, prisões arbitrárias, tortura e assassinatos sistemáticos.

A herança escravista do período imperial se somou a uma tradição republicana de exclusão social que ao longo das ditaduras do Estado Novo e de 1964 manteve intacta a essência do aparelho policial na sua cultura mais profunda, a do amedrontamento da população pobre por meio do exercício da violência e da prepotência. Como escreve Marco Cabral dos Santos, “o advento do regime republicano em fins do século XIX não representou qualquer mudança nos aparelhos policiais em um de seus aspectos mais fundamentais: se o regime imperial se assentava num modelo ancorado na violência policial sobre escravos e homens livres pobres, agora esta mesma violência destinava-se

aos trabalhadores em geral, sobretudo àqueles excluídos do mercado formal de trabalho, vivendo e compondo a economia pelas suas margens”¹¹.

Como resultado disso, a ação policial volta-se para o disciplinamento da população muito mais do que para a prevenção ou combate ao crime violento. No início do período republicano, “entre 1890 e 1906, resultado da arbitrariedade que pautava as detenções diárias nesse período, a enorme discrepância no número de prisões motivadas por crimes e aquelas motivadas por contravenções também nos revela o excessivo zelo da polícia em aplicar medidas de contenção ao conjunto dos trabalhadores pobres que habitavam o novo cenário urbano. Detenções motivadas por embriaguez, mendicância, prostituição e vadiagem chegavam, em certos anos, a corresponder a mais de 80% das ocorrências”¹². A situação que ocorria no início do século XX, de predomínio de perseguição à contravenção se repete nos dias de hoje na prioridade dada à perseguição e repressão ao uso e pequeno comércio de drogas.

A “criminalização da pobreza” é a regra que norteia a intervenção policial ao longo de nossa história. No período de mais de duas décadas da Ditadura Militar a PMSP foi militarizada conforme um modelo nacional e participou na repressão política com métodos característicos de tropa de exceção, com prática generalizada de violência, tortura e assassinatos sistemáticos com grupos de extermínio.

Não houve nenhuma reforma real na estrutura da segurança pública, apesar do clamor democrático pela desmilitarização das polícias e sua unificação sob comando civil. Casos de cidadãos inocentes alvejados pela PM se expandem das periferias, onde é praxe haver a “resistência seguida de morte”, para bairros de classe média

Após o período militar, a sociedade buscou se desmilitarizar, mas a polícia permaneceu imune a esse anseio democrático, mantendo sua estrutura militarizada, com foros privilegiados e prática contumaz de violações da lei e dos direitos humanos. Sua presença se estendeu a várias outras esferas da sociedade, como a administração de empresas de segurança privada e, mais recentemente, no caso da Prefeitura de São Paulo, à administração municipal, que passou de apenas um coronel da PMSP ocupando subprefeitura em 2008 para mais de 90% das subprefeituras governadas por coronéis aposentados da PMSP. No caso da USP também vimos não apenas a entrada de tropas de choque usando bombas e tiros de borracha, mas também a en-

trada na administração da Coseas e da Guarda Universitária de oficiais policiais militares.

Durante anos a fio se lutou pelo fim da Ditadura e, depois, do seu entulho autoritário, do qual a política de segurança pública sempre foi um dos mais resistentes. Na verdade, não houve nenhuma reforma real na estrutura da segurança pública, apesar do clamor democrático pela desmilitarização das polícias e sua unificação sob comando civil. Ao contrário, se intensificaram os problemas decorrentes dessa estrutura policial militarizada. Os casos de cidadãos inocentes alvejados letalmente pela violência da polícia se expandiram das periferias, onde é praxe ocorrerem “resistências seguidas de morte”, para alcançarem bairros de classe média. O uso do chamado armamento não-letal (na verdade menos letal) também se banalizou de forma ilimitada, com uso de bombas de gás e tiros de borracha a esmo em qualquer ponto da cidade em que haja alguma multidão reunida, mesmo que pacífica. Subsiste uma enorme defasagem salarial, com a maioria da tropa recebendo pagamento insuficiente para

sobreviver, o que estimula sua busca de outras fontes de rendimentos, enquanto muitos de seus oficiais recebem salários imensamente superiores ao teto do funcionalismo público¹³.

A inexistência de liberdade de expressão e sindicalização também contribui para uma cultura de submissão e acobertamento corporativo de toda sorte de irregularidades. O programa democrático da transição brasileira de uma longa ditadura ainda está incompleto, embora defendido por eminentes juristas e por toda a sociedade civil democrática. Nossos recortes de violência urbana, nos quais os assassinatos cometidos por policiais militares ocupam um papel de destaque; nossa população carcerária, a quarta do mundo; e a inquietante espiral de violência cometida pelos agentes armados do Estado contra a população demonstram a urgência de um amplo debate nacional pela reforma das polícias militares com a sua desmilitarização.

O Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo apresentou proposta de des-

militarização das polícias militares estaduais, aprovada em 2008, na XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, defendida com a finalidade de se conquistar “um novo paradigma no trato da segurança pública, pois permite: 1) um maior controle social sobre as instituições responsáveis pela segurança e sobre as atividades policiais, reduzindo as arbitrariedades policiais; 2) a melhoria das condições de trabalho do policial, uma vez que reduz desigualdades oriundas da rígida hierarquia militar; 3) uma objetiva definição sobre o papel do Exército e das polícias em uma sociedade democrática, evitando assim a sobreposição de atividades”¹⁴.

No interesse da população e dos próprios integrantes da corporação é preciso retomar essa campanha, ainda mais depois da ocorrência, em 2011, de algumas das maiores greves já vistas nas PMs do Brasil. A valorização salarial dos policiais e a garantia de seus direitos democráticos de organização e expressão sindical também é parte inseparável de um projeto de unificação e desmilitarização da segurança pública.

Notas

1 DALLARI, Dalmo de Abreu, *O pequeno exército paulista*, São Paulo, Perspectiva, 1977, p.33.

2 Idem, p.38.

3 Idem, p.42.

4 Vide SANTOS, Marco Cabral dos; e MOTA, André, *São Paulo 1932. Memória, Mito e Identidade*, São Paulo, Alameda, 2010.

5 Texto do Major Luis Eduardo Pesce de Arruda em Institucional-A Corporação-Canção da PM no site <http://www.polmil.sp.gov.br/inicial.asp> consultado em 04 de agosto de 2012.

6 Idem.

7 SANTOS, Marco Antonio Cabral dos, “Entre a lei e o arbítrio: ordem pública e poder de polícia em São Paulo (1890-1920)” in *Locus: revista de História*, Juiz de Fora, vol. 13, n. 1, pp. 171-183, 2007, p.172, consultado em 03 de agosto de 2012 em <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/84.pdf>

8 Idem, p.173.

9 LAFAVE, W. R. *Arrest: the decision to take a suspect into custody*. Boston, Little Brown, 1965, p. 63. Apud Santos, 2007, p.173.

10 SANTOS, 2007, p.179.

11 SANTOS, Marco Antonio Cabral dos, “Paladinos da ordem. Polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX para o XX”, tese de doutorado em História Social defendida na USP em 2004, p. 5.

12 Idem, p. 7.

13 Os salários de alguns coronéis da corporação superam 50 mil reais e num caso, do coronel Ailton Araújo Brandão, chega até a espantosa cifra mensal de 254 mil reais. Em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1130770-oito-coroneis-da-pm-receberam-mais-de-r-50-mil-em-junho.shtml> de 03 de agosto de 2012.

14 <http://www.petitiononline.com/DESMILIT/petition.html>

“AUSTERIDADE FISCAL” FRAGILIZA O ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Maurício Hashizume
Jornalista



*O orçamento português de 2012 destinou a todo o setor da educação somente 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB), a menor proporção entre todos os países da União Europeia. Em 2011, o aporte luso já havia recuado de 5% para 4,7% do PIB. Por conta dos cortes, investimentos educacionais da ordem de € 2,3 bilhões (cerca de R\$ 5,9 bilhões) deixaram de ser feitos apenas nos dois últimos anos. A medida faz parte do pacote de austeridade e contenção do déficit das contas públicas, negociado com a chamada **troika** — Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI*

Quando as naus comandadas por Pedro Álvares Cabral aportaram no Brasil, em 1500, a Universidade de Coimbra completava já exatos 210 anos de fundação. Com mais de sete séculos de atividade, toda a tradição e longevidade das instituições portuguesas de ensino superior — e todas as pessoas e projetos que fazem parte do sistema de educação universitária — vêm sofrendo um conjunto pesado de pressões e precarizações diante da crise que esgarça a vida cotidiana no Velho Continente, em especial nos países periféricos da cada vez mais ilusória “União Europeia” (UE).

O orçamento do Estado do governo português de 2012 destinou a todo o setor da educação somente 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB), que vem a ser a menor proporção entre todos os países da UE, mantenedores de uma média de 5,5% do PIB. Em 2011, o aporte luso já havia recuado de 5% para o patamar de 4,7% do PIB. Por conta dos cortes, investimentos educacionais da ordem de € 2,3 bilhões (cerca de R\$ 5,9 bilhões) deixaram de ser feitos apenas nos dois últimos anos.

O próprio Ministério da Educação e Ciência (MEC) confirma que a redução do orçamento anual para o ensino superior será de € 100 milhões, o que equivale a R\$ 260 milhões. A medida faz parte do pacote de austeridade e contenção do déficit das contas públicas, um dos itens do chamado Programa de Assistência Econômica e Financeira (PAEF), — operação de “resgate” da dívida financeira lusitana firmada junto à temida *troika*, formada

pela Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), entidade que reúne docentes de todos os níveis escolares que têm condenado a postura governamental em continuadas mobilizações sociais e organizando vários abaixo-assinados, os cortes “obrigam à aplicação de medidas que atacam a qualidade do ensino, desvalorizam o trabalho e as condições de exercício profissional dos docentes e colocam grandes dificuldades à afirmação e reforço da escola pública”.

As restrições se refletem em diversas situações práticas que, ainda segundo a Fenprof, demonstram a fragilização do setor, como o agravamento do desemprego docente (que aumentou 225% nos últimos dois anos), a piora das condições de trabalho (com a intensificação das jornadas de trabalho e a perversão de funções), e o encolhimento das remunerações (com reduções salariais e congelamento das carreiras).

Este último item foi particularmente agravado pelos cortes de dois tipos de bônus salariais (um de final de ano, equivalente ao 13º salário no Brasil, e outro de férias, que afetou todo o funcionalismo público), associados ao aumento de impostos de diversos níveis e espécies. “São diversas as formas de precarização das condições de trabalho, como as tentativas de mudanças de normas para duplicar a carga letiva de docentes universitários, e está atinguindo níveis históricos”, exemplifica Luís Lobo, da Fenprof.

Os cortes implicam um alarmante encolhimento médio de 25% em relação aos vencimentos de 2010. E docentes e pesquisadores do ensino superior viram ainda as suas carreiras “bloqueadas”. Professores com doutorado, por exemplo, não têm sido alçados ao nível que deveriam ocupar, ou seja: não estão recebendo de forma devida

Cálculos feitos pelo Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), entidade específica de representação de mais de 36 mil professores e pesquisadores de universidades e institutos politécnicos, demonstram que, em termos reais, os cortes implicaram um alarmante encolhimento médio de 25% em relação aos vencimentos de 2010.

Para completar, os docentes e pesquisadores do ensino superior viram ainda as suas carreiras “bloqueadas”: professores com doutorado, por exemplo, não têm sido alçados ao nível que deveriam ocupar, ou seja, não estão recebendo de forma devida; além de sofrerem suspensão completa das progressões remuneratórias desde 2011 e condicionamento orçamentário para a abertura de novos concursos (não podendo as instituições au-

mentar a massa salarial acima do valor no final de 2011).

“Diminuir as condições de trabalho dos profissionais do ensino superior é diminuir o próprio ensino superior e a ciência. A qualidade do ensino e da investigação está neste momento em causa”, destaca António Vicente, presidente do SNESup. Trata-se, nas palavras dele, de “um condicionamento do presente que influencia o futuro”. “Desinvestir no ensino superior é, naturalmente, colocar em segundo plano o futuro do país, a qualificação das futuras gerações”.

O almejado caminho do diálogo vem sendo sistematicamente descartado pelo MEC, conforme acusações do SNESup. Diante disso, a entidade vem optando pela via das contestações judiciais. Tanto os cortes nos vencimentos como os bloqueios na carreira estão aguardando um parecer do Judiciário português. Além disso, o sindicato formulou e apresentou propostas de alterações de estatutos de carreira (visando corrigir dúvidas e superar problemas), assim como propôs acordos coletivos.

Questionada pela *Revista Adusp* acerca das críticas e dos descontentamentos por parte de professores e funcionários das universidades, a assessoria de imprensa da pasta limitou-se a declarar que “face a uma situação muito difícil, o MEC deseja preservar tanto quanto possível a qualidade do ensino superior, trabalhando para isentar as instituições de cativações e reservas orçamentais, bem como de regras de execução orçamental que dificultem a obtenção e a utilização de receitas próprias”.

O cenário desanimador assume

contornos ainda mais dramáticos quando se enfoca a condição preocupante enfrentada pelos alunos. Multiplicam-se os casos de estudantes que se veem obrigados a abandonar os estudos — seja em nível de graduação (1º Ciclo), mestrado (2º Ciclo) e até doutorado (3º Ciclo) — por conta de dificuldades econômicas. Estimativas feitas pelas associações acadêmicas das maiores universidades do país dão conta de que, aos cerca de 6 mil universitários que desistiram de continuar estudando em 2011, somaram-se outros 3 mil que tiveram de abandonar as salas de aula apenas nos três primeiros meses deste ano.

Mais de 26 mil bolsas foram cortadas. Há queixas também quanto ao valor dessas bolsas. Em média, cada aluno recebe € 1.825 anuais. Descontado o pagamento da anuidade obrigatória (€ 1.030), restam apenas cerca de € 80 por mês de aulas, quantia que mal paga os custos da refeição nas cantinas estudantis

Uma pesquisa realizada em 2008 estimou que o gasto anual de um estudante da Universidade de Coimbra (UC) — não só a mais antiga, mas também uma das maiores universidades do país —

atinge a marca de € 5 mil por ano. Com a corrosão da renda familiar e o aperto tributário, essa quantia se tornou praticamente “insuportável”, como define Fabian Figueiredo, mestrando em Sociologia na Faculdade de Economia da UC. Ele e outros militantes do partido do qual faz parte, o Bloco de Esquerda (BE), mantêm no ar um site (www.perdiabolsa.com) que divulga notícias sobre o quadro de empobrecimento e carências que afeta a vida universitária e compila testemunhos de pessoas que enfrentam sérias dificuldades com a falta de suporte para a continuidade da vida estudantil. Algumas delas fazem parte do contingente dos já citados milhares de estudantes que literalmente interromperam o sonho da formação universitária.

No último mês de abril, o governo comandado pelo Partido Social Democrata e Centro Democrático Social (PSD/CDS) apresentou dados referentes às bolsas de ação social escolar no ensino superior público que revelaram uma redução drástica de 65,7 mil, no período de 2010/2011, para 50,1 mil, em 2011/2012, isto é, um corte efetivo de 15,6 mil apoios. Somada ao conjunto de outras 11 mil bolsas que deixaram de ser pagas na transição anterior (de 2009/2010 para 2010/2011), a diminuição determinou a supressão do suporte de aproximadamente 26,6 mil universitários.

Há queixas também com relação ao valor dessas bolsas. Em média, cada aluno recebe € 1.825 anuais. Descontado o pagamento da anuidade obrigatória (€ 1.030), que em Portugal recebe uma denominação que soa particularmente desastrosa



Mais bolsas, pede a pichação na escadaria da Universidade de Coimbra

aos brasileiros: “propina”, restam apenas cerca de € 80 por mês de aulas. Divididos pelos dias do ano letivo, os recursos são insuficientes sequer para pagar os custos de alimentação nas “cantinas” estudantis mantidas pelas universidades públicas, que cobram € 2,40 por refeição. Isso sem contar moradia, livros, transporte etc.

Figueiredo e outros membros da coordenadora nacional de estudantes do Bloco de Esquerda pretendem juntar os depoimentos registrados no site e constituir propostas no sentido de tentar reverter o sufoco que se abate sobre a população universitária. Também a Juventude do Partido Comunista (PCP) defende um projeto de lei protocolado pelos parlamentares da agremiação política que visa o aumento tanto do

valor real das bolsas de estudo como do número de estudantes contemplados, com priorização justamente para os de família com menor renda líquida *per capita*.

O risco de novos aumentos das ditas “propinas” — que sofreram um brutal reajuste de cerca de € 300 para € 1.000 no início dos anos 2000, também num governo de centro-direita do PSD — permanecem como um fantasma a assombrar os estudantes. Esses recursos que pretensamente deveriam servir apenas para investimentos extraordinários no setor estão sendo cada vez mais canalizados para o custeio dos gastos correntes, instalando a lógica da gestão privada em instituições públicas. O elevado índice de atrasos na quitação das parcelas das anuidades é um sinal

claro da incapacidade de pagamento dos alunos. Algumas universidades (em apenas três, deixaram de entrar € 3,6 milhões) declararam o intuito de avançar em penhoras e até de anular as licenciaturas de inadimplentes.

Segundo projeções feitas em 2008, as dívidas estudantis no mercado financeiro, na linha do modelo defendido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), atingiam outros € 12 milhões. Tais sinalizações de insuficiência econômica despertaram manifestações públicas de apreensão e repúdio desde o Serviço Nacional da Pastoral do Ensino Superior, ligado à Igreja Católica, até a União Europeia de Estudantes (ESU, na sigla em Inglês).



Tiago Martins, da AAC

A Associação Acadêmica de Coimbra (AAC) critica o caráter regressivo das bolsas, mas também as “políticas econômicas de fundo”. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstram altas taxas de desemprego: 36% entre jovens com menos de 25 anos (1º trimestre de 2012)

Fundada em 1887, a Associação Acadêmica de Coimbra (AAC) ocupa posição institucional de centralidade na representação dos mais de 20 mil estudantes vinculados à UC. Tiago Estêvão Martins, coordenador geral de política educativa da AAC, sustenta que a gestão atual, que assumiu a enti-

REELITIZAÇÃO ESTÁ ASSOC

A crise vem sendo utilizada para que as classes sociais populares e menos favorecidas de Portugal “sejam recolocadas em seu devido lugar”, opina o professor de Sociologia e pesquisador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), José Manuel Mendes. Nas três últimas décadas, o acesso ao ensino superior e a consolidação do funcionalismo público propiciaram grande mobilidade social. Basta conferir a evolução espantosa dos 82 mil universitários contabilizados no início da década de 1980 para os atuais 402 mil registrados no ano letivo de 2010/2011, segundo dados do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do MEC. Pelo menos em termos de matrículas (ou seja, sem contar a enxurrada de abandonos dos últimos anos), 40% dos jovens portugueses com idade entre 18 e 24 anos estão no ensino superior.

As atuais pressões e constrangimentos impostos a docentes, funcionários e alunos do ensino superior se apresentam, para Mendes, como uma espécie de “vingança das elites” e fazem parte de um processo mais amplo de desregulação do setor, que veio se dando paralelamente à inclusão e expansão do acesso às universidades. Para o professor, que participou da fundação do SNESup em 1989, a configuração atual do setor e as dificuldades de reação, pe-

rante os seguidos anúncios de cortes, da categoria profissional da qual faz parte podem ser entendidos como resultado de um sofisticado, profundo e bem-sucedido rol de medidas de “engenharia social” adotadas por sucessivos governos desde o divisor de águas que deu início à desmobilização dos docentes por parte do poder: a desindexação salarial em relação aos vencimentos da magistratura, também promovida em 1989.

Abriu-se, por conseguinte, um fosso entre as duas carreiras de servidor público que culminou na ilustrativa diferença que se verifica no presente: um juiz ganha o dobro de um professor universitário. Mendes recorda que essa e outras políticas combinadas (como o fomento e ampliação de instituições privadas e a adoção de sistemas de progressão na carreira com base no “mérito individual”) foram aplicadas com vistas a enfraquecer e criminalizar a organização coletiva dos professores que, principalmente a partir da abertura democrática propiciada pela Revolução dos Cravos (em 25 de abril de 1974), vinha se fortalecendo e ganhando terreno.

O alargamento do ensino superior nos anos 1980 triplicou o recrutamento de professores, principalmente para lecionar na graduação. A maioria (60%) não tinha doutorado, o que acabou favorecendo, naquela época, os sentimentos de horizontalidade e solidariedade de

IADA A PROCESSO AMPLO DE DESREGULAÇÃO

Maurício Hashizume



Professor José Manuel Mendes

“classe” e, ao mesmo tempo, dando mais densidade aos protestos.

O principal receio com relação ao “Processo de Bolonha” reside nos possíveis resultados desastrosos de um esforço de padronização indiscriminada dos diferentes sistemas de ensino superior, conforme um modelo de mercado. O espírito de “elogio ao privado” se expressa nas classificações fundadas em ratings

O surgimento de novas leis (como a da função pública, que fixa a saída de dois funcionários públicos do quadro como exigência para a contratação de um), combinadas com a mudança do perfil dos professores (os não doutorados passaram à faixa dos 10% a 15%), resultaram em uma reversão do quadro universitário. Para completar, foram adotadas métricas relativas à carga de trabalho e ao sistema de avaliação, entre outros quesitos funcionais, que vieram a sobrecarregar os docentes, juntamente com a implementação do Processo de Bolonha — reforma da educação superior que busca estabelecer normas e padrões comuns para todas as instituições com base em declaração assinada pelos ministros da educação da UE em 1999, que criou também a Área de Educação Superior Europeia (EHEA, na sigla em Inglês).

O principal receio com relação ao processo reside nos possíveis resultados desastrosos de um esforço de padronização forçada e indiscriminada dos diferentes sistemas de ensino superior, subordinados a um modelo de mercado. O espírito de “elogio ao privado” contido na reforma se expressaria nas classificações fundadas em *ratings* (que, não por acaso, é alusivo ao *modus operandi* do sistema financeiro) e na mensuração da produção acadêmica privilegiadamente quantitativa. “Como esse ‘conceito de excelência’,

inspirado nas referências do MIT [Massachusetts Institute of Technology] e [Universidade de] Harvard, será verificado nas ciências sociais e humanas?”, questiona Mendes. Para o MEC, “não há razão para as dificuldades que Portugal vive afetarem o Processo de Bolonha”.

Na esteira de Bolonha, que define como regra a graduação em três anos, o mestrado em dois e o doutorado em outros três, os cursos de pós-graduação foram alçados a um posto de maior importância e se tornaram quase obrigatórios, inclusive com aulas nos finais de semana, desestruturando ainda mais o sentido de “classe” de quem ministra aulas. Paradoxalmente, o que se nota, porém, é o triunfo da apatia. “Eu quis fazer um piquete e fiquei sozinho. O medo está incorporado nas pessoas. O capital conseguiu desarmar as pessoas e passou o que quis. Tem agora liberdade total”, relata Mendes.

De acordo com ele, o desconto no salário referente a um dia de paralisação “custa” muito aos docentes. O receio de uma demissão pura e simples reforça o conformismo. O próprio Mendes ocupa há 12 anos o mesmo cargo, sem promoções. “Eu mesmo já internalizei isso e tenho que concentrar no que tenho. Isso é fatal [para a desmobilização]”. Na concepção do professor, o que está em jogo é o futuro da coisa pública, cujo último reduto é o ensino superior.

dade em 2012, também reprova o caráter regressivo das “propinas”, que poderia seguir critérios de faixas de cobranças diferenciadas conforme as condições socioeconômicas dos alunos.

Martins, que também é messtrando (em Jornalismo da Faculdade de Letras da UC), acredita que a atitude do governo frente ao ensino superior é um “erro político não só para as universidades e estudantes, mas para o conjunto da sociedade e para o país”. Para ele, os problemas não são setoriais e têm a ver com “políticas econômicas de fundo”, visto que mesmo aqueles que conseguem concluir os cursos de graduação e pós-graduação não encontram postos no mercado de trabalho. Apenas um a cada 40 recém-formados ganha mais de € 800 (aproximadamente R\$ 2 mil) mensais. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstram altas taxas de desemprego (14,9% ao final do 1º trimestre de 2012), particularmente entre jovens com menos de 25 anos de idade (impressionantes 36,1%, no mesmo período).

Diante desse panorama cinzento, a AAC elaborou um plano estratégico com ações reivindicativas de apelo midiático que buscam a adesão do conjunto maior da sociedade para as causas da entidade. Uma dessas ações foi realizada na partida final da Taça de Portugal, no dia 20 de maio, quando universitários/torcedores exibiram faixas condenando o preço das “propinas”, a política de contenção de bolsas de estudo e os altos índices de desemprego no Estádio

do Jamor, nos arredores da capital. Ao final do jogo, para delírio dos estudantes, a Acadêmica venceu o Sporting de Lisboa por 1 a 0 e comemorou, depois de 73 anos de jejum, o segundo título de sua história. O ato remeteu à crise de 1969, quando universitários/torcedores da mesma Acadêmica desafiaram o regime ditatorial do Estado Novo de Oliveira Salazar na mesma final da Taça de Portugal. Apesar dos incentivos corajosos e inspiradores emanados das arquibancadas, a equipe de Coimbra acabou perdendo o título para o Benfica, por 2 a 1, com um gol do idolatrado Eusébio, nos acréscimos.

É preciso, na perspectiva do grupo que está à frente da AAC, ter cuidado com os “excessos” no que diz respeito às manifestações massivas de rua, pois esse tipo de protesto “tradicional” pode gerar transtornos indesejáveis, dificultando a possível solidariedade advinda de outros segmentos sociais. A atual diretoria prefere intervenções capazes de atrair a cobertura midiática, potencialmente mais “inventivas”, como teriam sido a ocupação das “cantinas” (para que elas fossem abertas também nos finais de semana) e a instalação de um tapete vermelho das escadas monumentais da UC para simbolizar o processo de “re-elitização” (ver p. 92) do ensino superior. “Se não faz sentido investir no futuro, no que faz sentido investir?”, indaga Martins, que reitera o entendimento de que a promessa do governo de priorizar a educação vem sendo descumprida.

“Mas acreditamos que não existe apenas uma maneira única de

expressar a nossa insatisfação. Algumas alternativas podem inclusive ajudar a fixar mais a mensagem que queremos passar à sociedade”, argumenta Martins. Na visão dele, as agitações de massa que saem as ruas, como as organizadas pelos “indignados” da Espanha, tendem a ser confrontadas por um aparato de poder previamente muito bem preparado. Além disso, ele ressalta a referência de que a taxa de aceitação da austeridade em Portugal é “acima da média” se comparada a outros países europeus periféricos. “Dizemos sempre que não somos ‘contra’ as coisas, mas ‘por’ algo”.

Integrante de outra chapa preterida no pleito eleitoral pelo comando da AAC, Figueiredo contesta a posição adotada pela direção da entidade. A postura momentânea de relativa passividade frente à gravidade do contexto de desestruturação e ataque aos direitos historicamente conquistados poderá, em breve, passar para o estágio bem mais explosivo de revoltas e convulsões sociais. “A expectativa de que as coisas poderiam melhorar com o ‘aperto do cinto’ das políticas da austeridade está se esvaindo. Tudo tem limite. As pessoas estão sufocadas”, descreve o estudante. O risco de reações autoritárias por parte das forças estatais pode corroborar para tornar as tensões ainda mais agudas. “A perspectiva do progresso e de um futuro melhor são fundamentos da estabilidade. Está ficando cada vez mais evidente que a próxima geração terá uma vida pior que a dos seus pais”.

NA ESPANHA, A CRISE DESMONTA UNIVERSIDADE E SISTEMA DE PESQUISA

Marina Gonzalez
Jornalista

Marina Gonzalez



Nas ruas, o protesto estudantil

A crise do euro detonou um ataque sem precedentes ao financiamento e à autonomia do ensino superior espanhol. O governo conservador do primeiro-ministro Mariano Rajoy corta recursos para bolsas e pesquisas, encarece as matrículas cobradas pelas universidades públicas e impõe castigo àquelas que não equilibrarem seus orçamentos. Na visão da Confederación de Sociedades Científicas de España, esse declínio nos investimentos públicos é altamente preocupante, depois de um período em que se pensava que a defasagem científica do país em comparação aos vizinhos europeus poderia finalmente ser eliminada ou reduzida

A pesquisa e o ensino superior espanhóis vivem momentos dramáticos, denuncia de maneira unânime a comunidade acadêmica e científica do país. E não são apenas os cortes nos orçamentos dessas áreas e a ordem de subir em até 66% o valor das matrículas da graduação nas universidades públicas que assustam. Junto com as medidas econômicas, justificadas pelo governo pela necessidade de não exceder o nível de déficit público definido pelo Banco Central Europeu, preocupam as ofensivas contra a autonomia universitária e a ausência de diálogo prévio às decisões que vêm sendo tomadas desde os primeiros meses da administração do conservador Partido Popular (PP).

Em razão da dissolução antecipada do Parlamento e da convocação de eleições nacionais, ocorridas em novembro de 2011, o orçamento geral do Estado para 2012 só foi apresentado em 30 de março deste ano. Com maioria absoluta no Parlamento, a proposta do governo Rajoy foi aprovada no final de maio, praticamente sem alterações. Desde sua primeira semana no poder o novo governo toma medidas de “ajuste e austeridade fiscal” que afetam as políticas de educação e pesquisa. Mas foi apenas em abril que propostas concretas para a educação superior pública vieram à tona. Uma reforma universitária, cujas proporções ainda são desconhecidas, está sendo estudada por um “comitê de especialistas”, e de nenhuma universidade foi chamada a participar, embora tenham sido convidados “especialistas” bem relacionados com o setor financeiro.

Para entender por que pesquisadores, professores, reitores de universidades, estudantes, representantes sindicais e das mais variadas organizações deste campo se mostram tão preocupados, é importante retroceder pelo menos até 2009, quando ainda governava o socialista José Rodríguez Zapatero e os efeitos da crise mundial começavam a ser sentidos com mais força na Espanha. Naquele ano, pela primeira vez desde pelo menos meados dos anos 1980, observou-se a estagnação no volume dos recursos públicos nacionais investidos no chamado setor de I+D+I (*Investigación, Desarrollo e Innovación*; em português, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), que inclui tanto o financiamento a programas e organizações públicas de pesquisa de diferentes ministérios como a oferta de linhas de crédito para que grupos públicos e privados desenvolvessem atividades científicas.

A partir de então, os cortes aumentaram progressivamente: menos 4,2% em 2010, 7,38% em 2011, e 8,65% em 2012 (sempre em comparação ao ano imediatamente anterior). Em termos absolutos, isso significou recuar de € 10,1 bilhões para € 6,3 bilhões, entre 2009 e 2012. Com isso, o país parece cada vez mais longe de cumprir a meta estipulada pelo Conselho Europeu de investir 3% do PIB no setor. Em 2011, a cifra ficou em 1,35%.

Na visão da Confederación de Sociedades Científicas de España (Cosce), esse declínio nos investimentos públicos preocupa, justamente depois de um período em que se pensava que a defasagem

científica do país em comparação aos vizinhos europeus poderia finalmente ser eliminada ou pelo menos reduzida. Na visão do presidente do Cosce e professor da Faculdade de Ciências Matemáticas da Universidad Complutense de Madrid, Carlos Andradas, o atual governo demonstra, no mínimo, incoerência. Por um lado, afirma que o investimento em pesquisa pode ajudar o país a superar a crise econômica; por outro lado, impõe um corte no orçamento da Secretaria de Estado de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (anteriormente, Ministério de Ciência e Inovação, agora pertencente ao Ministério de Economia e Competitividade) superior ao restante dos ministérios: 26,8% contra uma média de 16,9%. Esta Secretaria é responsável por mais de dois terços do total do investimento em I+D+I realizado pelo governo nacional.

No caso da Secretaria de Educação, Formação Profissional e Universidades, a redução foi de 20,79%. Considerando que quase 80% do orçamento das universidades vem do repasse feito pelas administrações regionais, seria importante considerar o que cada uma delas está fazendo. Mas não é preciso muita imaginação para supor que o caminho adotado será parecido: a maioria delas está também bastante endividada e tem à frente um presidente do mesmo partido que comanda o país.

E se os investimentos começam a escassear, as possibilidades de permanecer na carreira científica e acadêmica se tornam também cada vez mais reduzidas. A recém-criada

Marina Gonzalez



“Merca-educação” é alvo das críticas

Plataforma Pesquisa Digna, que reúne as duas maiores confederações sindicais do país e as associações de pesquisadores e sociedades científicas, fala em “fuga de cérebros multigeracional”. Querem dizer que tanto os jovens que começam agora suas teses de doutorado como aquelas pessoas que têm entre 40 e 45 anos e que já passaram por mais de um contrato pós-doutoral temporário não vislumbram um futuro promissor no país — e possivelmente se vejam obrigados a emigrar, se quiserem seguir dedicando-se ao ensino acadêmico ou à pesquisa. Uma das porta-vozes da Plataforma, a astrônoma Amaya Moro-Martín, prevê que enfrentará essa decisão em menos de um ano, quando termina seu atual contrato. “A situação é terrível, precisamos de uma reestruturação geral, começando pelo fato de que neste país pesquisa e educação são tratadas como assuntos distintos e isso não pode funcionar assim”, diz.

Universidades, CSIC e centros de pesquisa públicos estão impedidos de contratar novos funcionários em 2012. A cobertura de vagas abertas por aposentadorias será limitada. “Os colegas cujos contratos terminam agora estão assustados, muitos pensam em sair do país”, diz Carlos Sorzano, pesquisador do Centro Nacional de Biotecnologia

As novas contratações da agência estatal Conselho Superior de Pesquisa Científica (CSIC), a maior

instituição dedicada à pesquisa do país, com mais de 15 mil funcionários, e dos demais órgãos públicos do setor despencam a cada ano: 681 em 2007, 589 em 2008, 106 em 2009, 50 em 2010 e 55 em 2011. Os dois programas nacionais de contratação temporária de pesquisadores doutores altamente qualificados foram reduzidos praticamente à metade em 2012, passando de 600 a 340 vagas oferecidas anualmente.

Somando-se a isso, as universidades, o CSIC e os centros de pesquisa públicos, que até então gozavam de autonomia para administrar seus orçamentos, estão impedidos de contratar novos funcionários em 2012, assim como todas as demais instâncias da administração pública nacional com exceção do Exército e da Marinha. Tal proibição foi estabelecida oito dias depois da posse do novo governo pelo Real Decreto-Lei 20, de 30 de dezembro passado. A cobertura de vagas abertas por aposentadorias e outras situações será limitada e, mesmo assim, permitida apenas para “necessidades urgentes e improrrogáveis” em setores e funções considerados prioritários. Novamente, a educação e a pesquisa não estão entre eles, ao contrário, por exemplo, das forças de segurança e polícias locais.

“Os colegas cujos contratos terminam agora estão assustados, muitos pensam em sair do país”, diz Carlos Óscar Sánchez Sorzano, pesquisador do Centro Nacional de Biotecnologia e presidente da Associação Nacional dos Pesquisadores Ramón y Cajal (ANIRC), que dá nome a um dos já citados

programas de contratação de doutores. As universidades e centros de pesquisa não abrirão novas vagas às quais estes pesquisadores poderiam concorrer, apesar de isso fazer parte do acordo para recebê-los durante os cinco anos que dura o programa. Para Ester Artells, umas das porta-vozes da Federación de Jóvenes Investigadores (FJI), entidade que há 12 anos atua pelos direitos de bolsistas e pesquisadores em início de carreira, essa situação prova que, além de insuficientes e com piores condições laborais que em outros países europeus, os contratos pós-doutorais na Espanha não asseguram estabilidade a seus melhores quadros. Ela mesma, formada em biologia e com um título de doutora em química bio-inorgânica, trabalha atualmente em um instituto de pesquisa em Marselha, na França.

Igualmente preocupante é a condição de quem inicia ou já realiza seus estudos de pós-graduação. Há diversos programas de ajuda e a maioria dos programas possui o chamado formato 2 + 2 (dois anos de bolsa seguidos de dois anos de contrato com a universidade ou centro de pesquisa onde se desenvolve a tese) e, em geral, oferecem condições de remuneração parecidas (€ 14 mil anuais e a possibilidade de realizar parte da pesquisa em centros no exterior). É difícil calcular ao certo o número de ajudas pré-doutorais existentes ou quantas deixaram de existir devido à situação econômica, pois podem ser financiadas tanto pelo gover-

no nacional como pelos regionais, além de universidades, centros e grupos de pesquisa, e fundações privadas. No entanto, a tendência de redução é clara: cada vez há menos editais de convocação e, quando são publicados, o número de vagas disponíveis é inferior aos dos anos anteriores. Além disso, já há casos de pessoas que perdem a ajuda na metade do caminho.

Foi o que aconteceu em dezembro do ano passado com seis doutorandos da Universidad de Castilla-La Mancha, cujas bolsas financiadas pela região autônoma de mesmo nome (também governada pelo PP) foram suspensas no momento em que deveriam iniciar a fase de contrato. A FJI relata que na Galícia as ajudas pré-doutorais passaram de 644, em 2007, a 15, em 2010, e que a região de Madri extinguiu o seu programa no último ano.

O que se pode saber com mais precisão é a situação dos três programas nacionais 2 + 2 mais importantes, que antes da crise econômica totalizavam cerca de 2.400 vagas anuais. Nos últimos dois anos, foram constantes e prolongados os atrasos em publicar os editais de convocação desses programas. Um deles, o do Ministério de Educação, correspondente a 950 dessas ajudas, simplesmente não saiu em 2011. Outro, financiado pelo já citado CSIC, que costumava proporcionar cerca de 280 ajudas a cada ano, reduziu esse número a menos da metade em 2011 e, em 2012, não oferecerá nenhuma, segundo informa a seção sindical de Comisiones Obreras deste órgão. Oficialmente, essa decisão não é admitida.

A comunidade universitária criticou unanimemente o decreto publicado em abril pelo governo, pois não houve diálogo com os reitores, nem com as entidades representativas, nem mesmo com as administrações regionais. “Ficamos sabendo pelo Diário Oficial”, relata Pilar Chamorro, da Federación de Trabajadores de la Enseñanza

Com esse panorama, é fácil entender porque se recebe com desconfiança o anúncio do Ministério da Educação de manter o número de bolsas na graduação, quando a fatia do orçamento destinada a isso foi reduzida em 11%. O truque está, dizem as associações estudantis, no endurecimento dos critérios para sua concessão, os quais, somados à subida no valor das matrículas, poderiam ter como consequência o abandono dos estudos por parte de uma parcela importante do alunado. “Se trata de um verdadeiro desastre para os alunos, mas também para suas famílias, se lembramos que a taxa de desemprego no país é de 25%”, alerta Pilar Chamorro, secretária de educação universitária da Federación de Trabajadores de la Enseñanza.

Sobem os preços porque muda a forma de calcular o valor das matrículas para os cursos de graduação e pós-graduação. Até agora, os reajustes tinham como base o valor anterior mais a subida do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). A partir deste novo ano letivo, que começou em setembro, os preços das matrículas devem ser calculados com base no que seria o custo real de cada curso, podendo dobrar em caso de reprovação. O governo estima que, para matrículas com valor entre € 800 e € 1.000 anuais, os alunos passariam a pagar entre € 540 e € 650 a mais, sempre que não tiverem nenhuma reprovação.

São apenas duas das mudanças incluídas em um decreto publicado no mês de abril, que reúne um conjunto de medidas “excepcionais” (justificadas pela conjuntura econômica) e “estruturais” (para dar mais eficiência ao sistema educativo) relacionadas à educação pública em todos os seus níveis. Além de ver problemas no seu conteúdo, a comunidade universitária criticou unanimemente a maneira como foi elaborado. “Ficamos sabendo pelo Diário Oficial”, relata Pilar Chamorro. José Sanz, reitor da Universidad Autónoma de Madrid, diz que os canais de interlocução entre governo e universidades não foram utilizados e opina que ignorá-los gera mal-estar e resulta em propostas pouco ajustadas à realidade de cada uma das instituições. Reitores em Barcelona, Santiago de Compostela e Castellón fizeram declarações semelhantes. No final de maio, os reitores de todas as universidades públicas do país deixaram o ministro da Educação, José Ignacio Wert, “falando sozinho” em reunião do Conselho Universitário,

órgão consultivo que reúne todos os dirigentes universitários, porque a pauta não contemplava a discussão dessas medidas.

As administrações regionais, das quais dependem 50 das 52 universidades públicas espanholas, tampouco foram consultadas. O ministro Wert, porém, considerou injustas as críticas à falta de negociação: “O que era dialogável foi dialogado, mas as medidas do decreto eram urgentes, precisavam ser tomadas e foram rapidamente comunicadas às partes interessadas”.

Claramente, há discordâncias quanto à necessidade de tais medidas. Cada região parece ter interpretado a pressão do governo nacional por subir as taxas da educação superior pública à sua maneira — e algumas, como Galícia, País Basco e Andaluzia, decidiram manter os critérios que vigoraram até então e não elevaram os preços das taxas universitárias acima do IPC.

Entende-se que nem a subida dos preços das matrículas nem o controle direto do orçamento das universidades eram “dialogáveis”. O citado decreto também determina que as administrações regionais devem autorizar previamente cada nova contratação das respectivas universidades. Até então, explica Ricardo Móron, professor de direito trabalhista da Universidad Autónoma de Madrid, o controle “era mais difuso, dependia do total dos repasses realizados às universidades”, as universidades tinham autonomia para executá-lo. A partir de agora, todo o orçamento universitário passa a estar sob acompanhamento estrito das respectivas co-

munidades autônomas, autorizadas a tomar “as medidas necessárias para garantir a estabilidade orçamentária da Universidade”. Passados vários meses após a divulgação do citado decreto, ainda há muitas dúvidas sobre o significado exato dessas ações e como serão implantadas. “As medidas não são auto-executáveis, tudo depende de como atuarão as comunidades autônomas”, diz Morón.

Apesar de os últimos decretos terem provocado críticas de muitos setores, duas paralisações nacionais e vários protestos na rua, o Ministério da Educação anuncia que haverá mais. Atualmente, uma comissão de 11 “expertos” (entre eles, o segundo vice-presidente do banco Santander) estuda a elaboração de uma reforma universitária, que deve ser anunciada em breve. O objetivo, a exemplo de parte das medidas anteriores, é dar “mais eficiência e competitividade” ao sistema educativo universitário. O conteúdo e o alcance da reforma ainda não foram apresentados, mas, novamente, a proposta não passa pelos mecanismos de diálogo com as universidades.

Como há muito tempo não ocorria no país, todos os setores vinculados ao ensino superior público se ressentem da falta de recursos, mas também da escassa prioridade política dedicada ao tema e falta de diálogo na tomada de decisões. Até o ano passado, imaginava-se que os efeitos da crise econômica do euro e as medidas do novo governo afetariam o setor, mas não de forma tão rápida e ampla como os primeiros meses de 2012 deixaram claro.

MEMÓRIA



Luiza Sansão

14/8/2012: advogado e professor Fábio Konder Comparato e ex-presa política Maria Amélia Teles comemoram decisão histórica do TJ-SP, que manteve sentença de primeira instância que declarou torturador o coronel Brilhante Ustra





Professoras Marilena Chauí, Maria das Graças de Souza e Irene Cardoso no lançamento de Retrato Calado, de autoria do professor Luiz Roberto Salinas Fortes (duas vezes preso e torturado em 1970), na FFLCH, em 25/9; Eliete Ferrer lança 68, a geração que queria mudar o mundo, no Teatro Laboratório da ECA, em 21/9





Lançamento da campanha pela criação de uma Comissão da Verdade da USP, em 12/6/2012 na FEA, reuniu centenas de pessoas. Na mesa, os professores Edson Teles, Marilena Chauí e Vera Paiva e o doutorando Renan Quinalha

CORREÇÕES

Edição 52. O nome correto da jornalista co-autora da reportagem da página 43, “Prisões, expulsões, espionagem. Eis a ‘USP Tolerância Zero’”, é Flávia Teles. O convênio entre a Reitoria da USP e a Secretaria de Segurança Pública foi firmado em setembro de 2011 e não 2010 como consta na página 44.

Edição 51. O jornalista Renato Brandão é co-autor da reportagem publicada na página 71, “MPE processa Uniemp e Maria Helena Guimarães por supostos atos de improbidade”.